



SOMENTE PARA USO OFICIAL

Relatório Nr.: PAD4051

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DE PROJECTO

DUMA

PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO

NA QUANTIA DE US\$ 250 MILHÕES

PARA A

REPÚBLICA DE ANGOLA

PARA

PROJECTO DE EMPONDERAMENTO DA RAPARIGA E APRENDIZAGEM PARA TODOS

5 de Abril de 2021

Prática Global de Educação
Região da África Oriental e Austral

O presente documento é de distribuição restrita e pode ser usado pelos destinatários apenas no desempenho das suas funções oficiais. O seu conteúdo não pode ser divulgado sem a autorização do Banco Mundial.



EQUIVALENTES DE MOEDA

(Taxa de Câmbio Efectiva em 28 de Fevereiro de 2021)

Unidade de Moeda = Kwanza Angolano (AOA)

AOA 649.82 = US\$1

ANO FISCAL

1 de Janeiro - 31 de Dezembro

Vice-Presidente Regional: Hafez M. H. Ghanem

Director Nacional: Jean-Christophe Carret

Director Regional: Amit Dar

Gestor da Prática: Muna Salih Meky

Líderes da equipa operacional: Peter A. Holland, Carmen Carpio, Leandro O. Costa



ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

4E	Imponderar, Melhorar, Educar, Empregar
ADECOS	Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário
C-PGAS	PGAS do Empreiteiro
CASI	Centro de Acção Social Integrada
EC	Engajamento do Cidadão
CERC	Componente de Resposta de Emergência Contingente
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019
EPP	Estratégia de Parceria do País
QPP	Quadro de Parceria do País
CD	Contas Designadas
CIFD	Carta de Informações Financeiras e de Desembolso
PDS	Pesquisa Demográfica e de Saúde
DI	Departamento de Infraestruturas
DNEJA	Direcção Nacional da Educação de Adultos e Jovens
DNEPP	Direcção Nacional da Educação Prescolar e Primário
DNES	Direcção Nacional da Educação Secundária
A&S	Ambiental e Social
EGRA	<i>Early Grade Reading Assessment</i> (Avaliação da Literacia nas Primeiras Classes)
EJA	Educação de Jovens e Adultos
SIGE	Sistemas de Informação de Gestão da Educação
PCAS	Plano de Compromisso Ambiental e Social
QAS	Quadro Ambiental e Social
AIAS	Avaliação de Impacto Ambiental e Social
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
NAS	Norma Ambiental e Social
GF	Gestão Financeira
GAS	Grupos de Água e Saneamento
VBG	Violência Baseada no Género
PA VBG	Plano de Acção de Prevenção e Resposta à Violência Baseada no Género, Abuso & Exploração Sexual e Assédio Sexual
PIB	Produto Interno Bruto
GEMS	Geo-Enabling initiative for Monitoring and Supervision (Iniciativa de habilitação geográfica para monitoramento e supervisão)
GEPE	Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística
GFF	<i>Global Financing Facility</i> (Mecanismo Mundial de Financiamento)
SIG	Sistema de Informação Geoespacial
MR	Mecanismos de Reclamação
SRR	Serviço de Reparação de Reclamações
PFSS	Projecto de Fortalecimento do Sistema de Saúde
IAASB	Conselho das Normas Internacionais de Auditoria e de Fiabilidade
IFAC	Federação Internacional dos Contabilistas
IFC	International Finance Corporation (Corporação Financeira Internacional)
RFIs	Relatório Financeiro Intercalar



FMI	Fundo Monetário Internacional
INADE	Instituto Nacional de Avaliação e Desenvolvimento Educativo
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEFOP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
INFQE	Instituto Nacional de Formação de Quadro da Educação
PI/CLASHDs	Povos Indígenas/Comunidades Locais da África Subsaariana Historicamente Desfavorecidas
FPI	Financiamento do Projecto de Investimento
PPI	Plano de Povos Indígenas
GPPI	Guião de Planeamento de Povos Indígenas
TIR	Taxa Interna de Retorno
ISA	Normas Internacionais de Auditoria
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, <i>Queer</i> e Intersexuais
PGL	Procedimentos de Gestão Laboral
M&A	Monitoria e Avaliação
MAPTESS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MED	Ministério da Educação
GHM	Gestão de Higiene Menstrual
MINJUD	Ministério da Juventude e Desportos
MINSA	Ministério da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
VAL	Valor Actual Líquido
SSO	Saúde e Segurança Ocupacional
OSSA	Ocupacional, Segurança, Saúde e Ambiental
CFE	Crianças Fora da Escola
PAT	Projecto de Aprendizagem para Todos
CBD	Condições Baseadas no Desempenho
FBD	Finanças Baseadas em Desempenho
SBD	Subvenção Baseada no Desempenho
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
ODP	Objectivo de Desenvolvimento do Projecto
GFP	Gestão de Finanças Públicas
UIP	Unidade de Implementação de Projectos
RDA	Revisão de Desempenho e Aprendizagem
MOP	Manual Operacional do Projecto
APP	Adiantamento para Preparação para o Projecto
DEAP	Desenvolvimento da Estratégia de Aquisições do Projecto
SBQC	Seleccção Baseada em Qualidade e Custo
PAR	Plano de Acção de Reassentamento
SCR	Serviços de Consultoria Reembolsáveis
QPR	Quadro do Programa de Reassentamento
SACMEQ	Consórcio da África Austral e Leste para a Monitoria da Qualidade da Educação (<i>Southern and Eastern Consortium for Monitoring Education Quality</i>)
CD	Comité Director
SCH	Esquistossomose



IPS	Indicador de Prestação de Serviço
EAS	Exploração e Abuso Sexual
EAAS	Exploração, Abuso e Assédio Sexual
PEP	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
AS	Assédio Sexual
PFSNPS	Projecto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social
DDs	Demonstração de Despesas
VBG-E	Violência Baseada no Género na Escola
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
STEP	Rastreamento Sistemático de Intercâmbios em Aquisições
HTS	Helminthos transmitidos pelo solo
TdR	Termos de Referência
UCC	Unidade Central de Coordenação
UIS	Instituto de Estatísticas da Unesco
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
GPGV	Guião de Planeamento de Grupos Vulneráveis
WASH	Fornecimento de Água, Saneamento e Higiene (<i>Water Supply, Sanitation and Hygiene</i>)
GBM	Grupo Banco Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde
ZIP	Zona de Influência Pedagógica



ÍNDICE

FICHA DE DADOS	7
I. CONTEXTO ESTRATÉGICO.....	12
A. Contexto do País.....	12
B. Contexto Sectorial e Institucional	14
C. Relevância para Objectivos de Nível Superior	25
II. DESCRIÇÃO DO PROJECTO	Erro! Marcador não definido.
A. Objectivo de Desenvolvimento do Projecto	28
B. Componentes do Projecto	28
C. Beneficiários do Projecto	41
D. Cadeia de Resultados	42
E. Justificativa para o envolvimento do Banco e o Papel dos parceiros	43
F. Lições aprendidas e reflectida na concepção do Projecto	44
III. DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO.....	46
A. Disposições institucionais e de implementação	46
B. Medidas de monitoria e avaliação de resultados	48
C. Sustentabilidade	49
IV. RESUMO DA AVALIAÇÃO DO PROJECTO	49
A. Análise Técnica, Económica e Financeira (se aplicável)	49
B. Fiduciária	51
C. Políticas Operacionais Legais.....	53
D. Ambiental e Social	53
V. SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES	55
VI. PRINCIPAIS RISCOS	56
VII. QUADRO DE RESULTADOS E MONITORIA	58
ANEXO 1: As Disposições de Execução e o Plano de Apoio	76
ANEXO 2: Disposições de Execução, Actividades & Custos, e o Plano de Apoio.....	86
ANEXO 3. Elementos de Detecção de Alvos para Seleccionar Locais e Municípios do Projecto.....	121
ANEXO 4: Análise Económica e Financeira	123
ANEXO 5: Instrumentos do QAS	Erro! Marcador não definido.
ANEXO 6: Benefícios Climáticos Comuns	135



ANEXO 7: Resumo do Manual Operacional para Actividades de infra-estruturais..... 144

ANEXO 8: Ajustes ao Programa do País em Resposta ao COVID-19 Erro! Marcador não definido.



FICHA DE DADOS
INFORMAÇÃO BÁSICA

País(es)	Nome do Projecto	
Angola	Projecto de Empoderamento da Rapariga e Aprendizagem para Todos	
ID do Projecto	Instrumento de Financiamento	Classificação de Risco Ambiental e Social
P168699	Financiamento de Projectos de Investimento	Substancial

Modalidades de Financiamento e Implementação

<input type="checkbox"/> Abordagem Programática Multifásica [APM]	<input type="checkbox"/> Componente Contingente de Resposta à Emergências (CCRE)
<input type="checkbox"/> Séries de Projectos (SdP)	<input type="checkbox"/> Estado(s) em situação de Fragilidade
<input type="checkbox"/> Condições Baseadas em Desempenho (CBDs)	<input type="checkbox"/> Estado(s) pequeno(s)
<input type="checkbox"/> Intermediários Financeiros (IF)	<input type="checkbox"/> Fragilidade dentro dum País não frágil
<input type="checkbox"/> Garantia Baseada no Projecto	<input type="checkbox"/> Conflito
<input type="checkbox"/> Levantamento Diferido (Deferred Drawdown)	<input type="checkbox"/> Resposta a calamidade Natural ou de origem humana
<input type="checkbox"/> Arranjos Alternativos de Compras (AAC)	<input type="checkbox"/> Apoio Prático à Implementação (API)

Data de Aprovação Esperada	Data Prevista de Encerramento
31-Mar-2021	19-Dez-2025

Colaboração do Banco/IFC

Não

Objectivo(s) de Desenvolvimento Proposto(s)

Capacitar os jovens angolanos, especialmente as raparigas, e melhorar a qualidade da aprendizagem para todos.

Componentes

Nome da Componente	Custo (US\$, milhões)
Empoderar as Raparigas Angolanas	140.00
Reduzir a pobreza de aprendizagem de Angola	100.00
Gestão de Projecto, monitoria e avaliação	10.00

Organizações

Mutuário:	República de Angola
Agência de Execução:	Ministério da Educação

DADOS DE FINANCIAMENTO DO PROJECTO (US\$, milhões)

RESUMO

Custo Total do Projecto	250.00
Financiamento Total	250.00
dos quais do BIRD/AID	250.00
Défice no Financiamento	0.00

DETALHES

Financiamento do Grupo Banco Mundial

International Bank for Reconstruction and Development (IBRD)	250.00
--	--------

INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

Área de Prática (Principal)

Educação

Áreas de Prática Contribuintes

Género, Saúde, Nutrição & População, Sustentabilidade Social & Inclusão, Água

Mudanças Climáticas e Triagem de Calamidades

Foi feita uma triagem nesta operação para apurar os riscos climáticos e de calamidades de curto e longo prazo

FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DE RISCO DE OPERAÇÕES (SORT)

Categoria de Risco	Classificação
1. Política e Governança	● Substancial
2. Macroeconómico	● Alto
3. Estratégias e Políticas Sectoriais	● Moderado
4. Concepção Técnica de Projecto ou Programa	● Substancial
5. Capacidade Institucional para Implementação e Sustentabilidade	● Substancial
6. Fiduciária	● Substancial
7. Meio Ambiente e Social	● Substancial
8. Partes Interessadas	● Moderado
9. Outros	
10. Geral	● Substancial

CONFORMIDADE**Política**

O projecto distancia-se do Quadro de Parceria do País em conteúdo ou noutros aspectos significativos?

Sim Não

O projecto requer alguma outra isenção à políticas do Banco?

Sim Não

Relevância das Normas Ambientais e Sociais, dado seu Contexto no Momento da Avaliação

Normas A & S	Relevância
Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais	Relevante
Envolvimento das partes interessadas e divulgação de informações	Relevante
Condições de Trabalho e Mão-de-Obra	Relevante
Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição	Relevante
Saúde e Segurança da Comunidade	Relevante
Aquisição de terras, restrições ao uso da terra e reassentamento involuntário	Relevante
Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos	Relevante
Povos indígenas/Comunidades Locais Tradicionais da África subsaariana historicamente Desfavorecidas	Relevante
Património cultural	Relevante
Intermediários Financeiros	Actualmente Não Relevante

NOTA: Para obter mais informações sobre a avaliação de diligência devida (*due diligence*) do Banco Mundial dos potenciais riscos e impactos ambientais e sociais do Projecto, consulte o Resumo da Avaliação Ambiental e Social do Projecto (RAASP).

Convénios Legais

Secções e Descrição

- a) Anexo 2 Secção IA2 (b) (i) do Acordo de Empréstimo: O Mutuário deverá nomear ou contratar conforme relevante e manter com tais qualificações e termos de referência aceitáveis para o Banco dentro da UIP, um especialista ambiental, um desenvolvimento social especialista e um especialista em violência de género dentro de sessenta (60) dias após a Data de Vigência.

Secções e Descrição

- b) Anexo 2 Secção IA2 (b) (ii) do Acordo de Empréstimo: O Mutuário deverá nomear ou contratar conforme pertinente um ponto focal ambiental e social dentro de noventa (90) dias após a Data Efectiva, e manter as qualificações e termos de referência aceitáveis para o Banco em cada município onde as actividades do Projecto estiverem a ocorrer.

Secções e Descrição

- c) Anexo 2 Secção IA2 (b) (ii) do Acordo de Empréstimo: O Mutuário deverá nomear ou contratar conforme relevante um especialista ambiental e social no prazo de noventa (90) dias após a Data de Vigência, e manter as qualificações e termos de referência aceitáveis para o Banco em cada um dos seis (6) grupos de províncias.

Secções e Descrição

- d) Anexo 2, Secção IA4 (a) do Acordo de Empréstimo, o Beneficiário deverá, no prazo de trinta (30) dias após a Data de Vigência, estabelecer e manter durante a implementação do Projecto um Comité Director do Projecto ("CDP") para fornecer orientação estratégica geral e coordenação para o Projecto

Condições

Tipo Eficácia	Descrição a) Artigo 4.01 (a) do Acordo de Empréstimo, o Mutuário elaborou e adoptou um Manual de Operações do Projecto ("MOP") em forma e conteúdo satisfatórios para o Banco.
Tipo Eficácia	Descrição b) Artigo 4.01 (b) do Acordo de Empréstimo, o Mutuário finalizou o projecto para um mecanismo de reclamação específico ao nível do Projecto e VBG/EAS/SS, em forma e substância satisfatórias para o Banco.



I. CONTEXTO ESTRATÉGICO

A. Contexto do País

- 1. Angola enfrenta os maiores desafios para a prosperidade do país desde o fim da guerra civil.** Oitava maior economia da África, rica em recursos naturais, Angola tem o potencial de gerar um crescimento económico significativo e redução da pobreza. Após o fim da guerra civil angolana de 27 anos em 2002, a economia prosperou devido às receitas das vastas reservas de petróleo, com o Produto Interno Bruto (PIB) per capita a duplicar de US \$ 2.000 em 2002 para mais de US \$ 5.000 em 2014. Os benefícios desse crescimento não foram amplamente partilhados, no entanto, resultando em altos níveis de desigualdade, com um coeficiente de Gini de aproximadamente 0,51. Em 2018, estima-se que 32 por cento dos 30,2 milhões de angolanos viviam na pobreza (9,7 milhões de pessoas).¹ A forte dependência das receitas do petróleo e uma falta de diversificação económica, com a agricultura e os serviços permanecendo particularmente inexplorados, impediu o crescimento de base ampla e criou poucos empregos, especialmente para os jovens que ingressaram no mercado de trabalho.
- 2. O colapso dos preços do petróleo desde 2014 levou a uma pressão fiscal e dívida alta.** A queda significativa do preço do petróleo e a conseqüente redução nos investimentos resultou numa queda acentuada da produção, afectando negativamente as receitas fiscais, 60% das quais consistiam em receitas do petróleo. Em 2020, as receitas fiscais eram de 18,2% do PIB - caíram de 30% (em 2014) para 20%. Como resultado, os gastos do governo caíram de 36,5% do PIB para menos de 20% no mesmo período. A dívida pública, grande parte em moeda estrangeira, atingiu mais de 120% do PIB em 2020.
- 3. A pandemia da COVID-19 e a descida acentuada dos preços do petróleo vão aumentar ainda mais a pobreza.** O efeito combinado desses choques empurrou as taxas de pobreza para 38% em 2020.² Acredita-se que as populações nas áreas urbanas foram mais afectadas do que as rurais. Com a inflação média projectada para aumentar de 17,1% em 2019 para 21,0% em 2020, juntamente com 66% dos angolanos reportando insegurança alimentar pré-COVID, um aumento nos preços dos alimentos representa um grande risco para o bem-estar dos pobres e vulneráveis³. O governo de Angola instituiu várias medidas em resposta à pandemia, incluindo redução de impostos e liquidez fornecida ao sector privado através de linhas de crédito. O governo também implementou uma distribuição de cesta básica, e acelerou a implementação do programa de transferência de renda “Kwenda”.⁴
- 4. Angola é um país jovem, com potencial para colher um grande dividendo demográfico uma vez que os actuais choques passarem.** Mais de metade da população tem menos de 15 anos (Instituto Nacional de Estatística, 2014). A taxa de fecundidade total do país (TFT) é de 6,2 (2016), perdendo apenas para o Níger⁵. Em 2030, mais 30% das crianças vão entrar na escola primária e mais de 50% da população estará no mercado de trabalho em busca de emprego. O país tem uma oportunidade única

¹ Banco Mundial, 2020. Angola: *Quadro de Parceria do País*. (Disponível)

² Observe que, se usar a linha de pobreza de US\$ 1,90 por dia, esses números são 53,6% e 56,4%, respectivamente.

³ Monsalve & Skoufias, 2020. Manuscrito não publicado.

⁴ Monsalve & Skoufias, 2020. Manuscrito não publicado.

⁵ *Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde*, 2015–2016



de colher ganhos de produtividade e eventualmente um dividendo demográfico, caso estes novos entrantes no mercado de trabalho estejam devidamente equipados para contribuir para a economia angolana uma vez que o país tenha resistido aos choques actuais e regressado à sua trajectória de crescimento económico, adoptando um modelo de crescimento mais equitativo.

5. O plano de transformação económica pré-COVID do governo se baseia em várias mudanças estruturais; estas terão de ser ajustadas ao novo contexto. O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022), apela a uma maior diversificação económica e um maior papel para o sector privado, para acelerar e gerar crescimento mais inclusivo. O momento é certo para uma abordagem multisectorial para desenvolver o capital humano do país, de modo que as receitas do petróleo possam transformar a economia num mecanismo duradouro para a redução da pobreza e de prosperidade para todos. A longo prazo, a diversificação em direcção a partes anteriormente negligenciadas da economia, como agricultura, turismo e manufactura, apresenta uma oportunidade para a redução da volatilidade macroeconómica devido a choques adversos de exportação e receita fiscal vinculados aos preços dos produtos base (*commodities*). Para complementar esta diversificação, o Plano de Acção de Capital Humano do Governo pede investimentos substanciais nas competências (competências básicas, competências cognitivas e competências para a vida) que as futuras gerações de jovens vão precisar para transformar a economia e o país.

6. As mulheres enfrentam desvantagens e restrições específicas e são desproporcionalmente afectadas pela COVID-19. O sector informal, onde 70% dos angolanos estão empregados (75% das mulheres vs. 66% dos homens) está particularmente afectado pela perda de emprego relacionado à pandemia. Isso agrava as desigualdades existentes nos resultados do mercado de trabalho que são piores para as mulheres comparativamente aos homens, pois que a mulheres têm maior probabilidade de não trabalhar nem estar matriculadas na escola e menos probabilidade de ter empregos com melhores salários na indústria ou serviços.⁶ As evidências da crise de Ébola em Serra Leoa também mostra que as raparigas têm menos probabilidade de voltar à escola depois de reabertas, uma vez que a gravidez na adolescência aumentam e a prevalência da violência de género (VBG) tipicamente aumentam.⁷ Efeitos similares podem ser sentidos em Angola após a actual pandemia.

7. Os choques duplos agravam uma crise existente nos resultados do capital humano. A pontuação do Índice de Capital Humano de Angola é de 0,36, o que significa que uma criança nascida em Angola hoje espera-se que tenha apenas 36% da produtividade quando entra no mercado de trabalho, comparativamente ao que podia ter sido caso tivesse recebido saúde e educação completas. Isso está abaixo da média regional de 0,40 para a África Subsaariana e bem abaixo do nível esperado dado o PIB per capita de Angola. Mais alarmantes são os elementos do índice em que mesmo os países de baixo rendimento (PBR) superam Angola: percentagem de crianças sem nanismo (62% em Angola versus 66% em PBR) e resultados de aprendizagem (pontuação harmonizada de 326 versus 356), indicativo de que o país está a sofrer de uma crise de aprendizagem. Cerca de metade das mulheres

⁶ Banco Mundial, 2017. *Jobs Diagnostic Lite*

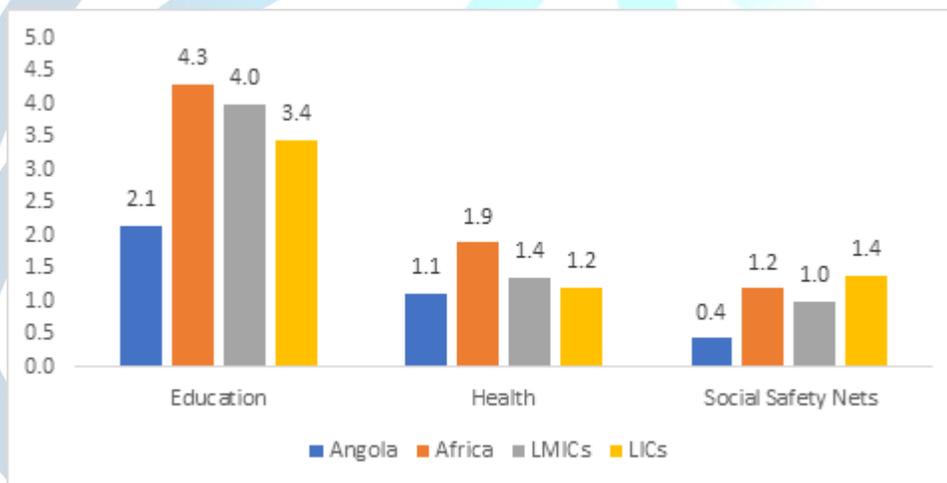
⁷ Peterman, A., A. Potts, M. O'Donnell, K. Thompson, N. Shah, S. Oertelt-Prigione, & N. van Gelder. 2020. "Pandemics and Violence against Women and Children." Center for Global Development Working Paper 528, Washington, DC: Center for Global Development. <https://www.cgdev.org/publication/pandemics-and-violence-against-women-and-children>.



(51%) com mais de 15 anos são alfabetizadas, em comparação com mais de 80% dos homens. Essas diferenças são ainda mais nítidas nas áreas rurais, onde apenas 25% das mulheres são alfabetizadas em comparação com 63% dos homens e onde 6% das raparigas de 12 a 18 anos vão à escola, em comparação com 11% dos rapazes (também dramaticamente baixo).

8. Melhorar esses resultados torna-se ainda mais difícil devido a restrições fiscais significativas. O endividamento elevado e a queda nas receitas resultaram em restrições fiscais, que limitam os recursos para os sectores sociais. O orçamento de 2021 prevê apenas 2,1% do PIB para a educação, menos de metade da média regional para a África Subsaariana. Despesas com saúde (1,1) e redes de segurança social (0,4) também estão bem abaixo dos países comparadores.

Figura 1. Despesas sociais como percentagem do PIB (orçamento de 2021)



Nota: Cálculos dos autores. Dadas as limitações de dados, os gastos da rede de segurança social correspondem a 2015.

B. Contexto Sectorial e Institucional

9. Os constrangimentos mais vinculativos para o desenvolvimento do futuro capital humano de Angola centram-se no empoderamento das raparigas e na pobreza de aprendizagem que impede a subsequente aquisição de competências. A actual crise vai afectar mais ainda ambas as agendas, que encontram-se inextricavelmente ligadas. Empoderamento da rapariga significa dotá-las com as competências, informações e oportunidades para ter sucesso na escola, no trabalho e na vida. A pobreza de aprendizagem é a percentagem de crianças de 10 anos que não sabem ler. Essa habilidade fundamental é a porta de entrada para a aquisição de competências cognitivas e técnicas de alto nível necessárias para aumentar a produtividade e garantir o crescimento inclusivo. A pobreza de aprendizagem também é uma barreira central, que resulta no abandono escolar precoce das raparigas. Esta secção descreve os desafios que cada uma dessas agendas enfrenta, juntamente com uma descrição de como a COVID-19 vai intensificar mais ainda estas limitações. A Tabela 1 contém os



indicadores de nível nacional para o quadro 4E (Empoderar, Melhorar, Educar, Empregar), que serve como o princípio organizador para este projecto e fornece a base para o apoio do Banco Mundial para acelerar a transição demográfica, conforme descrito no Plano de Capital Humano de África⁸.

Tabela 1. Indicadores Nacionais para o Quadro 4E (Empoderar, Melhorar, Educar, Empregar)

Indicadores	Angola	Zâmbia	RDC
Empoderar - Indicadores de empoderamento de mulheres e meninas			
Casamento infantil (% de mulheres e homens casados antes dos 18 anos).	F: 30.4% M: 7% ⁹	F: 36.6% M: 4.1% ¹⁰	F: 31.3% M: 7.2% ¹¹
Idade no primeiro casamento (idade mediana no primeiro casamento ou união em anos entre mulheres de 25-49 anos).	20.5Erro! Marcador não definido.	19.1Erro! Marcador não definido.	18.7 ¹²
Idade no primeiro nascimento (idade mediana no primeiro nascimento para mulheres de 25-49 anos).	19.5Erro! Marcador não definido.	19.2Erro! Marcador não definido.	19.9Erro! Marcador não definido.
Aceitação da violência (% da população que acha que é aceitável um homem bater na sua parceira).	F: 25.2% M: 19.8%Erro! Marcador não definido.	F: 45.1% M: 24.1%Erro! Marcador não definido.	F: 61.5% M: 47.9%Erro! Marcador não definido.
Melhorar - Indicadores de acesso de mulheres e meninas aos serviços de saúde			
O uso actual de qualquer método moderno de contraceção (% de mulheres com idade entre 15-49 actualmente usando qualquer método moderno de contraceção).	12.5%Erro! Marcador não definido.	34.1%Erro! Marcador não definido.	17.6%Erro! Marcador não definido.
Necessidade não atendida de planeamento familiar (% de mulheres actualmente casadas ou em união de facto com necessidades não satisfeitas de planeamento familiar).	38%Erro! Marcador não definido.	16.1%Erro! Marcador não definido.	28.7%Erro! Marcador não definido.
Taxa de fertilidade adolescente (número de gravidezes por 1.000 raparigas de 15 a 19 anos).	163 nascimentos por 1,000 mulheresErro! Marcador não definido.	135 nascimentos por 1,000 mulheresErro! Marcador não definido.	109 nascimentos por 1,000 mulheresErro! Marcador não definido.
Educar - Indicadores de acesso de mulheres e raparigas à educação			
Anos de escolaridade esperados (número médio de anos de estudo de acordo com o Índice de Capital Humano).	F: 7.0 M: 9.2Erro! Marcador não definido.	F: 6.7 M: 7.5Erro! Marcador não definido.	F: 5.6 M: 8.3Erro! Marcador não definido.
Taxa bruta de matrícula, secundário (Rácio da matrícula total no secundário, independentemente da idade, para a população total de 12-18 anos). ¹³	F: 40% M: 62%	F: N/A M: N/A	F: 36% M: 56%
Taxa de desistência feminina do ensino médio (% de alunas de	14.7% ¹⁴	10.8% ¹⁵	23.3%Erro!

⁸ <http://pubdocs.worldbank.org/en/562231555089594602/HCP-Africa-Plan.pdf>.

⁹ Empoderamento da Mulher e Rapariga para Acelerar a Transição Demográfica. Visão do País: Angola, Zâmbia, e a República Democrática do Congo.

¹⁰ Pesquisa Demográfica e de Saúde 2018

¹¹ Pesquisa de Indicadores Múltiplos 2017–2018

¹² Pesquisa Demográfica e de Saúde 2013–2014

¹³ UNESCO Institute for Statistics (UIS) 2016 data.worldbank.org (acessado em 5 de Novembro, 2020)



<i>uma coorte matriculadas no ensino médio num determinado ano escolar que não estão mais matriculadas no ano lectivo seguinte).</i>			Marcador não definido.
Ensino médio concluído (<i>% da população com mais de 25 anos com, pelo menos, o ensino médio completo – Classificação Internacional Tipo de Educação 3 [CITE]</i>).	F: 15.3% - M: 23.6% Índice de Paridade de Género: 0.65 ¹⁶	F: 23.6% M: 34.6% Índice de Paridade de Género: 0.68 ¹⁷	F: 21.3% M: 30.4% Índice de Paridade de Género: 0.70 Erro! Marcador não definido.
Crianças, adolescentes e jovens que actualmente não estão na escola (<i>% de crianças e adolescentes fora da escola em idade de ensino fundamental e médio</i>).	F: 40.1% M: 25.77% ¹⁸	F: 23.6% M: 18.0% Erro! Marcador não definido.	F: 37.4% M: 15.9% Erro! Marcador não definido.
População sem educação (<i>% de mulheres e homens</i>).	F: 22.1% M: 7.5% Erro! Marcador não definido.	F: 7.7% M: 4.0% Erro! Marcador não definido.	F: 15.4% M: 4.1% Erro! Marcador não definido.
Empregar - Indicadores de acesso de mulheres e raparigas ao trabalho e emprego			
Sem Emprego, Educação ou Formação SEEF (<i>% de jovens do sexo feminino e masculino com idade entre 15 e 24 anos sem emprego, educação ou formação</i>).	F: 11.81% M: 7.28% ¹⁹	F: 23.0% M: 16.6% Erro! Marcador não definido.	F: 25.7% M: 18.2% Erro! Marcador não definido.
Trabalhadores pobres (<i>% de mulheres e homens empregados com mais de 25 anos vivendo na pobreza, apesar de estarem empregados e a ganhar menos de US\$ 1,90 Paridade de Poder de Compra por dia</i>).	F: 27.59% M: 24.53% Erro! Marcador não definido.	F: 46.0% M: 40.0% Erro! Marcador não definido.	F: 69.5% M: 66.4% Erro! Marcador não definido.

Empoderamento da rapariga

Desafio 1: Altas taxas de gravidez na adolescência

10. Para que as raparigas alcancem o seu pleno potencial, estas precisam ter a liberdade, ferramentas e informações para tomar decisões informadas e ter voz e agência associadas ao empoderamento. As raparigas e mulheres muitas vezes não têm essa possibilidade em Angola devido a normas sociais discriminatórias que reforçam as desigualdades de género, toleram práticas prejudiciais, como casamento infantil e gravidez na adolescência, e ignoram a VBG. Essas normas sociais discriminatórias também contribuem para limitação de dotações (saúde, educação e bens sociais e

¹⁴ FHI360 – Education Policy and Data Center, 2015 (Política Educacional e Centro de Dados)

¹⁵ UIS 2012

¹⁶ UIS 2015

¹⁷ UIS 2013

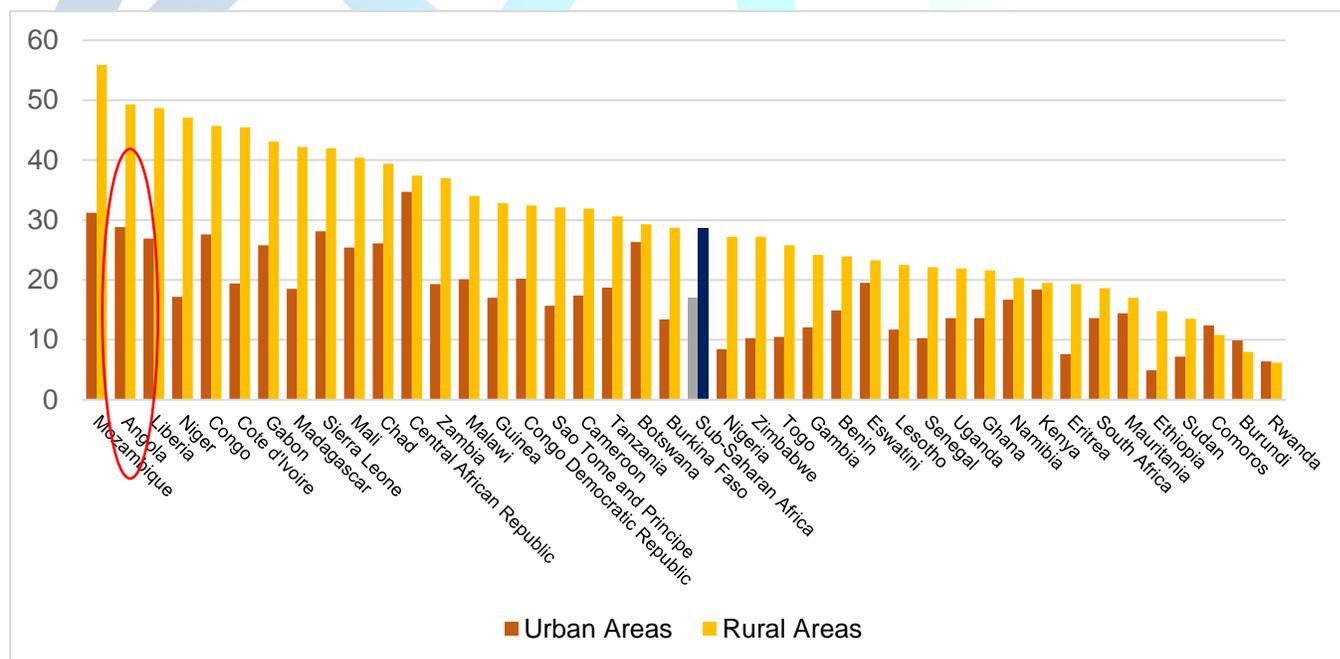
¹⁸ UIS 2010

¹⁹ International Labour Organization.. Estimativas modeladas para 2020.

produtivos) e oportunidades económicas para meninas e mulheres, criando um ciclo vicioso de privação²⁰ em que o casamento infantil e a gravidez precoce têm um efeito negativo no desempenho educacional, o que por sua vez, aumenta a probabilidade de casamento infantil e procriação precoce.²¹

11. Uma das manifestações mais claras dessas normas sociais discriminatórias são as altas taxas de procriação de adolescentes. A taxa de gravidez na adolescência em Angola, de 163 nascimentos por 1.000 mulheres, é a terceira mais elevada a nível mundial. O uso de anticoncepcionais entre adolescentes é baixo, apenas 12,5% (ver Tabela 1 e Figura 2). Essas estatísticas reflectem o baixo acesso e conhecimento dos métodos modernos de contracepção, exacerbado por práticas culturais dominantes do sexo masculino nos níveis da comunidade que perpetuam papéis restritivos de meninas e mulheres na sociedade e práticas de sanção, como casamento infantil e VBG.²² Tais práticas são também frequentemente reforçadas por líderes religiosos e líderes tradicionais comunitários (sobas).²³

Figura 2. Adolescentes que começaram a ter filhos (% de mulheres de 15-19 anos que começaram a ter filhos, por Residência: Urbana ou Rural)



Fonte: Inquéritos Demográficos e de Saúde (IDS), 2016

12. Acredita-se que o encerramento de escolas como resultado da pandemia da COVID-19 leva ao aumento das taxas de gravidez e procriação na adolescência. A gravidez de adolescentes na Libéria e Serra Leoa aumentou até 65% em alguns distritos após a crise do Ébola²⁴. Escolas encerradas

²⁰ Klugman et al. 2014. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/19036>

²¹ Wodon et al., 2017, 2018

²² Conclusões das entrevistas de grupos focais realizadas em Angola com organizações da sociedade civil proeminentes.

²³ Conclusões de entrevistas de grupos focais e corroboradas por meio de visitas de campo em Huila e Benguela, incluindo entrevistas com informantes-chave com os sobas.

²⁴ UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 2020.



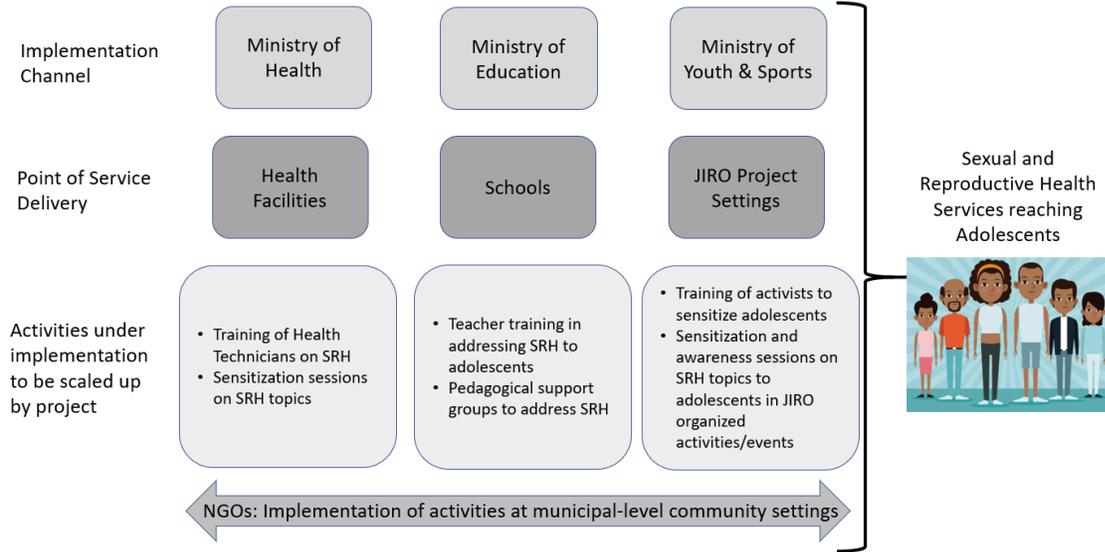
aumentaram a vulnerabilidade das raparigas ao abuso físico e sexual por parte de seus colegas e por homens mais velhos. Com a maior pressão económica sobre as famílias, houve um aumento no reporte de sexo transaccional sendo usado como uma forma das famílias cobrirem as suas necessidades básicas. Da mesma forma, quando o principal ganha-pão foi perdido devido ao Ébola, muitas filhas foram casadas, com a esperança de que isso trouxesse maior protecção. As primeiras evidências mostram que tais efeitos estão a ocorrer em Angola, assim como em muitos países em todo o mundo.²⁵

13. Com base no quadro 4E, um aspecto central para reduzir a taxa de fecundidade adolescente é melhorar o acesso e a procura de serviços de saúde reprodutiva. Angola endossou recentemente uma estratégia multisectorial de saúde sexual e reprodutiva (SSR) desenvolvida pelo Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, MINSA), com o apoio da Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A estratégia é implementada através de três canais (Figura 3): (a) MINSA, que é responsável pela prestação de serviços de SSR nas unidades de saúde; (b) O Ministério da Educação MED, que é responsável pelo desenvolvimento do currículo para incluir conteúdo de saúde sexual e formação de professores em SSR; e (c) o Ministério de Juventude e Desportos (MINJUD), que é responsável por formar activistas de nível comunitário em questões de SSR. Cada canal tem o seu ponto de prestação de serviço, o que ajuda a garantir que os adolescentes possam aceder aos serviços de SSR em diferentes ambientes. Além disso, Organizações Não-Governamentais (ONGs) como o Centro de Apoio aos Jovens e a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo também oferecem serviços de SSR virados para jovens de 12 a 18 anos dentro e fora da escola. Portanto, existe uma coalizão de intervenientes engajados nos esforços de SSR, mas estes precisam ser fortalecidos e ampliados nacionalmente.

Figura 3. Canais de Implementação para a Prestação de Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva para Adolescentes

<https://en.unesco.org/news/covclosures-around-world-will-hit-girls-hardest>.

²⁵ Onyango, M. A., Resnick, K., Davis, A., & Shah, R. R. (2019). Gender-Based Violence Among Adolescent Girls and Young Women: A Neglected Consequence of the West African Ebola Outbreak. In Pregnant in the Time of Ebola (pp. 121-132). Springer, Cham.



Nota: JIRO = Juventude Informada Responsável Organizada

Desafio 2: Altas taxas de crianças e jovens fora da escola, especialmente raparigas

14. Existe uma grande e crescente população de crianças fora da escola (CFE) e jovens em Angola.

De acordo com o censo de 2014, 1,8 milhões de candidatos a alunos com idades entre 5-17 anos estavam fora da escola. Espera-se que esse número tenha crescido nos últimos anos e será ainda mais exacerbado nos próximos anos por vários factores, incluindo COVID-19. Primeiro, o tamanho das futuras coortes de crianças que ingressam no ensino primário vai exigir uma grande expansão de espaços. Em segundo lugar, a oferta de escolas (infraestrutura física e número de professores) está a diminuir em vez de aumentar, com estatísticas oficiais reportando uma queda de 20% nas matrículas na escola primária entre 2016 (5,9 milhões) e 2018 (4,6 milhões). Terceiro, há menos professores com professores que deixaram o sistema (por atrito natural) entre 2014 e 2018 não sendo substituídos, resultando no encerramento de muitas escolas (ver desafio 4).

15. As raparigas têm mais probabilidade de estar fora da escola do que os rapazes.

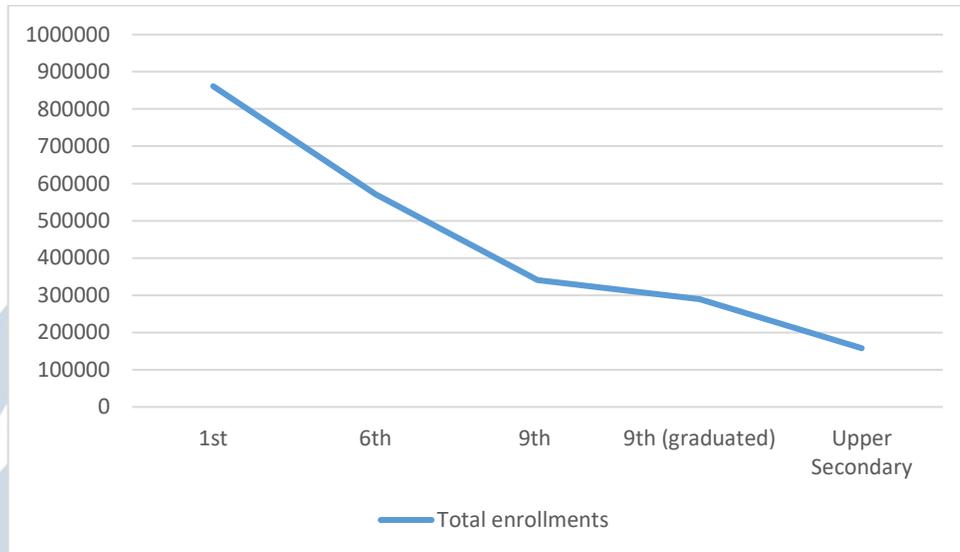
Cerca de 34% das meninas adolescentes estão fora da escola, mais do que o dobro da média dos países de renda média baixa (17%).²⁶ Apenas 15% das mulheres e 23% dos homens concluíram o ensino médio. Cerca de 22% das mulheres - uma em cada cinco - têm zero anos de escolaridade, em comparação com 7% dos homens. Se esta tendência não for revertida, um número cada vez maior de meninas estará em maior risco de ter filhos precoces, em vez de adquirir competências através do sistema educacional, portanto, reduzindo a magnitude do potencial dividendo demográfico de Angola.

²⁶ World Bank (2020). Angola: Investing in women' empowerment for human capital improvements. Human Capital ASA (P174976).



Figura 4. Sobrevivência de classes inferiores em Angola, 2018

(Número de Alunos Matriculados em Cada Classe)



Fonte: Cálculos dos autores, com base no Sistema de Informação de Gestão Educacional (SIGE)

16. É necessária acção urgente para reduzir o número de crianças fora da escola (CFE), bem como conter o fluxo de desistências. Para o número actual de CFE, o MED está a expandir as oportunidades de educação de segunda oportunidade. Mesmo sob os cenários mais optimistas para a expansão do sistema escolar, um grande número de jovens continuará fora do sistema educacional por muitos anos, exigindo oportunidades de aquisição de competências por meio de programas acelerados. O MED oferece programas de conclusão do ensino primário e secundário no turno nocturno ou final de semana, em que os alunos podem concluir dois anos de escola em período integral em um ano de meio período (para o primário) e três anos de escola secundária a tempo inteiro em dois anos. O programa primário cobre actualmente 750.000 alunos (dois terços dos quais são mulheres), embora de qualidade²⁷ varia, e existe uma alta taxa de desistências (entre 20% e 30%, dependendo do módulo). A maioria dos alunos tem entre 15 e 25 anos, com as mulheres ligeiramente superando os homens em termos de taxas de graduação. O programa secundário, conhecido como Primeiro Ciclo Acelerado, tem uma cobertura mais baixa (13.000 alunos, metade dos quais são mulheres), visto que é oferecido apenas em 3 das 18 províncias de Angola. Os principais constrangimentos para a ampliação desses programas são sala de aula, financiar os materiais de aprendizagem e financiar as horas adicionais para instrutores, que devem ser credenciados pelo MED.

²⁷ Existem poucas evidências sobre a eficácia e o impacto dos programas de educação de segunda oportunidade, em Angola, bem como globalmente. Este programa foi priorizado para avaliações no âmbito da Componente 3.



17. Para conter o fluxo de AFE, o Governo de Angola pretende a) expandir a oferta de espaços de sala de aula, especialmente no ciclo 1 do nível secundário (ver desafio 4), e b) introduzir incentivos para as raparigas na transição do ensino primário para o ciclo 1 do secundário e depois pós-graduação. Os incentivos têm dois componentes. Primeiro, há um bônus de registo único (AOA 25.000, ou ~ US\$ 38) para raparigas que fazem a transição para o ciclo 1 do secundário. Em segundo lugar, para rapazes e raparigas, há uma bolsa anual (AOA25.000, ou ~ US\$ 38) para alunos que permanecem no ciclo 1 do ensino médio.

Desafio 3: Variações regionais nas disparidades de género

18. Angola tem 'pontos críticos' regionais onde as raparigas casam mais jovens e a fecundidade na adolescência é mais elevada. Em 22 municípios nas províncias de Malanje, Moxico, Cuando Cubango, Lunda Norte, Lunda Sul e Uíge, mais de 20% das raparigas entre as idades 12-17 estavam casadas. Em 17 municípios, mais de 20% das raparigas entre as idades 12-17 já são mães. (ver anexo 3 para mapas de variações regionais e implicações para a segmentação). Da mesma forma, enquanto mais raparigas do que rapazes estão fora da escola em todos os municípios, existem alguns municípios com um número particularmente alto de raparigas fora da escola. Existem disparidades consideráveis por riqueza. Menos de 1% das raparigas e 5% dos rapazes no quintil mais pobre concluíram o ensino médio, em comparação com 69% das meninas e 53% dos meninos no quintil mais rico (ver anexo 3 para mapas de variações regionais e implicações para a segmentação).

19. Em relação ao provável impacto da COVID-19, as raparigas têm menos probabilidade de retornar à escola depois de reabertas. Em vez disso, estas tendiam a deslocar o seu tempo para actividades geradoras de renda. O encerramento das escolas na Argentina resultou em perdas de renda no mercado de trabalho de longo prazo para as raparigas.²⁸ Além disso, conforme discutido no desafio 1, com base na experiência do Ebola, as taxas de procriação de adolescentes provavelmente também vão aumentar. Consequentemente, as raparigas precisam ser apoiadas e encorajadas a permanecer na escola, com intervenções particularmente direccionadas às regiões de "pontos críticos" destacadas no parágrafo anterior. Lidar com a pobreza na aprendizagem desde o início é fundamental para fornecer este apoio, pois a aprendizagem gera aprendizagem, resultando em maior interesse em permanecer na escola.

Pobreza de Aprendizagem²⁹

Desafio 4: Fornecimento inadequado de escolas seguras e inclusivas

²⁸ Jaume and Willén 2019.

²⁹ A pobreza de aprendizagem refere-se à crianças que não são capazes de ler e perceber um texto simples aos 10 anos de idade.



20. O ambiente escolar não é propício à aprendizagem. A procura projectada de escolaridade nos níveis de jardim-de-infância, primário e secundário inferior (ciclo 1) em Angola é significativo. Muitos alunos já estão relegados a estudar debaixo de uma árvore, devido a salas de aula insuficientes; das 109.000 turmas do país, cerca de 20.000 representando cerca de 1.12 milhões de alunos estão ao ar livre (em Benguela, essas salas representam 40% do total)³⁰. Ao mesmo tempo, espera-se que a percentagem de crianças de 5-18 anos aumente em 30% até 2030. Garantir que as existe espaço físico nas escolas para que as crianças possam aprender vai requer uma aceleração sem precedentes na expansão de escolas, especialmente no nível secundário, onde a falta de espaço afecta desproporcionadamente às raparigas.

21. Factores relacionados ao ambiente escolar também actuam contra a estadia das raparigas na escola. Em termos de factores ao nível da escola, a falta de planeamento e investimento em infraestruturas contribuiu para uma generalizada falta de oferta de escolas, uma vez que as estas não são construídas com base nas necessidades mas sim devido à disponibilidade financeira. Isso é particularmente sentido no ciclo 1 do ensino secundário. Além do mais, as escolas podem frequentemente ser inseguras (devido aos riscos em torno da VBG) e/ou indesejáveis (devido à falta de água e casas de banho limpas e condições não favoráveis a uma higiene menstrual saudável). Em muitas regiões, os pais e as raparigas têm preocupações com a segurança relacionadas ao ir e voltar da escola. Um estudo recente realizado na província da Huíla calculou as distâncias médias até à escola fora das capitais provinciais como sendo 5 km (para escolas primárias) e 12 km (para o ciclo 1 das escolas secundárias). Essas distâncias são aumentadas ainda mais devido à ausência de transporte público.

22. Barreiras de nível escolar estão particularmente presentes para raparigas. Em primeiro lugar, há menos professoras do que professores no sistema, privando as meninas de um "factor de protecção" fundamental nas escolas. Em Angola, como em muitos países, a menstruação é um assunto tabu e o estigma pode impedir que meninas e mulheres adolescentes frequentem a escola. De acordo com a pesquisa de Indicadores de Prestação de Serviços (IPSS), 60% das escolas não têm casa de banho em funcionamento. Sem esse nível mínimo de higiene, muitos alunos, particularmente, raparigas adolescentes estão reluctantes em frequentar a escola.

Desafio 5: Prestação de serviços de baixa qualidade "na normalidade"

23. O Índice de Capital Humano de Angola é limitado pelos resultados da educação do país. A expectativa de anos de escolaridade, de 8,1, é quase igual à de países de baixa renda. Para as mulheres, a expectativa de escolaridade é de apenas 7 anos, contra 9,2 anos para os homens. No entanto, os anos de escolaridade ajustados à aprendizagem são de apenas 3,6 anos quando contando para o que as raparigas aprendem durante o tempo em que estão na escola (em comparação com 4,8 anos para os rapazes). Esta crise de aprendizagem é ainda mais enfatizada pelos resultados da recente Avaliação de Leitura na Primeira Classe (EGRA), que revelou que apenas 1 em cada 3 crianças de dez anos consegue ler uma frase. Além de ser uma restrição directa ao acúmulo de capital humano, essa baixa qualidade de aprendizagem reduz o custo de oportunidade para as meninas de engravidar e/ou abandonar a escola.

³⁰ SIGE 2019.



24. Muitas crianças angolanas chegam à escola não preparadas para aprender. O sistema de ensino angolano começa na sala de iniciação (5 anos), seguindo-se a escola primária para a 1ª à 6ª classe (6-11 anos), primeiro ciclo do secundário 7ª à 9ª (dos 12-14 anos), e segundo ciclo do secundário da 10ª a 12ª classe (dos 15 aos 17 anos). No entanto, antes mesmo de entrar no sistema de ensino, muitas crianças angolanas encontram-se em desvantagem. Primeiro, a prevalência de nanismo entre crianças é de 38%, resultando em atrasos cognitivos. Em segundo lugar, as oportunidades para se envolver na aprendizagem na primeira infância, promovendo o desenvolvimento da primeira infância são virtualmente inexistentes. Apenas cerca de 24% das crianças de 5 anos estão matriculadas na creche/sala de iniciação.³¹ Finalmente, uma alta prevalência de parasitas/lombrigas leva a distúrbios nutricionais que causam atraso no crescimento, o que também afecta o desempenho educacional. Ainda assim, há uma capacidade baixa para implementar e gerir programas de desparasitação.

25. Os professores têm baixo nível de conhecimento, alto absentismo e baixa motivação. A pesquisa de IPS de 2016 mostrou que, durante as visitas não anunciadas, os professores estavam ausentes quase 30% do tempo. Outros 17% dos professores estavam na escola, mas não na sala de aula, resultando num total de cerca de 36% das salas de aula estando sem professor em qualquer dia. Além disso, mesmo quando os professores estão presentes, seu domínio do conteúdo do currículo que eles são responsáveis foi considerado baixo. Seja para testar o conteúdo de matemática ou língua, ou para o conhecimento pedagógico das práticas de ensino, os professores pontuaram em média abaixo de 20%. Isso revela a ineficácia das políticas de docentes que funcionam para atrair, seleccionar, apoiar e distribuir professores.

26. A maioria das crianças angolanas não fala português como língua materna, embora esta seja a língua usada pelos professores na escola. Embora o português seja a única língua oficial de Angola, existem muitas outras línguas (e dialectos) faladas em Angola, das quais oito são reconhecidas nacionalmente. Um estudo realizado pelo INE em 2012 revelou que 39% dos angolanos falam português como língua materna. No entanto, o censo de 2014 revelou que 71% falam algum português em casa. Isso ainda deixa cerca de um terço dos alunos que entram na escola falando pouco ou nenhum português, um dos principais motivadores dos baixos níveis de habilidade de leitura em língua portuguesa.

27. Devido à falta duma avaliação nacional do aluno, pouco se sabe sobre os níveis de aprendizagem e tendências relacionadas. A menos que a aprendizagem seja medida regularmente, entre disciplinas e áreas geográficas, é difícil saber a extensão da crise de aprendizagem (por exemplo, que proporção de crianças não sabem ler?), sua distribuição (por exemplo, prevalência geográfica e notas), suas dimensões curriculares, e as tendências associadas. Isso terá uma importância acrescida dadas as esperadas iniquidades que surgirão no sistema como resultado da resposta do COVID-19 que favorecerá aos alunos com acesso à tecnologia. Os EGRAs de 2011 e 2016 que mostraram que apenas cerca de 1 em 3 alunos sabia ler, embora a distribuição desigual desses resultados seja desconhecida. Da mesma forma, Angola aderiu ao Consórcio da África Austral e Leste para a Monitoria da Qualidade da

³¹ UNICEF, 2019.



Educação (SACMEQ), entidade responsável pela realização de avaliações de aprendizagem, embora ainda não tenha participado numa avaliação regional que permita comparar os resultados da aprendizagem em Angola com os de outros países Africanos.

Desafio 6: Perturbação na aprendizagem devido ao COVID-19

28. COVID-19 adiciona à crise de saúde pública e económica à crise de aprendizagem pré-existente em Angola. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao COVID-19, existem desafios imediatos que o país enfrenta relacionados com a educação à distância, medidas a serem tomadas para garantir a reabertura de escolas com segurança e mudanças estruturais de longo prazo que o país terá de empreender para melhorar a aprendizagem.

29. Nos próximos 24 meses, o sistema escolar Angolano deve oferecer programas de ensino à distância para garantir a continuidade da aprendizagem. Os programas de ensino à distância incluem o uso de rádio (ou outro áudio), inclusive de forma interactiva, e programação de televisão. Estas formas de ensino ainda se encontram pouco desenvolvidas em Angola, em parte devido à baixa infraestrutura de telecomunicações do país, resultando em taxas de penetração limitadas das tecnologias de comunicação (estima-se em somente 30% para televisão). Até ao momento, os programas de ensino televisivo Teleaulas, que constituem uma parceria entre o MED e a Rede Pública de Televisão de Angola, têm sido a principal fonte de ensino à distância para os alunos em casa.

30. À medida que as escolas reabrem, devem ser tomadas medidas para garantir a segurança dos alunos e funcionários. O plano de resposta a emergência da COVID-19 de Angola para o sector da educação, desenvolvido com o apoio da UNICEF e do Banco Mundial, inclui acções relacionadas com a limpeza profunda das escolas antes da sua reabertura, equipando as escolas com água e sabão para os alunos e para os funcionários manterem higiene adequada, e actividades psicossociais de apoio aos alunos no retorno às escolas. Um foco especial é colocado na sensibilização da comunidade para garantir que as raparigas voltem à escola, dadas as evidências de contextos semelhantes onde as meninas eram mais propensas a abandonar a escola permanentemente.

Restrições Institucionais

31. O sistema de ensino angolano é gerido pelo governo central, provincial e local, com o objectivo duma eventual descentralização para as comunas. Uma vez que o governo nacional é responsável pela definição geral de políticas, as províncias são responsáveis pelo funcionamento e gestão das escolas (incluindo a contratação e gestão de professores e directores de escolas), gerindo, portanto, cerca de 80% do orçamento da educação. As responsabilidades dos municípios variam consoante forem urbanos (responsáveis pela construção, manutenção, programas sociais, desportos, e por aí adiante) ou rurais (responsável por alimentação escolar, transporte e manutenção).



32. O sector de educação de Angola sofre de duas grandes fraquezas institucionais: financiamento inadequado e capacidade fraca. A educação representa apenas 6.05% do orçamento angolano³², muito abaixo da meta de 15% prometida no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 do Governo. Como percentagem do PIB, isso é estimado em apenas 2,1%, menos da metade da já baixa média regional de 4%.³³ Desse total, cerca de 94% representam despesas recorrentes, deixando apenas 6% para investimento. O financiamento ao nível primário é responsável por 41% deste orçamento e 33% no nível secundário, alto em comparação com outros países da região, ilustrando o compromisso do Ministério em priorizar esses níveis de educação. Existem grandes disparidades no financiamento entre as regiões, com Bengo e Namibe gastando cerca de AOA 25.000 (US\$ 38) por aluno por ano, em comparação com apenas AOA 7.000 (US\$ 11) no Cuanza Sul e Cuando-Cubango (Figura 6).

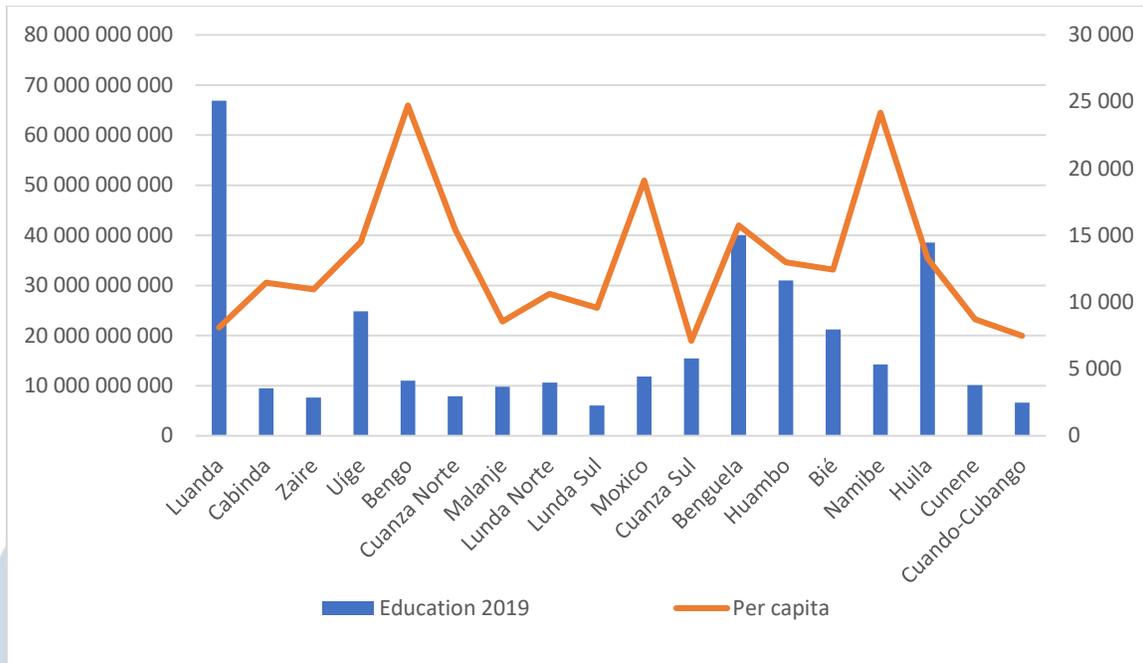
33. Existe uma capacidade fraca para enfrentar os desafios do sector, adicionalmente agravados pela pandemia. Ao nível central, o sector público sofre de uma elevada rotatividade de pessoal – um resultado de muitas direcções terem cargos por nomeação política. Da mesma forma, os governadores provinciais nomeiam muitos gestores, incluindo directores de escola, do sistema educacional, aos níveis provincial e municipal. O resultado é numa ausência de profissionalização em todos os níveis. Para as salas de aula, a ausência de supervisão pedagógica resulta nos professores não receberem *feedback* de forma oportuna ou significativa, falta de diagnóstico objectivo das fragilidades do ensino, e a respectiva formação que ajuda a melhoria do desempenho não é identificada.

Figura 5. Distribuição geográfica das despesas com a educação (em AOA) (2018)

³² UNICEF 2019.

³³ World Bank, 2020

https://databank.worldbank.org/data/download/hci/HCI_2pager_AGO.pdf?cid=GGH_e_hcpexternal_en_ext



Fonte: UNICEF, 2019

34. O Projecto proposto de Empoderamento da Rapariga e Aprendizagem para Todos baseia-se nos sucessos do actual Projecto Aprendizagem para Todos, PAT I (P122700) financiado pela IDA, bem como em vários esforços regionais que buscam impulsionar o empoderamento da rapariga. O PAT (P122700) trabalhou para fortalecer a capacidade do governo de gerir o sistema educacional, incluindo a formação de mais de 15.000 professores em abordagens pedagógicas melhoradas. O projecto proposto expande esses sucessos, visando estender as abordagens empregues a outras esferas da gestão educacional. A operação proposta também incorpora boas práticas para reduzir as desigualdades de género e alcançar um dividendo demográfico que tem aprendido com o projecto regional em curso de Empoderamento das Mulheres do Sahel e do Dividendo Demográfico (P150080). Além disso, através de uma doação do Mecanismo Mundial de Financiamento, Angola desenvolveu uma estratégia para fornecer serviços integrados relacionados com saúde reprodutiva, materna, infantil e adolescente e nutrição através de uma abordagem multisectorial incluindo os sistemas de educação e saúde.

C. Relevância para Objectivos de Nível Superior

35. O projecto proposto apoia os objectivos centrais do PDN 2018–2022 e está alinhado com a Estratégia de Parceria com o País do Banco Mundial AF14–16 (EPP) (Relatório nº 76225-AO) e subsequente Avaliação de Desempenho e Aprendizagem (ADA) (Relatório nº 100984 -AO). Como parte da sua primeira prioridade de política estratégica, o PDN prioriza o empoderamento das mulheres e a igualdade de género. Na segunda prioridade da política, o PDN enfatiza a necessidade de melhorar a formação e a gestão de professores, melhorar a aprendizagem no ensino fundamental e desenvolver ainda mais o sistema secundário (incluindo a intensificação dos esforços para alcançar os jovens). O



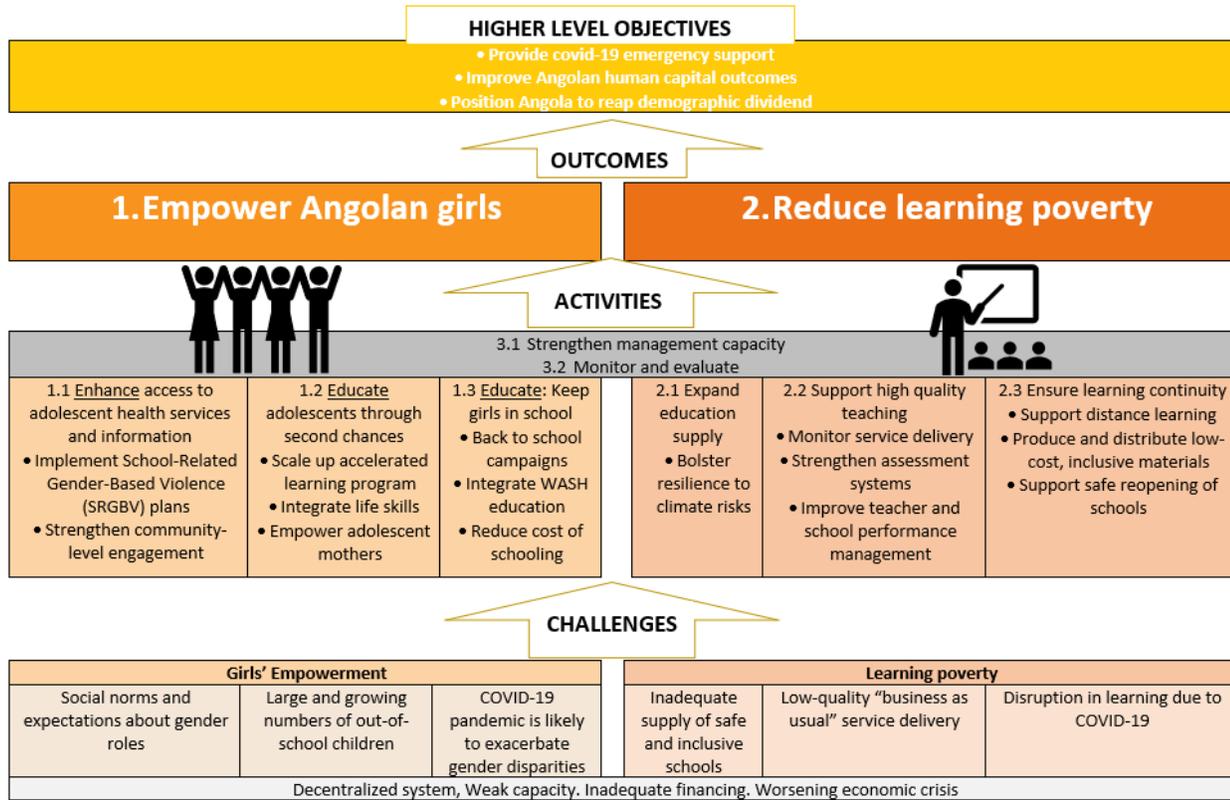
projecto proposto apoia o pilar 2 da EPP estendida através do ADA (Relatório nº 100984 -AO), incluindo ajustes feitos no programa devido a COVID-19 (veja o anexo 8). Está também alinhado com directivas preliminares duma próxima EPP do Grupo Banco Mundial (GBM) para Angola (a ser implementada no AF22). O projecto proposto também é consistente com a estratégia de género do Banco Mundial (AF16 - AF23), que luta pela igualdade de género para alcançar os objectivos gémeos do Banco Mundial de erradicar a pobreza extrema e aumentar a prosperidade partilhada. O projecto proposto identifica, aborda e monitora as principais questões de género no sector de educação, incluindo lacunas na matrícula, desempenho e conclusão e almeja apoiar o posterior empoderamento de raparigas e mulheres, para melhores resultados de capital humano. O projecto também está alinhado com o Plano de Negócios de Capital Humano da Região da África.

36. Os objectivos de nível superior do Projecto são três: fornecer apoio de emergência a escolas e províncias para responder ao COVID-19, apoiar Angola para a melhoria dos seus resultados de capital humano e posicionar o país para colher um dividendo demográfico. A promoção do empoderamento das raparigas angolanas e a redução da pobreza de aprendizagem em Angola ajudará o país a maximizar o seu dividendo demográfico. Por outro lado, uma transição demográfica resultará em mais investimentos em serviços de educação e saúde, contribuindo para melhorias contínuas nos resultados do capital humano.

37. O projecto proposto visa capacitar e educar raparigas angolanas e lidar com a pobreza na aprendizagem (figura 6). Aplicando o quadro conceptual 4E³⁴, o componente 1 visa empoderar as raparigas angolanas, melhorando a aceitação e a utilização dos serviços de saúde (por exemplo, planeamento familiar, nutrição e SSR); garantir que os jovens, especialmente as raparigas, continuem na escola; e conectando com os que encontram-se fora do sistema escolar a oportunidades de segunda chance em educação. Como parte da resposta a COVID-19, o componente 1 busca minimizar interrupções na educação de raparigas por meio da oferta de bolsas de estudo destinadas a incentivar raparigas (e rapazes) a permanecer na escola. O Componente 2 visa melhorar a educação oferecida a crianças e adolescentes por meio do fortalecimento do ensino e da medição da aprendizagem, incluindo, onde e quando relevante, programas de ensino à distância. Também busca manter mais raparigas na escola, construindo salas de aula, reabilitando casas-de-banho e melhorando o clima escolar das escolas existentes. Garantir a transição para o ensino médio para raparigas e oferecer a elas uma chance melhor de aquisição de habilidades por meio duma melhor aprendizagem resultará em raparigas mais empoderadas e numa cidadania mais produtiva, contribuindo assim amplamente para o crescimento e a inclusão. Além disso, essas melhorias permitiriam que as gerações em idade escolar gerassem mais tarde melhores rendimentos para si mesmas e suas famílias, tivessem filhos mais tarde (e quando quisessem) e fossem mais capazes de investir na saúde e na educação de seus filhos, portanto desencadeando um ciclo virtuoso aos níveis familiar e nacional.

Figura 10. Teoria da Mudança - Empoderamento e Aprendizagem das Raparigas

³⁴ A Componente 1 concentra-se principalmente nos 'E's de empoderar raparigas (através de habilidades para a vida), melhorando o acesso a SSR e educando (por meio da conexão com a educação de segunda chance). O quarto E 'empregar' está além do âmbito deste projecto.



38. Crucial para alcançar os objectivos do projecto é o uso de uma abordagem multisectorial que se baseie em iniciativas existentes em outros sectores (por exemplo, saúde, protecção social, água e agricultura) e nos apoiados por organizações parceiras (por exemplo, UNICEF). Isso é mais evidente com o Projecto de Fortalecimento do Desempenho do Sistema de Saúde (PFDSS) (P160948), onde as ligações entre escolas e clínicas vão resultar numa melhor aceitação dos serviços de saúde para adolescentes (por exemplo, serviços de planeamento familiar e fornecimento de anticoncepcionais) e serviços de educação (por exemplo, programas de aprendizagem acelerada virados para os jovens). Da mesma forma, existem sinergias a serem estabelecidas com o Projecto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social (P169779). Especificamente, o mesmo registo de beneficiários e mecanismos de pagamento desenvolvidos sob o programa Kwenda serão usados para gerir administrar o programa de bolsas. Além disso, a operação de protecção social apoia Centros de Acção Social Integrada (CASI) encarregados de encaminhar as famílias para serviços sociais a nível municipal, incluindo para sobreviventes de VBG. Os CASIs também servem de extensão para alcançar potenciais beneficiários sob a componente de 'empoderamento' do projecto proposto. As ligações com outros sectores, como água, informam o exercício de microplaneamento para expandir a oferta de educação. Finalmente, o projecto proposto vai estabelecer vínculos com outras iniciativas, como as implementadas pelo UNICEF em torno da educação parental e Fornecimento de Água, Saneamento e Higiene (WASH), para aumentar o impacto do desenvolvimento colectivo.

39. O projecto proposto apresenta uma abordagem espacial para investir na prestação de serviços de capital humano, em camadas de intervenções direccionadas a pontos de acesso identificados. O



projecto proposto usa uma metodologia de focalização tripla, começando com os municípios já priorizados nas operações de saúde em decurso, a maioria dos quais são os municípios com altas taxas de desistências. Em seguida, usando microdados do censo nacional de 2014, municípios adicionais considerados "pontos críticos" são identificados de acordo com o número de crianças fora da escola. Finalmente, os municípios prioritários do MED foram inclusos, para um total de 68 (veja o anexo 3 para mais detalhes).

II. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

A. Objectivo de Desenvolvimento do Projecto

Declaração do ODP

40. O Objectivo de Desenvolvimento do Projecto (ODP) é de emponderar os jovens Angolanos, especialmente as raparigas, e para melhorar a qualidade de aprendizagem para todos.

Indicadores do Nível do ODP

Empoderar raparigas Angolanas

- (a) Raparigas e rapazes (12–18 anos) com melhor acesso a informações e serviços de SSR (incluindo métodos anticoncepcionais/planeamento familiar) (desagregado por género).
- (b) Número de alunos que concluem a educação de segunda chance com habilidades de vida integradas (desagregado por género).
- (c) Proporção de raparigas como percentagem do total de alunos matriculados no ciclo 1 nos municípios do projecto (Percentagem).

Qualidade de Aprendizagem

- (d) Proporção de professores com desempenho igual ou superior ao nível satisfatório (Percentagem).
- (e) Salas de aula novas e reabilitadas (número)
- (f) [Das quais novas construções (número)]

B. Componentes do Projecto

Tabela 2. Alinhamento de Desafios e Componentes

Desafio	Componente/Subcomponente
1: Altas taxas de gravidez na adolescência	1.1: Melhorar o acesso a serviços e informações de saúde para adolescentes, com foco nas raparigas (US\$ 10 milhões)
2: Altas taxas de crianças e jovens fora da escola, especialmente raparigas	1.2: Fornecer aos adolescentes com educação de segunda chance e competências para a vida (US\$ 20 milhões)
3: Variações regionais nas disparidades de género	1.3 Manter as raparigas na escola (US\$ 110 milhões)



4: Escolas que podem ser mais seguras e mais inclusivas	2.1: Expandir e reabilitar a oferta de educação (US\$ 60 milhões)
5: Prestação de serviços “em condições normais” de baixa qualidade	2.2: Apoio ao ensino de alta qualidade (US\$ 20 milhões)
6: Interrupção na aprendizagem devido ao COVID-19	2.3: Garantir a continuidade da aprendizagem (US\$ 20 milhões)
7: Restrições institucionais	3. Gestão, monitoria e avaliações do projecto (US\$ 10 milhões)

Componente 1. Empoderar raparigas angolanas (US\$ 140 milhões)

41. A primeira componente visa empoderar as raparigas angolanas, com certas actividades também direccionadas aos rapazes. A componente almeja a) fornecer serviços de saúde para adolescentes, b) expandir as oportunidades para uma segunda oportunidade de educação e competências para a vida e c) manter as raparigas na escola por meio de acções viradas para a demanda.

Sub-componente 1.1: Melhorar o acesso a serviços e informações de saúde para adolescentes (US\$ 10 milhões)

42. Este subcomponente vai fornecer serviços de saúde para adolescentes para raparigas (e rapazes) por meio de ONGs e parceiros (isto é, o lado da oferta para melhorar o acesso). Em apoio à implementação contínua da estratégia de saúde do adolescente, esta Sub-componente vai fornecer serviços de SSR para rapazes e raparigas adolescentes por meio de ONGs em 68 municípios de alta prioridade. Os serviços a serem ampliados seguem o programa culturalmente apropriado já desenvolvido e incluem educação sexual, educação para os direitos, estratégias de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis/HIV e SIDA e gravidez, promoção do uso de preservativo e contracepção, prevenção de casamentos precoces, informações sobre álcool e abuso de drogas, informações sobre saúde mental e consciencialização sobre a VBG. No total são cerca de 30 sessões ao longo de um ano, oferecidas em espaços seguros em diferentes ambientes, dependendo do público-alvo: normalmente, em escolas (em colaboração com o Ponto Focal Social da Escola), ou em espaços comunitários³⁵. Para sessões realizadas em escolas, seriam feitas ligações com os Plano de Acção de Resposta de Exploração e Abuso Sexual, e Prevenção de Assédio Sexual do projecto (PA VBG).³⁶ As sessões são conduzidas por mentores treinados (geralmente alunos de instituições locais de formação de professores) e incluem módulos conduzidos por pares, reconhecendo que as adolescentes podem se sentir mais à vontade para discutir saúde sexual com colegas do que autoridades reconhecidas, como trabalhadores de ONGs e professores. Embora a maioria das sessões seja virada para ambos sexos,

³⁵ Frequentemente, são “Jangos”, simples abrigos de palha que permitem que grupos comunitários se reúnam e discutam questões importantes.

³⁶ Por forma a melhorar a segurança nas escolas e dado o aumento esperado da GBV durante o COVID-19, planos de VBG na Escola seriam concebidos e implementados. Esses planos seriam elaborados a partir de um menu nacional de opções disponíveis para melhorar o clima escolar especificamente para raparigas, incluindo viagens de ida e volta para a escola. As opções incluem actividades como nomear conselheiras do sexo feminino, campanhas de consciencialização, sistemas de apoio para sobreviventes e declarações escolares assinadas. A responsabilidade pela concepção e implementação dos planos caberia ao Ponto Focal Social da Escola, uma figura existente em todas as escolas. O Ponto Focal da escola reportaria ao ponto focal provincial de VBG para o Projecto, por sua vez apoiado por um especialista regional em VBG (contratado pelo Projecto). Consulte o Anexo 1 para obter mais detalhes.



algumas sessões são especificamente viradas para rapazes, para focar em temas de masculinidade positiva. A entrega de conteúdos e manuais, bem como a formação da equipa MED e MINSA, formadores, ONGs e agentes contratados, decorreriam com entidades parceiras, como o UNFPA, para aproveitar as sinergias já estabelecidas e os conteúdos já desenvolvido, sujeito a validação pelo MED e MINSA.

43. O envolvimento no nível da comunidade também será uma parte central dessas actividades (ou seja, o lado da demanda, normalizando e ampliando as conversas sobre SSR). Também facilitada pelas ONGs e parceiros, esta actividade vai servir para integrar uma série de mensagens-chave para o empoderamento das raparigas, especificamente nos tópicos de (a) serviços de SSR e gravidez precoce, e (b) informações sobre educação (incluindo bolsas de estudo e oportunidades de programas de educação de segunda oportunidade). Usando materiais de comunicação desenvolvidos como parte da estratégia de saúde do adolescente, esta actividade vai explorar a rede existente de agentes comunitários para aproveitar o conhecimento local para conceber mensagens direccionadas por forma a reduzir e prevenir a gravidez entre adolescentes. Sob esta actividade os líderes comunitários locais vão se tornar e trabalhar como defensores e apoiar as raparigas adolescentes a permanecerem na escola e adiar o casamento e a gravidez. O parte do alcance da comunidade serve para conectar raparigas e suas famílias nos 68 municípios-alvo aos programas de educação de segunda oportunidade que serão expandidos nesses mesmos municípios, bem como aos serviços de saúde virados para os jovens.

44. A implementação deste subcomponente será liderada pelo MINSA. O MINSA será responsável por: (a) contratar as ONGs, com base nos TdRs aprovados pelo Banco Mundial ³⁷, (b) coordenação com outros sectores responsáveis pela execução de programas paralelos (por exemplo, serviços de saúde “amigos dos jovens”); e (c) monitoria e relatórios sobre o trabalho das ONGs e parceiros. Os parceiros seriam responsáveis por: (a) rever o conteúdo dos manuais; (b) formação de pessoal técnico no MED e MINSA, e (c) formação de formadores. Por sua vez, as ONGs serão responsáveis por (a) recrutar e formar mentores, (b) organizar as sessões de “lugar seguro”, incluindo a identificação dos espaços, realização da divulgação e monitoria da frequência; (c) aquisição de medicamentos e suplementos para a saúde reprodutiva (de acordo com o grupo de logística da estratégia de saúde do adolescente) e (d) impressão, distribuição e divulgação dos materiais de comunicação por meio das sessões de envolvimento da comunidade; e (e) fortalecimento dos pontos focais da escola para implementação de “lugares seguros” para raparigas.

45. Este sub-componente vai aumentar o acesso e a procura por SSR para 300.000 jovens em 68 municípios-alvo³⁸, pelo menos 185.000 são raparigas. Isso inclui adolescentes entre as idades 12-17 anos na escola (200.000) e fora da escola (100.000), e suas comunidades. Os serviços prestados pelas ONGs são estimados em US\$ 30 por beneficiário alcançado, incluindo os custos associados aos espaços seguros e os materiais associados. Para as actividades do VBG na Escola, será coberto o primeiro ciclo das escolas secundárias nos municípios-alvo, bem como todas as escolas que oferecem programas de educação de segunda oportunidade. O projecto proposto vai alcançar 600 escolas, com a implementação de actividades de resposta a VBG escolar local, incluindo exploração, abuso e assédio sexual (EAAS), mitigação de risco, prevenção em cada escola custando US\$750 por escola (para mais detalhes, consulte o Anexo 2).

³⁷ Foi desenvolvida a primeira versão dos Termos de Referência e esta encontra-se sob consulta.

³⁸ Este componente priorizaria os 30 municípios onde o PFSS já está a operar.



Subcomponente 1.2: Fornecer aos adolescentes uma educação de segunda oportunidade e competências para a vida (US\$ 20 milhões)

46. Este subcomponente vai proporcionar a raparigas e rapazes fora da escola (15 anos ou mais) oportunidades de concluir a sua educação e adquirir habilidades para a vida. As actividades sob este sub-componente incluiriam melhorar e expandir os actuais programas de segunda chance. Esses programas permitem que jovens e adultos, fora ou dentro do sistema educacional, com incompatibilidade de idade/classe, tenham a oportunidade de concluir o ensino primário em três anos e concluir o ciclo 1 do ensino secundário em dois anos, por meio de aulas diurnas ou nocturnas. As aulas funcionam em escolas públicas, bem como por meio de organizações parceiras (grupos religiosos, organizações cívicas, cooperativas, instituições públicas, empresas, etc.). A aquisição de conhecimentos sobre SSR, informação nutricional, educação financeira, educação cívica e aumento da auto-estima estão integrados ao currículo. Na perspectiva de fortalecer a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes, para facilitar a transição escola-trabalho, os alunos podem se beneficiar de cursos profissionalizantes ou de artes e ofícios, oferecidos por instituições públicas ou privadas da localidade, reconhecidos e certificados pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), tutelado pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS). Em todas as turmas a serem criadas, o projecto fornecerá os manuais e materiais didácticos. Os instrutores de alfabetização se beneficiarão de bolsas para cobrir o tempo dispendido. Os acordos de parceria prevêm a responsabilidade do projecto em garantir os materiais didácticos, auxiliares pedagógicos e bolsas enquanto a instituição parceira cede os espaços educacionais e mobiliza os alunos, de acordo com as metas a serem estabelecidas no âmbito do Programa Educação Jovens e Programa Adultos, EJA). Este subcomponente vai financiar (a) bolsas para instrutores, (b) formação de novos instrutores, (c) impressão e distribuição de materiais didácticos para alunos e instrutores, (d) assistência técnica (AT) para consolidar os materiais para o ciclo 1 do programa do ensino secundário, e (e) AT para o desenvolvimento do ciclo 2 do programa do ensino secundário.

47. Os programas propostos vão servir como uma plataforma para conectar mães adolescentes com serviços parentais paralelos. Para empoderar ainda mais as mães adolescentes, os programas de segunda oportunidade vão conectar os beneficiários com oportunidades disponíveis localmente para educação parental (incluindo nutrição). O serviço tem a forma dum grupo de mães onde mães adolescentes se reúnem para aprender de outros sobre cuidados adequados e práticas de alimentação, educação continuada e monitoria do crescimento infantil por meio de ferramentas conduzidas pela comunidade com o apoio de profissionais do MINSA. As actividades serão conduzidas por agentes comunitários de desenvolvimento e saúde (Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Saúde, ADECOS), em conjunto com “mães líderes indicadas pelas participantes. Estes contam com o apoio de técnicos ministeriais a nível comunitário. A monitoria é realizada pela ADECOS, que fornece feedback/treino ao final de cada sessão. A ADECOS também vai dar apoio prático na formação dos grupos de mães, desenvolvendo um cronograma de actividades, com apoio especializado conforme a necessidade fornecido pelo técnico do MINSA em temas de nutrição, acompanhamento de estratégias de cuidado com base nas tabelas de crescimento da Organização Mundial da Saúde (OMS) adaptadas para Angola, e actividades de estimulação.



48. Cerca de 250.000 locais adicionais serão criadas para esses programas, com os graduados adquirindo competências básicas e para a vida e oportunidades para continuar com os seus estudos. Em primeiro lugar, o projecto vai financiar o aumento nacional desses programas de aprendizagem acelerada, especialmente no nível secundário (ciclo 1), expandindo a cobertura em 250.000 vagas para atingir um total de 1 milhão de alunos no geral (tabela 3). A implantação do programa custa em média US\$ 20 por aluno por ano e US\$ 30 por aluno por ano para os níveis primário e secundário, respectivamente, com a maior parte dos custos consistindo em materiais de aprendizagem. Em segundo lugar, acompanharia os graduados do programa, para monitorar a educação continuada e o mercado de trabalho/outros resultados que os beneficiários alcançam. Além da melhoria da educação ou das oportunidades no mercado de trabalho resultantes da aquisição de competências básicas, espera-se que os componentes de competências para a vida reduzam os comportamentos de risco dos adolescentes.³⁹ (para mais detalhes, consulte o anexo 2).

Tabela 3. Expansão dos Programas de Educação de Segunda Oportunidade

Programa de Educação de Segunda Oportunidade	Números Alvo de Expansão	Número de estudantes fora da escola
Primário: <ul style="list-style-type: none"> • Módulo I • Módulo II • Módulo III 	<ul style="list-style-type: none"> • De 538,845 (F: 336,781) para 600,000 (F: 385,000) • De 96,058 (F: 52,384) para 150,000 (F: 75,000) • De 108,078 (F: 54,005) para 150,000 (F: 75,000) 	250,000 novos lugares / 1,8 milhão fora da escola ou ~14 %
Secundário: <ul style="list-style-type: none"> • Ciclo 1 (secundário inferior) • Ciclo 2 (secundário superior) 	<ul style="list-style-type: none"> • De 13,577 (F: 7,295) para 80,000 (F: 40,000) • TA para desenvolver programa (Ano 1) • De 0 para 20,000 (F: 10,000) 	
Total:	~250,000 lugares adicionais (F: 150,000) Para um total de 1,000,000 (F: 600,000)	

Subcomponente 1.3 Manter as raparigas na escola (US\$ 110 milhões)

49. Este sub-componente vai tornar as escolas mais adequadas para raparigas e vai fornecer incentivos financeiros por forma a garantir que as adolescentes permaneçam na escola, especialmente devido ao risco elevado de desistência escolar que o encerramento das escolas relacionado ao COVID-19. As actividades sob este sub-componente incluem bolsas de estudo para alunos que frequentam o primeiro ciclo do ensino secundário (incluindo um bónus para raparigas) e actividades de educação de (WASH) para garantir a participação segura e saudável das raparigas na

³⁹ De acordo com evidências internacionais, como na República Dominicana, onde a incorporação de competências para a vida reduziu a procriação de adolescentes em 8 pontos percentuais entre os beneficiários (20% no total). <https://link.springer.com/article/10.1186/s40175-016-0065-7> accessed on November 5, 2020.



escola (para mais detalhes, consulte o anexo 2).

50. As bolsas fornecidas nesta sub-componente vão reduzir o custo directo de frequentar a escola no primeiro ciclo do ensino secundário. Lançado nos 68 municípios prioritários, serão oferecidas bolsas de estudo para reduzir os custos das famílias para as crianças frequentarem o primeiro ciclo do ensino secundário. Isto terá o benefício adicional de fornecer apoio financeiro às famílias com crianças durante a crise económica. Um bónus extra será oferecido quando as raparigas se matricularem pela primeira vez no primeiro ciclo do ensino secundário de cerca de US\$38 (AOA 25,000). A divulgação será feita ao nível da escola, promovendo o programa a todos os alunos elegíveis. Todos os alunos que frequentam as aulas nas escolas participantes se qualificam enquanto permanecerem (e frequentarem) na escola. Como tal, uma aluna que entre no ciclo 1 do ensino secundário no início do programa pode esperar apoio para os seus três anos (equivalente às classes 7, 8 e 9). Os beneficiários serão cadastrados ao nível de escola, usando os mesmos tablets e programas similares do Projecto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social (PFSNPS) (P169779), com o fornecimento de dados para o Sistema Único de Registo de Protecção Social. Os pagamentos serão feitos usando o mecanismo Kwenda estabelecido pelo PFSNPS⁴⁰ com a bolsa anual de cerca de US\$38 (AOA 25.000) paga em duas parcelas. As bolsas usam uma abordagem baseada em resultados, sendo que o não cumprimento com os regulamentos estipulados no manual operacional irá resultar no pagamento da 2ª parcela a ser suspenso. No total, o programa vai financiar cerca de 900.000 alunos em 68 municípios inicialmente, com escolas permanecendo no programa por quatro anos⁴¹.

51. Para garantir a participação segura e saudável das raparigas na escola, a sub-componente inclui a educação WASH. Seguindo as directrizes da política no âmbito do Programa Nacional de Saúde Ambiental do MINSA, o projecto proposto vai financiar sessões de treinamento conjuntas de técnicos de saúde, administradores de escolas, professores e educadores de pares do nível municipal para fornecer educação em WASH e sessões de consciencialização e estabelecer Grupos de Água e Saneamento, GAS. No âmbito destas actividades as sessões de treinamento já administradas por ONGs a nível municipal serão expandidas, trabalhando com materiais de comunicação e outros recursos de WASH desenvolvidos pela UNICEF. As sessões de treinamento vão incluir medidas de higiene e saneamento que vão garantir que as escolas possam acomodar as raparigas adolescentes. O GAS, composto por pais e outros membros da comunidade, incluindo os próprios jovens, serão treinados nas fundações técnicas básicas para manutenção de equipamentos em instalações de WASH. As sessões vão concentrar-se na gestão da higiene menstrual (GHM)⁴² consistindo em educação sobre higiene menstrual, acesso a produtos sanitários e eliminação de resíduos sanitários, todos elementos essenciais para reduzir o absentismo de raparigas adolescentes (e para educar rapazes). As actividades vão financiar sessões de treinamento e materiais para menstruação (por exemplo, absorventes descartáveis/ reutilizáveis), bem como para gestão (por exemplo, sabão e latas de lixo, etc.) que vão garantir que a escola e a comunidade possam descartar o lixo sanitário adequadamente (veja actividades complementares de

⁴⁰ O mecanismo consiste na abertura de uma conta do programa num banco nacional (por exemplo, Banco Nacional de Angola), com subcontas para cada beneficiário registado. Os beneficiários recebem então cartões ATM que lhes permitem acessar as subcontas em qualquer ATM. As contas são reabastecidas automaticamente de forma centralizada.

⁴¹ O MOP vai definir o prazo para actualização do valor contra a previsão da flutuação da taxa de câmbio.

⁴² A definição de GHM, para os fins desta operação: "Mulheres e adolescentes usam um material limpo para absorver ou colher o sangue menstrual, e esse material pode ser trocado com privacidade com a frequência necessária durante a menstruação. A GHM também inclui o uso de sabão e água para lavar o corpo conforme necessário e ter acesso a instalações para descartar materiais usados de gestão menstrual." (OMS-UNICEF 2012).



infraestrutura WASH na componente 2). Estas actividades vão beneficiar 100.000 raparigas em pelo menos 68 municípios. O orçamento total para esta actividade é de US\$ 1,1 milhão de dólares, que inclui o custo de sessões de formação que estão estimadas em US\$ 500/por ano. Espera-se que no mínimo 10 sessões sejam ministradas em cada um dos 68 municípios. Os custos para realizar estas actividades incluem especialistas em WASH para rever/ ajustar o programa de formação (US\$ 50.000), *perdiem* e viagens para instrutores, produção e aquisição de materiais de apoio para a formação (US\$ 2.500/por escola).

52. Essas actividades teriam uma multitude de impactos positivos em geral, especialmente para as raparigas, durante um período de alto risco de abandono escolar. Em termos de acesso, o programa iria alcançar 900.000 alunos, cerca de metade dos quais são raparigas (incluindo 436.000 raparigas entrando no primeiro ciclo que recebem bónus de matrícula). As actividades relacionadas com WASH vão melhorar muito o clima escolar para 100.000 raparigas por ano e, levar a um aumento da frequência entre as raparigas. No geral, essas actividades, junto com as actividades de mitigação, prevenção e resposta de risco VBG-E sob a implementação do PA VBG, vai resultar em escolas mais seguras, mais confortáveis, mais sintonizadas com as necessidades das raparigas e, portanto, mais propícias a aprendizagem.

Tabela 1. Resumo dos beneficiários de Investimentos Mantendo as Raparigas na Escola

Acções para manter as raparigas na escola	Beneficiários	Número do fluxo futuro de crianças fora da escola em 60 municípios
Bolsas de estudo para alunos do 1º ciclo do ensino secundário Bónus de matrícula	<ul style="list-style-type: none"> • ~900,000 (F: ~450,000) por ano • (635,000 raparigas no total durante 4 anos) 	~ 130 mil raparigas que de outra forma teriam desistido, representando uma redução de ~ 25% do fluxo de desistências
Actividades educacionais sobre WASH (incluindo GHM)	<ul style="list-style-type: none"> • 100,000 raparigas por ano 	
Total:		1,000,000 alunos (F: 550,000)

Componente 2. Reduzir a pobreza de aprendizagem (US\$ 100 milhões)

53. A segunda componente aborda os desafios que dizem respeito mais directamente ao sistema de ensino, partindo das experiências do PAT (P122700) em curso. Esta componente é organizada em sub-componentes relacionados a (a) expandir a infraestrutura educacional, (b) melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e (c) minimizar as interrupções do COVID-19.

Subcomponente 2.1: Expandir e reabilitar a oferta de educação (US \$ 60 milhões)

54. As actividades sob este sub-componente vão apoiar a expansão dos serviços de educação nos níveis pré-primário, primário e secundário. Para colmatar o défice de serviços de educação, esta sub-componente apoiará a criação de infra-estruturas físicas de ensino adicionais que poderão acomodar o futuro aumento do número de estudantes angolanos, obedecendo a normas de acesso universal. A subcomponente será coordenada pelo Departamento de Infra-estruturas (DI), vinculado ao Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE). Trabalhando a partir dos esforços de micro-planeamento



deste departamento, o subcomponente apoiará a construção, reabilitação e equipamento de escolas, usando uma abordagem centralizada para realizar novas construções e expansão/reabilitação em grande escala da infraestrutura existente, bem como procedimentos simplificados para reabilitação em pequena escala e/ou expansão da infraestrutura existente (tabela 5). As actividades serão realizadas nos mesmos 68 municípios descritos no componente 1, que foram priorizados de acordo com os números do CFE (Q4 e Q5). Dentro dos municípios, os dados de mapeamento das escolas irão conduzir a priorização das escolas de acordo com as necessidades de infraestrutura estratégica (para mais detalhes sobre a segmentação, consulte o anexo 3)

55. As actividades de pequena escala vão expandir a infraestrutura existente, principalmente ao nível primário. Dadas as actuais restrições fiscais que limitam a expansão da força de trabalho docente, nas escolas já em funcionamento, mas com salas de aula que precisam de reabilitação e expansão em pequena escala (<US\$ 700.000), serão priorizadas. Para cada local será recrutado um consultor para elaborar planos arquitectónicos, trabalhando a partir de projectos nacionais aprovados pelo MED, que serão adaptados ao local da escola existente. As especificações delineadas nos projectos estipulam que as escolas devem consistir de 12 salas de aula, pelo menos uma das quais deve ser para a sala de iniciação/creche. As especificações vão estabelecer o tamanho do terreno, o tamanho das salas de aula e as casas de banho separadas por género. Em paralelo com o desenvolvimento dos planos arquitectónicos, Planos de Gestão Ambiental e Social (PGASs) também serão desenvolvidos, de acordo com os Quadros de Gestão Ambiental e Social (PGASs). A contratação da elaboração dos planos arquitectónicos e PGASs será agrupada sempre que possível, inclusive entre locais, dependendo do tamanho, complexidade e proximidade das obras. As empresas serão então identificadas por províncias e contratadas centralmente pelo DI do GEPE para realizar as obras. A supervisão técnica será feita por departamentos de obras públicas provinciais ou por terceiros, dependendo das capacidades locais existentes, conforme descrito no Manual Operacional do Projecto (MOP) (para mais detalhes operacionais, consulte o Anexo 2).

56. As actividades em grande escala vão priorizar o nível secundário. Para novas construções e obras de grande escala (>US\$ 70.000), a expansão no nível médio será priorizada⁴³, começando pelos municípios com maiores lacunas de cobertura, incluindo escolas com salas de aula ao ar livre. As ampliações e reabilitações podem ser consideradas como obras de grande escala quando a estimativa ultrapassar US\$ 70.000. A selecção do local será baseada no estudo de mapeamento escolar usando Sistemas de Informação Geoespacial (SIG) e dados do censo⁴⁴. Os planos arquitectónicos serão elaborados por consultores de acordo com os projectos nacionais que prevêm escolas com 24 salas de aula e casas de banho seguras para pessoas do mesmo sexo, com dimensões específicas para os locais das escolas, tamanhos das salas de aula, etc. Os desenhos nacionais estipulam 45 crianças por sala de aula, com a expectativa de que todas as escolas funcionem em turnos duplos. Os planos arquitectónicos para o ensino primário manteriam o padrão de 12 salas de aula, sendo que pelo menos uma delas deveria ser para a sala de iniciação. As empresas serão então identificadas e contratadas centralmente pelo DI do GEPE para realizar as obras. A supervisão técnica será feita por departamentos provinciais de obras públicas ou por terceiros, dependendo das capacidades locais existentes, conforme descrito no MPO. No caso de contratação de supervisão técnica, estas tarefas serão agrupadas ao nível provincial

⁴³ Isso não impede os investimentos em infraestrutura no nível primário.

⁴⁴ O exercício de mapeamento habilitado para GIS, conduzido com o apoio da equipe de Geo-Enabling Initiative for Monitoring and Supervision (GEMS), está em curso e deve ser concluído em Junho de 2021.



quando possível (para mais detalhes operacionais, consulte o anexo 2).

57. O projecto proposto vai seguir os padrões nacionais para projectos de arquitectura e engenharia para diferentes tipos de escolas (escolas primárias e secundárias). Os desenhos serão actualizados quando necessário ⁴⁵ incorporar os riscos impostos pelas mudanças climáticas e desastres naturais, incluindo escolas estrategicamente localizadas que servem como abrigos em tempos de crise (mínimo uma por província). As actividades e trabalhos serão realizados aplicando uma lente de género, especialmente em relação ao saneamento e higiene escolar (WASH) (por exemplo, latrinas separadas e seguras para raparigas e rapazes) e garantir espaços inclusivos para todas as crianças⁴⁶. As actividades de WASH dentro das escolas são de responsabilidade do DI do GEPE, enquanto as ligações ao abastecimento de água serão planeadas em coordenação com o Ministério de Energia e Águas (MINEA).

58. Actividades serão realizadas com o objectivo de reforçar a resiliência de longo prazo aos riscos representados por eventos e desastres naturais, mudanças climáticas e choques de saúde. Desastres naturais, incluindo os tornados mais frequentes pelas mudanças climáticas, apresentam riscos generalizados e crescentes para a infraestrutura escolar e a comunidade escolar. COVID-19 destacou a necessidade de garantir o acesso e disponibilização de instalações WASH nas escolas⁴⁷. Além das actividades de construção e reabilitação, o projecto proposto vai estabelecer uma estrutura geral para ampliar as intervenções de infraestrutura, com base nas projecções do censo e usando técnicas de microplaneamento. Este processo se basearia no diagnóstico rápido em curso que identifica os principais factores de risco para a infraestrutura escolar para identificar linhas de acção prioritárias, seguido por actividades analíticas para desenvolver uma estrutura tecnicamente sólida para maximizar os resultados dos investimentos em infraestrutura escolar para uma maior resiliência das escolas de Angola.⁴⁸

Tabela 5. Modalidades para expandir a infraestrutura educacional

Modalidade	Agência de implementação	Números alvo de cobertura	Priorização / Sequência	Número do fluxo futuro fora da escola em 68 municípios
1. Obras de grande escala, incluindo novas construções	DI do GEPE, contratando empresas	1.000 salas de aula (custo unitário médio de US\$	Municípios com altos níveis de jovens fora da	Novos espaços para ~ 135 mil

⁴⁵ Esta actividade está a ser realizada durante a preparação, com o apoio de um subsídio do Programa Global para Escolas Mais Seguras, sob os auspícios do Fundo Global para Redução e Recuperação de Desastres, financiado pelo Governo do Japão.

⁴⁶ Projectos universais também serão aplicados à infraestrutura seleccionada para eliminar as barreiras arquitectónicas para alunos com deficiência, professores e qualquer outra pessoa com deficiência.

⁴⁷ Quase 40 milhões de crianças em todo o mundo têm sua educação interrompida por desastres naturais e surtos de doenças (um número que chegou a 1,6 bilhão por causa da pandemia COVID-19). Investir na resiliência da infraestrutura de forma eficiente é um imperativo num ambiente com orçamento restrito. Veja os seguintes relatórios para mais informações: Theirworld. 2018. *Safe Schools: The Hidden Crisis. A Framework for Action to Deliver Safe, Non-violent, Inclusive, and Effective Learning Environments*. Allenby, Brad, Mikhail V. Chester, and Thaddeus Miller. 2020. *What COVID-19 Has Taught Us About Our Infrastructure*. ASCE News, 14 de Abril, 2020.

⁴⁸ Com o apoio do Programa Global para Escolas Mais Seguras (GPSS, <https://gpss.worldbank.org>) e concessão de financiamento do Fundo Global para Redução e Recuperação de Desastres no âmbito do Programa de Integração da Gestão do Risco de Desastres em Países em Desenvolvimento do Banco Mundial-Japão (P152894).



e reabilitação (>US\$ 70.000)	centralmente para locais prioritários	40.000 por sala de aula)	escola (Q4 e Q5), principalmente do ensino secundário	raparigas até o final do projecto, representando uma redução de ~ 27% em futuras desistências
2. Reabilitação em pequena escala e expansão da infraestrutura existente (<US\$ 70.000)	DI do GEPE, trabalhando com comunidades e departamentos provinciais de educação.	2.000 salas de aula (custo médio unitário de US\$ 10.000 por sala de aula)	Começando com salas de aula ao ar livre, principalmente primárias	
Total:		3,000 salas de aula (US\$ 60 milhões)		

59. As actividades propostas vão resultar em 3.000 salas de aula adicionais, beneficiando pelo menos 270.000 alunos por ano. No ciclo 1 do nível secundário, isso representa um aumento de 15% no número de salas de aula nacionalmente. Isso eliminaria todas turmas do ciclo 1 da secundária ao ar livre (actualmente em 3% em todo o país). É importante ressaltar que isso também vai resultar na melhoria da capacidade de reabilitação/construção de escolas aos níveis central e subnacional, bem como melhoria da capacidade técnica na comunidade local de engenheiros, em particular no que diz respeito à gestão de riscos climáticos e aspectos relacionados ao Quadro Ambiental e Social (QAS).

Sub-componente 2.2: Apoio ao ensino de alta qualidade (US\$ 20 milhões)

60. Este sub-componente vai melhorar (a) políticas de gestão de professores, (b) monitoria da qualidade do ensino e avaliação da aprendizagem e (c) desenvolvimento profissional dos professores. Implementadas pelo Instituto Nacional de Formação dos Quadros Educativos (INFQE), as actividades de formação de professores são desenvolvidas ao nível das Zonas de Influência Pedagógica (ZIP), os coordenadores municipais das ZIP são responsáveis pela realização de actividades de orientação e As actividades relacionadas com a avaliação dos alunos ficarão a cargo do Instituto Nacional de Avaliação e Desenvolvimento da Educação (INADE), enquanto as relacionadas com os recursos humanos ficarão a cargo da Direcção de Gestão de Recursos Humanos do MED treino para professores nas suas áreas de abrangência (para mais detalhes, consulte o Anexo 2).

61. As actividades apoiadas sob este sub-componente vão melhorar as políticas de gestão de professores de Angola. Este sub-componente vai financiar a AT ao Governo de Angola no fortalecimento das políticas e instrumentos para atrair e seleccionar os melhores candidatos para se tornarem professores. As actividades incluem a implementação de ferramentas de triagem para futuros professores em grande escala por meio dos concursos públicos contínuos (conhecidos como concursos), actualmente elaborados pela Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas. Essas ferramentas de triagem serão aplicadas no recrutamento de 20.000 professores ao longo da vida do projecto. Para aquelas áreas do país onde a implantação de professores se mostrou mais problemática (por exemplo, devido à distância), este subcomponente também vai ajudar a estabelecer políticas sustentáveis em torno de incentivos e selecção, como a priorização de grupos específicos (por exemplo, mulheres jovens em áreas alvo) no processo de admissão a centros de formação de ensino. Da mesma forma, essas políticas iriam garantir que as habilidades linguísticas dos professores são consideradas para a implantação, de modo que os professores que falam línguas angolanas de origem africana sejam combinados com comunidades que falam a mesma língua. Outras políticas que seriam consideradas neste componente são as relacionadas ao período probatório (por exemplo, como garantir que apenas



aqueles qualificados e motivados para uma carreira docente permaneçam na profissão) e avaliação, de modo a informar o desenvolvimento profissional contínuo, e dar o MED uma visão precisa do desempenho dos professores. Essas políticas vão culminar numa ferramenta de gestão de recursos humanos actualizada que rastreia as qualificações, implantação, trajectória de carreira e desempenho dos professores em todo o sistema. Os resultados esperados vão incluir professores mais qualificados e distribuídos de forma mais equitativa por todo o país.

62. Em segundo lugar, as actividades sob este sub-componente vão melhorar a monitoria das práticas dos professores na sala de aula e a medição da aprendizagem, O principal resultado monitorado seria o desempenho do professor usando o Teach⁴⁹, uma ferramenta de observação de sala de aula que estima objectivamente a qualidade do ensino, combinada com o instrumento IPS. Esses dados vão fornecer medidas de qualidade da prestação de serviços aos níveis escolar e de sala de aula, estimando o absentismo dos professores, o tempo dedicado à tarefa e outros indicadores básicos como o estado do ambiente escolar e a disponibilidade de livros didácticos. O Teach e o IPS serão realizados em 1.000 escolas, permitindo uma amostra representativa a nível nacional. No âmbito desta sub-componente, os sistemas de medição também seriam implementados para estimar as tendências a nível nacional, provincial, escolar e do estudante. As actividades sob este sub-componente incluem o desenvolvimento duma Estratégia de Avaliação Nacional, que vão apresentar a visão de quais tipos de avaliações serão realizadas, com que frequência, por quem e em que níveis. Paralelamente, o projecto proposto vai financiar tanto as avaliações sumativas (permitindo monitorar as tendências gerais de aprendizagem por meio duma Avaliação Nacional de Aprendizagem dos Alunos na 4ª, 6ª e 9ª classes) e avaliações formativas (para fornecer parecer aos professores sobre o desempenho dos alunos nas escolas primárias e secundárias) Os resultados das avaliações serão amplamente partilhados e ao nível apropriado mais baixo (por exemplo, escola ou município). Especificamente, o projecto proposto vai financiar a participação na SACMEQ, uma avaliação regional que permite a comparação com outros países da África Subsaariana nas áreas de matemática e compreensão de leitura.

63. Trabalhar a partir dos dados do TEACH e da avaliação, a sub-componente vai apoiar melhorias no desenvolvimento profissional dos professores e na supervisão pedagógica, com base no trabalho realizado no projecto em curso. As actividades serão implementadas por meio de 167 ZIPs e constituem uma abordagem didáctica que usa a orientação (com base nos resultados do Teach), aprendizagem à distância e oportunidades de aprendizagem entre pares. A ênfase será colocada na continuação da implementação de materiais de ensino com guião (planos de aula, impressos e para tablets) que começou no âmbito do PAT (P122700), incluindo eventualmente línguas angolanas de origem africana. Isto inclui o desenvolvimento de estratégias para a formação de professores, como também formadores de professores. É importante ressaltar que essas actividades de desenvolvimento profissional híbrido (ocorrendo virtualmente ou presencialmente nos fins de semana e durante as férias escolares) também vão contribuir para os esforços de prevenção da VBG ao incorporar módulos em torno da prevenção e resposta à VBG, papéis dos professores no apoio ao sobrevivente, mudança nas normas de género⁵⁰, comportamentos proibidos por parte do pessoal (incluindo a assinatura de códigos de conduta como condição para participação no desenvolvimento profissional) e expectativas para a participação dos professores nos procedimentos de reclamação ao nível da escola. Finalmente, a sub-componente vai

⁴⁹ Desenvolvido pelo Banco Mundial, o TEACH é uma ferramenta de observação de sala de aula que estima o tempo gasto na instrução, bem como a qualidade das práticas de ensino e interações entre professores e alunos.

⁵⁰ Incorporar o currículo de SSR de acordo com o segundo canal da estratégia de SSR de três canais.



fortalecer a gestão escolar de modo que os directores sejam equipados com as ferramentas necessárias para uma supervisão mais activa. As ferramentas vão melhorar as habilidades de gestão para melhor desempenhar as suas responsabilidades diárias e ferramentas pedagógicas fortalecidas, utilizando um IPS simplificado, para monitorar a implementação de abordagens pedagógicas e observar de forma mais eficaz as salas de aula. O sub-componente financeira o desenvolvimento de materiais e estratégias de ensino, treinamento de instrutores e professores.

64. As actividades apoiadas vão fornecer aos legisladores, profissionais, líderes escolares e o público em geral com mais e melhor informação sobre o estado da aprendizagem em Angola. Vai resultar em 65.000 professores melhor preparados numa sala de aula, com acesso à informações oportunas sobre quais alunos estão a ter mais problemas e quais partes do currículo são mais difíceis de aprender, permitindo-lhes ensinar ao nível certo. Directores de escolas e supervisores pedagógicos (10.000 pessoas no total) vão ser capazes de melhor assistir aos professores que precisam de apoio personalizado. À nível do sistema, vai haver um melhor diagnóstico disponível dos problemas e desafios à aprendizagem e ferramentas e mecanismos para monitorar o progresso de áreas geográficas específicas ao longo do tempo.

Sub-componente 2.3: Garantir a continuidade da aprendizagem (US\$ 20 milhões)

65. Em resposta ao COVID-19, esta sub-componente vai apoiar abordagens de ensino à distância para alunos e professores, a elaboração de materiais para ajudar a recuperar as perdas de aprendizagem e actividades que garantem a reabertura segura das escolas. A sub-componente será implementada pelo INADE (responsável pela concepção do currículo e materiais de aprendizagem), em estreita colaboração com o INFQE (responsável pela execução das acções formativas) e a Direcção Nacional da Educação Pré-escolar e Primário, DNEPP (responsável pela saúde escolar). As actividades seriam implementadas por meio das ZIPs. (Para mais detalhes, consulte o Anexo 2).

66. As actividades no âmbito deste Sub-componente vão apoiar a oferta de educação multimodal, incluindo programas de aprendizagem on-line, televisão e rádio, actualmente apoiados pelo PAT (P122700). Apoiará o desenvolvimento de programas de aprendizagem dirigidos a professores e alunos, a fim de os preparar para a reabertura de escolas. Os tópicos prioritários são os procedimentos de higiene e segurança, os programas de aprendizagem acelerada, como avaliar crianças e adequar o ensino pós-COVID-19 e como fornecer apoio psicossocial básico aos alunos (ou encaminhar casos mais complexos para CASIs). Além disso, a Sub-componente conectará os professores entre si (por exemplo, através de linhas directas de telefone, grupos de WhatsApp e fóruns online) para formar redes de aprendizagem de professores ponto-a-ponto à medida que se ajustam a novos métodos de ensino durante o encerramento das escolas e conforme as escolas reabrem. Embora essas abordagens de ensino à distância actualmente sirvam como uma resposta ao COVID-19, elas têm utilidade além da pandemia para alcançar os alunos com acesso mais difícil (por exemplo, alunos em áreas rurais e remotas) e podem limitar o acesso às escolas (por exemplo, desastres naturais). Para lidar com a perda de aprendizagem do COVID, serão lançados materiais de aprendizagem acelerada. Os novos materiais de aprendizagem também terão guias do professor correspondentes com planos de aula, acompanhados por guias do aluno, fortemente focados no ensino de leitura. Nos anos 2 e 3 do projecto proposto, estes materiais serão alargados às línguas angolanas de origem africana. A sub-componente também vai financiar o projecto e o desenvolvimento curricular dos programas de aprendizagem (actividades contínuas); a impressão e distribuição de materiais de aprendizagem existentes; workshops/oficinas participativas para desenvolver novos materiais (usando o Bloom); e a compra de



equipamentos como rádios, TVs, baterias solares e "pen drives". A sub-componente vai apoiar a modernização do sistema de distribuição de livros didáticos de Angola, usando soluções habilitadas por tecnologia, como *Track and Trace*⁵¹.

67. Finalmente, este subcomponente apoia a reabertura de escolas para garantir a segurança, o bem-estar e a aprendizagem das crianças. O Plano de Emergência do MED para resposta ao COVID-19 traça um conjunto de acções para a reabertura das escolas que devem ocorrer antes da efectivação do projecto, usando recursos do Adiantamento para Preparação do Projecto (APP). O DNEPP e a Direcção Nacional da Educação Secundária (DNES) são responsáveis pela coordenação do processo de reabertura das escolas, incluindo actividades de apoio psicossocial. Isso consiste em implementar as directrizes⁵² sobre segurança nas escolas e materiais de comunicação sobre os riscos de transmissão do COVID-19. As directrizes e materiais de comunicação incluem protocolos sobre distanciamento físico e medidas de higiene, incluindo lavagem das mãos, etiqueta respiratória, uso de equipamentos de protecção, procedimentos de limpeza para instalações e práticas seguras de preparação de alimentos. O projecto proposto vai treinar funcionários administrativos e professores em protocolos para a implementação do distanciamento físico, práticas e procedimentos de higiene escolar, caso os alunos ou funcionários adoecessem. Outras medidas de higiene eficazes a serem tomadas são a limpeza profunda das escolas, abastecimento de água potável, estações de lavagem das mãos, GHM e fornecimento de materiais de limpeza. Finalmente, em colaboração com o MINSA, as actividades também vão apoiar a expansão da campanha Governamental de desparasitação em curso para 10 províncias adicionais, para combater a esquistossomose (SCH) e os helmintos transmitidos pelo solo (HTS), que são determinantes significativos da desnutrição infantil, frequência escolar, resultados escolares e ciclos perpetuados de empobrecimento e baixo capital humano. A sub-componente vai financiar a impressão de directrizes para escolas, workshops/oficinas sobre protocolos de reabertura segura, materiais e produtos de limpeza para escolas e a expansão da desparasitação.

68. No âmbito deste Sub-componente 3 milhões de alunos vão receber materiais de aprendizagem e 60.000 professores serão apoiados por ensino à distância. Isso vai permitir a reabertura segura de 11.000 escolas e o retorno seguro à escola de cerca de 6 milhões de crianças. Finalmente, isto vai permitir a participação de cerca de 3 milhões de crianças no programa nacional de desparasitação.

Componente 3. Gestão, monitoria e avaliações do projecto (US\$ 10 milhões)

Subcomponente 3.1: Gestão de projectos

69. Este sub-componente vai apoiar a implementação do projecto, fortalecendo a capacidade de gestão do pessoal do MED, e dos administradores de educação provinciais e municipais responsáveis pela implementação do projecto. Isto inclui melhorar da selecção, avaliação e preparação do pessoal, por meio de AT às políticas de recrutamento, bem como aos custos operacionais associados. Especificamente, este sub-componente vai financiar: (a) realização da gestão financeira (GF) e requisitos de aquisição do projecto, (b) coordenação do projecto e actividades de monitoria, (c) AT para a elaboração dos módulos de formação para o pessoal de administração do sistema, (d) serviços de

⁵¹ Track & Trace é um sistema habilitado para tecnologia que permite que escolas e pais acompanhem as entregas de livros em tempo real, usando SMS.

⁵² As Diretrizes para Angola foram desenvolvidas pelo MED, com o apoio da UNICEF e do Banco Mundial.



consultoria para as actividades de capacitação, e (e) formação e materiais de formação e custos relacionados ao fornecimento de programas de formação.

70. O resultado esperado é a gestão eficaz do projecto por parte do MED. O projecto vai fortalecer a capacidade de gestão do projecto no MED, desenvolvida no âmbito do PAT. Por fim, o projecto proposto vai resultar em avaliações de desempenho do pessoal para garantir a qualidade do projecto e da gestão do sistema educacional.

Sub-componente 3.2: Desenvolver, monitorar e avaliar a implementação de políticas de educação

71. Este sub-componente vai ajudar a informar o desenvolvimento de futuras políticas de educação por meio do monitoria da implementação e da avaliação do impacto das intervenções. As actividades sob este sub-componente incluem: (a) actividades de capacitação para estabelecer e processar dados e estatísticas educacionais para incorporá-los ao planeamento incluindo (i) formação ao nível municipal e escolar, (ii) AT especializada, (iii) equipamento, (iv) recolha de dados à nível escolar, (b) treino em serviço para fortalecer a capacidade do MED em monitoria e avaliação (M&A) e avaliação de impacto; (c) AT para desenvolver um esquema de financiamento de Subvenção Baseada no Desempenho (SBD) para actividades de infraestrutura; e (d) AT para informar as intervenções de deficiência e inclusões, incluindo instrumentos de rastreio e campanhas anti-estigma; e (e) AT para a realização de estudos qualitativos e avaliação rigorosa do impacto das intervenções inovadoras desenvolvidas no âmbito do projecto. O programa SBD seria um mecanismo de financiamento que permitiria às províncias responder às necessidades de infraestrutura de forma atempada, respeitando as condições mínimas. Teria os seguintes componentes principais: (a) uma subvenção de desenvolvimento; (b) um sistema de incentivos; e (c) uma dimensão de capacitação para as províncias que requerem mais apoio técnico. O GEPE coordenaria a implementação desse programa, dado seu papel na cooperação com os governos sub-nacionais.

72. Este sub-componente vai alcançar resultados em torno da geração de evidências sobre a eficácia das intervenções e aumentaria a capacidade da equipa do ministério para a avaliação. A capacidade para usar estatísticas e M&A e de realizar estudos qualitativos e avaliações de impacto rigorosas permitiria ao MED tomar decisões baseadas em evidências sobre o desenho e dosagem das intervenções, população alvo e alocação de fundos. Os principais programas que podem ser analisados com rigor são: (a) os programas de segunda oportunidade/aprendizagem acelerada; (b) ensino da língua materna; (c) o impacto das competências para a vida na VBG, violência escolar e empoderamento das raparigas; e (d) o efeito dos programas de estágio de professores no desempenho dos professores, incluindo competências socioemocionais, práticas de ensino e impactos na aprendizagem dos alunos.

C. Beneficiários do Projecto

73. O Projecto vai beneficiar jovens angolanos dentro e fora do sistema educacional (beneficiários directos), bem como suas famílias, professores, directores e comunidades (beneficiários indirectos). Ao longo da vida do projecto, mais de 1 milhão de jovens angolanos serão beneficiários directos, 700.000 dos quais são meninas (não incluindo os alunos que se beneficiam de melhores resultados de aprendizagem) (tabela 6). Além da vida do projecto, 620.000 meninas e meninos continuarão a se beneficiar directamente das actividades apoiadas/estabelecidas sob o projecto, por meio do aumento e melhoria de espaços nas escolas, inclusive para educação de segunda oportunidade. Muitas das



actividades, tais programas de bolsas de estudo, terão impactos directos durante a implementação do projecto, com impactos indirectos que continuarão após o projecto, através do aumento dos anos de escolaridade e habilidades mais fortes.

Tabela 6. Beneficiários directos do projecto

Beneficiários directos	Durante a Vida do Projecto	Além da vida do Projecto	Parcela de beneficiários-alvo (Nacionalmente)
Cerca de ~ 700.000 raparigas (idades ~ 12-17) na escola serão beneficiadas	450.000 bolsistas (por ano) 436.000 beneficiários do bónus de matrícula 135.000 novos espaços nas salas de aula 100.000 beneficiando das instalações WASH melhoradas 185.000 serviços melhorados de SSR + competências para a vida	135.000 novos espaços nas salas de aulas 100.000 beneficiando das instalações de WASH melhoradas	700.000 de um total de 1,8 milhões de raparigas de idades 12-17 anos (~ 39%)
Cerca de ~150.000 raparigas fora da escola	150.000 novos espaços (segunda oportunidade, todas as idades) Bolsas de 50.000 (segunda oportunidade, todas as idades)	150.000 novos espaços (segunda oportunidade, todas as idades)	150.000 de ~ 600.000 raparigas fora da escola (~ 25%)
Cerca de ~550.000 rapazes com idades 12-17 anos	450.000 bolsistas 135.000 novos espaços nas salas de aula 100.000 novos espaços (segunda oportunidade) 60.000 serviços melhorados de SSR + competências para a vida	135.000 novos espaços nas salas de aula 100.000 novos espaços (segunda oportunidade)	550.000 de um total de 1,8 milhões (~ 31%)
Total	Mais de 1 milhão de beneficiários directos	385.000 raparigas e 235.000 rapazes por ano	

D. Cadeia de Resultados

74. O projecto proposto vai abordar a pobreza de aprendizagem em Angola e empoderar os jovens – raparigas jovens em particular. Este é motivado pela necessidade de posicionar Angola para que país possa colher os benefícios do dividendo demográfico. Isto torna-se ainda mais urgente devido à



actual pandemia da COVID-19, que está a exacerbar os desafios económicos existentes e a ampliar ainda mais as desigualdades, especialmente no que diz respeito ao género. Os resultados de alto nível requerem uma abordagem às restrições de oferta e procura para o empoderamento dos jovens e melhores resultados de aprendizagem. Essas restrições foram identificadas em conjunto com o governo durante a elaboração do projecto. Estas incluem a prevalência de VBG e normas sociais que limitam o acesso das raparigas à escola, que provavelmente pioraram durante a pandemia COVID-19. Outras restrições incluem uma oferta insuficiente de salas de aula, apoio inadequado para os professores e materiais de ensino e aprendizagem limitados (em todos os casos, em termos de quantidade e qualidade). Isso precisa ser tratado para melhorar os resultados da aprendizagem para todos. Finalmente, as restrições abrangentes incluem capacidade de gestão limitada aos níveis local e escolar, o que inclui abordagens inadequadas para avaliação, M&A. Esses aspectos de gestão, bem como de monitoria e avaliação, precisam ser tratados para fortalecer e melhorar a resiliência e eficiência do sistema.

E. Justificativa para o envolvimento do Banco e o Papel dos parceiros

75. A expectativa é que o projecto proposto crie amplos benefícios económicos e sociais de curto e longo prazo para o indivíduo e a sociedade em geral. Os benefícios económicos esperados da operação serão alcançados por meio de maiores retornos do mercado de trabalho que serão acumulados para os beneficiários individuais e os ganhos macro implícitos num dividendo demográfico. A aquisição melhorada de competências, por meio de uma melhor aprendizagem e competências para a vida, terá um impacto positivo directo sobre os ganhos ao longo da vida dos beneficiários por meio da empregabilidade aumentada, eventualmente se traduzindo em melhores resultados de emprego, incluindo horas de trabalho e salários. O aumento da produtividade do trabalho, combinado com uma transição demográfica, iria gerar ganhos de produtividade e menos dependentes. Numa perspectiva social, o projecto vai aumentar a dotação de capital humano, tendo um impacto positivo no crescimento e, portanto, reduzindo as taxas de pobreza. Investir na educação de crianças e adolescentes coloca cada criança e sua família no caminho de uma vida mais próspera, preparando as gerações futuras para serem mais competitivas na economia global e fortalecendo a força de trabalho do país. Alcançar as raparigas durante a adolescência é fundamental, pois as decisões tomadas e os comportamentos estabelecidos durante esse período afectam o seu bem-estar e seus horizontes económicos mais tarde na vida. O impacto do projecto proposto na sociedade provavelmente vai estender-se a resultados tais como visões mais positivas e iguais em relação a raparigas e rapazes, inclusão de grupos mais vulneráveis; incluindo alunos com deficiência; menos crime; participação democrática e consciência ambiental mais fortalecidas.

76. O valor agregado do Banco Mundial reside na sua experiência e capacidade de se envolver em todos os sectores e alavancar outros e pode construir uma parceria forte no sector. Em primeiro lugar, o Banco Mundial tem vasta experiência em África e além no apoio a governos para enfrentar a crise de aprendizagem. As áreas técnicas propostas - desde o apoio a professores ao desenvolvimento de materiais de aprendizagem e à implementação de sistemas de avaliação - são áreas nas quais o Banco Mundial tem uma experiência significativa e desenvolveu uma vantagem comparativa. Em segundo lugar, o sucesso da operação proposta tem como base as ligações intersectoriais que podem ser criadas, incluindo com saúde, protecção social, agricultura e gestão municipal - áreas nas quais o Banco Mundial tem participações activas em Angola. Em terceiro lugar o Banco Mundial, onde o este pode desempenhar um papel de convocar outros parceiros, como o UNICEF e a Embaixada da Noruega, para



alinhar várias fontes e tipos de apoio, trazendo sinergias e reduzindo os custos de transacção para o Governo de Angola. Por último, o Banco Mundial tem uma parceria de longa data no sector da educação com o MED, vários institutos nacionais de educação e equipas provinciais de educação. Como tal, existe uma ampla experiência institucional e contextual que beneficiará esta operação.

F. Lições aprendidas e reflectidas na concepção do Projecto

77. Construir competências socioemocionais (incluindo competências para a vida) pode ajudar a empoderar as populações mais vulneráveis. Resultados de várias avaliações do *Gender Innovation Lab* (Laboratório de Inovação de Género)⁵³ em toda a África Subsaariana têm mostrado resultados promissores para a construção de habilidades socioemocionais, especialmente para as populações mais vulneráveis - incluindo mulheres. No Togo, por exemplo, um treino em competências sociais foi a única componente que teve impacto sobre o emprego e os ganhos; o programa de estágio de 12 meses e o programa de estágio mais o voucher para treino numa área de necessidades das empresas não se traduziram em maiores salários ou empregos, numa forma geral. Os resultados mostraram que o treino de competências sociais beneficiou os participantes mais pobres (metade inferior), ajudando-os a preencher a lacuna no emprego e nos ganhos com a metade superior.

78. Os programas de aprendizagem acelerada têm se mostrado uma política económica para melhorar a oferta do ensino secundário. Experiências em vários países mostraram que os programas de aprendizagem acelerada oferecem várias vantagens. Em primeiro lugar, estes podem ser mais eficientes, pois os alunos podem cobrir a mesma quantidade de currículo em menos tempo. Em segundo lugar, eles podem fazer isso a um custo per capita mais baixo, uma vez que os programas usam a infraestrutura existente nos momentos em que não estão em uso (por exemplo, à noite e nos fins de semana). Terceiro, devido ao grupo de alunos mais velhos, eles podem ser muito mais propícios para lidar com questões relacionadas à SSR e outras competências para a vida. A chave para seu sucesso são os materiais de aprendizagem que acompanham os programas, pois eles precisam ser bem calibrados para que os alunos trabalhem nos livros ao seu próprio ritmo.

79. Melhorar a qualidade dos professores pode ter grandes impactos na aprendizagem. Evidências recentes quantificaram o impacto de ter um óptimo professor (decil superior) em oposição a um professor com desempenho não satisfatório (decil inferior). As estimativas variam de 0,23 de um desvio padrão no Equador a 0,94 na Índia (Bau e Das 2017; Buhl-Wiggers et al. 2017; Bau & Das 2017). Dito de outra forma, com a quantidade média de aprendizagem estimada entre 0,3 e 0,4 desvio padrão, o efeito de um bom professor representa algo entre um e três anos completos adicionais de aprendizagem para as crianças (Banco Mundial, 2018).

80. É mais fácil aprender a ler uma segunda língua quando as crianças conseguem ler na língua materna. Vários estudos mostraram que as competências de leitura são adquiridas mais rapidamente quando feitas na língua materna do aluno. Os alunos que aprendem a ler na sua língua materna, mais tarde, vão adquirir habilidades noutra idioma com mais facilidade.

⁵³ Veja, por exemplo, Personal Initiative Training Leads to Remarkable Growth of Women-Owned Small Businesses no Togo (O Treino de Iniciativa Pessoal Leva a um Crescimento Notável de Pequenas Empresas Pertencentes a Mulheres no Togo)(<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29168>, acessado em 16 de Outubro de 2020).



81. Lições aprendidas com o PAT I (P122700). Geralmente, lições no âmbito da operação em curso são de natureza técnica, operacional ou política. Do lado técnico, muito se aprendeu sobre o que funciona para apoiar os professores numa sala de aula. Por exemplo, trabalhar com ZIPs provou ser uma boa maneira de criar uma comunidade positiva de prática entre os professores para trocar conhecimentos e dicas para um bom ensino. Ao mesmo tempo, os materiais que foram fornecidos às escolas líderes da ZIP provaram ser inadequados e precisam ser reconsiderados. Do lado operacional, a decisão de o projecto estar presente em quase todos os municípios do país mostrou-se um desafio. Este projecto, portanto, vai concentrar-se nas áreas onde as operações apoiadas pelo Banco Mundial já estão presentes. Politicamente, entre as lições aprendidas estão as dificuldades em liberar certas informações sensíveis, como os resultados das avaliações dos alunos (por exemplo, EGRA). Para este projecto o governo se comprometeu a publicar os resultados independentemente dos resultados da avaliação, de acordo com o MOP.

Áreas Transversais

82. Dimensões de género. O projecto trabalha para reduzir as lacunas de género em várias áreas, incluindo o acesso à escolaridade, aquisição de competências e resultados do mercado de trabalho e para prevenir/abordar EAAS. O projecto alcança este fim intervindo nos níveis doméstico, escolar, comunitário e de sistema. O projecto apoiará a mitigação de risco, prevenção, intervenções de resposta de EAAS e VBG na Escola com o objectivo de aumentar a consciencialização e reduzir o risco de VBG na Escola incluindo EAAS. Para este fim, encontra-se em curso um estudo sobre retenção escolar de raparigas por forma a orientar e informar as intervenções específicas do projecto, incluindo sobre VBG na Escola. Um PA de VBG foi incluído no QGAS do projecto para propor medidas para prevenir e mitigar os riscos relacionados à VBG na Escola incluindo EAAS.

83. Envolvimento dos cidadãos (EC). O desenho do projecto integrou várias iniciativas de EC por meio de consultas, colaboração, abordagem de desenvolvimento com base na escola e mecanismos de reclamação (MRs) que serão implantados durante a implementação. Durante a preparação, um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEP) foi elaborado para garantir que um alto grau de envolvimento das partes interessadas e outros intervenientes interessados seja promovido e mantido ao longo da vida do projecto.

84. Tecnologia digital. O projecto tem vários pontos de entrada que trabalham para integrar a tecnologia por forma a melhorar a prestação de serviços. Especificamente, são propostas soluções tecnológicas para o ensino a distância de alunos e para apoiar o desenvolvimento profissional dos professores. Para os professores, isso seria por meio do fornecimento de tablets pré-carregados com conteúdo digital para facilitar o planeamento das aulas na sub-componente 2.2. Ao nível da escola, isso seria para facilitar a administração das observações na sala de aula (ou seja, TEACH, que usa tablets). Ao nível dos sistemas, as soluções digitais seriam desenvolvidas para acompanhar melhor a distribuição de livros e materiais didácticos às escolas.

85. Educação inclusiva. Uma grande parte das crianças com deficiência em Angola não está matriculada na escola devido à acessibilidade limitada, falta de serviços, e estigma e marginalização. A Organização das Nações Unidas estimou que em 2007 apenas metade das crianças e adolescentes com necessidade de educação especial estavam matriculados na escola (16.393 alunos, dos quais 44% mulheres). O tipo de deficiência encontrada entre os alunos compreendeu principalmente a surdez



(49%), distúrbios mentais (30), e deficiência visual (19). Considerando a intensidade da guerra civil de 40 anos, a falta geral de assistência médica e vacinação e o alto índice de poliomielite, esses números provavelmente serão muito maiores, especialmente no que diz respeito às deficiências motoras relacionadas a acidentes com minas terrestres. O projecto proposto apoiará a educação inclusiva através do fortalecimento da capacidade do MED para identificar e realizar iniciativas de educação inclusiva. As intervenções incluem o seguinte: (a) realizar uma avaliação das necessidades com vista a avaliar as actuais lacunas e as possibilidades de melhoria existentes; (b) incluir indicadores no Sistema de Informação de Gestão de Educação (EMIS) para captar o estado de deficiência/funcionalidade e apoio técnico para desenvolver uma estratégia de educação inclusiva; (c) capacitação do pessoal que trabalha na unidade de Educação Especial do MED; (d) desenvolver um sistema para que os professores identifiquem, avaliem e monitorem as crianças com dificuldades de aprendizagem; (e) designar campeões de inclusão em cada escola; e (f) desenvolver uma campanha anti-estigma sobre as capacidades e direitos das pessoas com deficiência. É importante ressaltar que o carácter descentralizado da implantação do projecto, que busca atribuir um papel preferencial aos municípios, resultaria em maiores oportunidades de triagem de alunos que necessitam de apoio extra, e de encaminhamento para outros serviços disponíveis no município. Finalmente, o desenho do projecto seria consistente com o Compromisso do Grupo Banco Mundial sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo.

DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

A. Disposições institucionais e de implementação

86. O projecto proposto baseia-se nas disposições de implementação existentes do PAT I (P122700) em curso e do PFDSS (P160948). Uma Comissão Directiva (CD) vai supervisionar a implementação do projecto presidido pelo Ministro de Estado dos Assuntos Sociais, a CD será composta pelo Ministro das Finanças, pelo Ministro da Educação, pelo Ministro da Saúde e pelo Ministro da Juventude e Desportos. A implementação do projecto será integrada no MED, implementada pelos seus directores e instituições relevantes, com o apoio da Unidade de Implementação do Projecto (UIP) existente. Dadas as vantagens comparativas na prestação de serviços de saúde, a sub-componente 1.1 será implementado pelo MINSa, em colaboração com o MED, especificamente a Unidade Central de Coordenação (UCC) que actualmente executa o PFSS. As disposições de implementação do projecto encontram-se resumidas abaixo (Figura 7).

87. O MED será responsável pela implementação geral do projecto, usando a UIP do PAT existente e trabalhando em estreita colaboração com outros ministérios sectoriais. Isso inclui actividades relacionadas à componente 1, com actividades na sub-componente 1.1 executadas em colaboração com o MINSa. Outros ministérios envolvidos são o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) e o MinJUD. Uma avaliação da GF foi realizada para avaliar a adequação das disposições de GF do projecto proposto. Foi realizado de acordo com as Directrizes e Política para Financiamento de Projectos de Investimento (FPI) e a Orientação do Banco Mundial sobre Gestão Financeira (GF) em Operações FPI do Banco Mundial emitida em 28 de Fevereiro de 2017. As duas agências de implementação existentes no MED e MINSa têm vários anos de experiência na gestão de operações financiadas pelo Banco Mundial.



Figura 7. Disposições de implementação para o Projecto de Empoderamento das Raparigas e Projecto de Aprendizagem para Todos (P168699)



88. Para todas as actividades, excepto aquelas sob a sub-componente 1.1, o MED UIP será responsável pela coordenação do projecto. Será chefiado pelo director do GEPE. A função do director do GEPE será supervisionar a implementação do projecto, em apoio à gestão das actividades operacionais, fiduciárias, de comunicações e ambientais e sociais (A&S) e garantir o planeamento e coordenação na implementação das actividades do projecto em coordenação com todas as direcções relevantes e estruturas do MED. Para apoiar o gestor do projecto, o MED vai contratar um coordenador do projecto (um adjunto) que irá liderar a coordenação geral das actividades operacionais do projecto. O coordenador do projecto dará apoio consultivo ao director; coordenar a implementação dos componentes do projecto; e supervisionar as actividades fiduciárias, de M&A e de meio ambiente e ambiental; manter um MOP actualizado e planos de implementação anuais; desenvolver TdRs para consultorias e actividades de treinamento e implementação; e gerar relatórios de actividades. Um especialista ambiental, um especialista em desenvolvimento social e um especialista em VBG serão contratados para coordenar e supervisionar os aspectos ambientais e sociais do projecto, incluindo VBG/ESAS. Seis especialistas provinciais de A&S e outros pontos focais de A&S municipais (funcionários públicos) serão designados para monitorar de perto e supervisionar a implementação das medidas de A&S com várias partes interessadas a nível local. Um especialista em M&A será contratado pela PIU, responsável por capacitar a equipe MED e coordenar as análises relacionadas ao monitoramento da estrutura de resultados, relatórios estatísticos e análises técnicas. Especialistas em Aquisições e GF também serão contratados para fortalecer a capacidade fiduciária do MED. Finalmente, a UIP terá pontos focais das directorias de linha para coordenar as intervenções em conjunto. Além disso, coordenará a capacitação prática dos directores e instituições do MED. A abordagem geral adoptada para a implementação do projecto e M&A visa fortalecer a capacidade do MED em várias áreas, garantindo a continuação da capacidade operacional e fiduciária desenvolvida no âmbito do PAT (P122700) (ver anexo 2 para mais detalhes).



B. Medidas de monitoria e avaliação de resultados

89. As disposições de M&A do projecto derivarão do quadro de resultados do projecto. As actividades de M&A do projecto serão coordenadas, supervisionadas e implementadas pelo MED. O MED continuará a organizar a sua recolha anual regular de dados SIGE/EMIS, através da qual são recolhidos dados essenciais sobre alunos, professores, escolas e recursos. Com base nas contribuições recebidas das escolas, o MED será responsável por consolidar e analisar dados, produzir dados sobre indicadores e um relatório detalhado de M&A (anual) sobre a implementação do projecto por componente, incluindo uma descrição resumida das actividades aos níveis nacional, regional e escolar (para a sub-componente 1.1, os dados de entradas para M&A serão fornecidas pela equipa do MINSACC). O projecto vai fortalecer o sistema de M&A para monitorar os indicadores-chave da educação sobre ensino e aprendizagem para melhorar a qualidade dos dados e a oportunidade de análise e relatórios sobre a estrutura de resultados.

90. A UCC do MINSACC e a UIP do MED serão responsáveis por elaborar relatórios de progresso sobre o progresso técnico, físico e financeiro do projecto, incluindo o valor mais recente dos indicadores do quadro de resultados do projecto com base nos modelos definidos pelo mutuário. Os dados e relatórios da UCC do MINSACC devem ser integrados no relatório de progresso do projecto para serem compostos como um documento único final. A componente 3 vai apoiar as actividades de capacitação das unidades dentro do ministério em M&A e planeamento. Um especialista em M&A foi recrutado pela UIP do MED para trabalhar em estreita colaboração com o MED para garantir que a colecta de dados, limpeza, análise e relatórios sejam concluídos de acordo com os requisitos do projecto.

91. Os dados sobre o desempenho da implementação serão obtidos primariamente de três fontes: a) Relatórios de progresso e sistemas de informação (SIGE/EMIS) do MED; (b) relatórios de progresso e sistemas/processos de informação fornecidos pelas respectivas UIPs; e (c) avaliações realizadas pelo MED, incluindo avaliações de alunos e observações em sala de aula.

- **Relatórios de progresso e sistemas de informação do MED.** As principais fontes são os relatórios estatísticos do MED baseados nos principais dados educacionais recolhidos pela SIGE/EMIS.
- **Relatórios e sistemas/processos das UIPs.** Cada UIP irá compilar regularmente relatórios de progresso de implementação sobre as actividades usando contribuições do pessoal da UIP e AT contratada para apoiar a implementação das direcções do MED e do MINSACC (conforme necessário).
- **Observações em sala de aula e avaliações dos alunos.** O projecto também vai financiar actividades para fortalecer a capacidade do MED de realizar observações em sala de aula e o sistema nacional de avaliação da aprendizagem. As práticas do professor e os resultados da avaliação da aprendizagem serão monitorados e utilizados para a melhoria da qualidade.

92. O Banco Mundial fornecerá apoio à implementação, incluindo supervisão fiduciária e de salvaguardas ambientais e sociais durante a implementação do projecto. As missões de apoio à implementação serão realizadas pelo Banco Mundial pelo menos a cada seis meses para avaliar o progresso do Projecto em direcção ao cumprimento de seus objectivos de desenvolvimento. Uma revisão intercalar (RI) será realizada no ponto intermediário de implementação do projecto, o que vai



dar uma oportunidade de avaliar o progresso geral na implementação do projecto, actualizar o Quadro de Resultados conforme necessário, rever a alocação entre os componentes, reavaliar os riscos e propor medidas correctivas para garantir o cumprimento do ODP.

C. Sustentabilidade

93. O projecto proposto está alinhado com as prioridades do governo, conforme demonstrado nas diversas formas que os componentes do projecto se alinham com os objectivos centrais do PDN 2018–2022. A apropriação do projecto pelo Governo é clara a partir do envolvimento político de alto nível de vários ministérios na definição dos detalhes da concepção do projecto em todo o estágio de elaboração deste. Dado que uma limitação chave para a prestação eficaz de serviços no sector de educação tem sido a capacidade inadequada, a incorporação de actividades de capacitação nos componentes 2 e 3 (particularmente focada em aspectos de governança e M&A) aumenta a sustentabilidade das actividades do projecto além do Período de implementação do projecto. Além disso, a sustentabilidade é melhorada pela ênfase em trabalhar por meio de sistemas existentes e estruturas comunitárias em todos os componentes, em oposição à criação de novas estruturas para a implementação das actividades do projecto.

RESUMO DA AVALIAÇÃO DO PROJECTO

A. Análise Técnica, Económica e Financeira (se aplicável)

Análise Técnica

94. Estudos preparatórios. O projecto assenta em fundamentos analíticos de várias fontes focalizadas no potencial e constrangimentos do empoderamento das raparigas em Angola, bem como dos desafios enfrentados pelo sector da educação. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao empoderamento das meninas, vários estudos foram realizados para confirmar o grau em que o maior empoderamento económico das mulheres se traduzirá em maiores ganhos de produtividade para o país. Por exemplo, o UNFPA calculou o potencial dividendo demográfico do país caso uma transição demográfica ocorra nos próximos anos. Assumindo um cenário de investimentos sustentados em planeamento familiar, educação e emprego/empreendedorismo, o país pode esperar que o PIB per capita chegue a US\$ 24.609, cerca de quatro vezes um cenário de status quo (business-as-usual)⁵⁴. No que diz respeito à oferta de educação, o projecto se baseia em evidências relacionadas à infraestrutura escolar, bem como à qualidade da prestação de serviços nas escolas. Na infraestrutura, exercícios de mapeamento de escolas foram realizados pelo UNICEF para quantificar a procura não atendida por salas de aula. Na prestação de serviços, a equipa do Banco Mundial implementou uma primeira rodada de colecta de dados do Teach. Outros estudos em curso (financiados pelo Adiantamento para Preparação para o Projecto) incluem a identificação de intervenções para remover barreiras à educação de meninas e um censo escolar.

95. Adequação da concepção do projecto. O projecto foi cuidadosamente desenhado para

⁵⁴ UNFPA, 2019. Tapping the Potential of Youth to Reap the Demographic Dividend in Angola. <https://www.afidep.org/publication/tapping-the-potential-of-youth-to-reap-the-demographic-dividend-in-angola/>



responder às necessidades específicas identificadas no PDN do governo. Os desafios transversais que as raparigas enfrentam requerem uma resposta multissetorial, com base nas vantagens comparativas de cada um dos intervenientes. Para a componente 1, isso significa fortalecer os vínculos entre aqueles em melhor posição para oferecer serviços de saúde para adolescentes (MINSÁ), aproveitando o acesso a potenciais beneficiários oferecido pelas escolas sob os auspícios do MED. O desenho técnico também cria a flexibilidade necessária para responder aos vários contextos em Angola, fazendo uso da capacidade de implementação existente sempre que possível. Isso é exemplificado na abordagem de usar ONGs para a prestação de serviços no âmbito da componente 1, bem como oferecer opções para modalidades de implementação para as actividades de infraestrutura, seguindo abordagens centralizadas ou descentralizadas, dependendo das condições iniciais nas diferentes províncias-alvo. Finalmente, em consonância com a visão do Governo de Angola, a concepção do projecto inclui um forte foco na construção das capacidades institucionais do MED, fortalecendo os sistemas de M&A, e focaliza a sustentabilidade das intervenções, por exemplo, mantendo os custos operacionais a um mínimo.

Análise económica e financeira

96. Espera-se que o projecto proposto gere um maior crescimento a longo prazo, melhorando o nível de capital humano em Angola. As intervenções para melhorar a qualidade do ensino provavelmente se traduzem numa melhor qualidade de educação, o que levará ao aumento dos resultados da aprendizagem, contribuindo assim para uma maior produtividade e ganhos futuros dos indivíduos que se beneficiarão do projecto. Em US\$ 250 milhões em cinco anos, os US\$50 milhões por ano representam mais de metade do financiamento discricionário no orçamento do MED para 2021 (estimado em US\$ 1,5 bilhão, 94% dos quais são alocados para despesas recorrentes).

97. Os altos retornos económicos e sociais para melhorias na qualidade da educação apoiam a justificativa para o investimento do projecto. Os retornos económicos da educação como um investimento em capital humano são amplamente comprovados. A evidência global mostra que a taxa média de retorno à educação é estimada em cerca de 10% ao ano de escolaridade.⁵⁵ De acordo com a Avaliação da Pobreza de Angola de 2019, os trabalhadores que concluíram o ensino superior ganham um rendimento médio de trabalho oito vezes mais elevado do que os sem educação. Além disso, os retornos sociais para a educação devem mais do que exceder os custos de investimento devido às externalidades positivas sobre o crime, fertilidade, saúde, mobilidade inter-geracional e maior participação do cidadão.

98. O valor actual líquido (VAL) do projecto é estimado em cerca de US\$ 1.021 milhões e a taxa interna de retorno equivalente (TIR) é de 25,2%, considerando apenas o impacto no aumento salarial futuro dos anos adicionais de escolaridade dos beneficiários esperados do Projecto. A análise de custo-benefício do projecto usa a metodologia padrão para calcular os retornos privados agregados à educação dos alunos que se beneficiam das intervenções do projecto. Como o método não considera as externalidades positivas esperadas e outros beneficiários potenciais, e usa uma estimativa conservadora do número de beneficiários, provavelmente subestima o VAL total do projecto. Supondo uma taxa de

⁵⁵ Psacharopoulos, George, & Harry Anthony Patrinos. 2018. "Returns to Investment in Education: A Decennial Review of the Global Literature." *Education Economics* 26 (5): 445–458.



desconto de 5%⁵⁶, o projecto gera um VAL que mais do que compensa o investimento do projecto. A TIR correspondente é maior do que a taxa de desconto. No entanto, como mencionado acima, o VAL e a TIR devem ser considerados como estimativas muito conservadoras.

99. As despesas públicas de Angola no sector da educação são consideradas baixas e fortemente concentradas nas despesas correntes, que são principalmente salários de professores, deixando reduzido o espaço fiscal para investimento em educação de qualidade. Angola aloca em média 3% do PIB no sector da educação, o que está bem abaixo do mínimo de 4% do PIB recomendado pela UNESCO⁵⁷ e a média da África Subsaariana. As despesas correntes representaram cerca de 94% das despesas com educação em 2018, dos quais cerca de 80% são custos de salários. Assim, os recursos fiscais alocados para a melhoria da qualidade da educação são limitados ou não existentes. Para alcançar um crescimento económico mais sustentável liderado pelo sector privado, o financiamento do sector público para melhorias na qualidade da educação tem forte justificativa.

B. Fiduciária

(i) Gestão financeira

100. Uma GF foi realizada para avaliar a adequação das disposições de GF para a implementação do projecto proposto. A avaliação foi realizada de acordo com as Diretrizes e Política para Financiamento de Projectos de Investimento (FPI) e a Directiva do Banco Mundial sobre GF em Operações de FPI do Banco Mundial emitida em 28 de Fevereiro de 2017, e a Directiva do Banco Mundial sobre FPI com Condições Baseadas em Desempenho (CBD) emitidas em 29 de Janeiro de 2020. Uma UIP foi estabelecida sob o MED para fornecer apoio de GF em questões fiduciárias ao MED para a implementação do PAT (P122700) e também será responsável pela implementação do projecto proposto. Além disso, a UIP subordinada ao MINSa, a UCC, será responsável pela implementação das actividades da sub-componente 1.1. Os ministérios da educação e da saúde, por meio das respectivas UIPs, adquiriram experiência ao longo do tempo na implementação de operações financiadas pelo Banco Mundial. A recente revisão das disposições de GF das UIPs concluiu que estas continuam a manter as disposições de GF aceitáveis para a implementação do projecto em decurso, conforme comprovado pelas revisões recentes que classificaram o desempenho de GF como Moderadamente Satisfatório. Portanto, as referidas disposições serão aplicadas à implementação do projecto proposto com alguns ajustes relativos ao recrutamento dum contabilista assistente e dois supervisores de contabilidade provinciais na UIP da Educação, e nos níveis provinciais, respectivamente. Isso vai ajudar a reforçar a capacidade de GF com o devido respeito à natureza descentralizada da nova operação, que trará uma carga adicional para a equipa de GF.

101. O desembolso do BIRD será feito numa base de transacções (Demonstração de Despesas [DDs]). O projecto proposto vai utilizar os seguintes métodos de desembolso: adiantamento, pagamento directo, reembolso e compromisso especial. O Banco Mundial vai oferecer a flexibilidade de reduzir o limite para pagamento directo para facilitar os pagamentos a fornecedores estrangeiros de bens e serviços devido a alguns desafios para os bancos comerciais baseados no país em fazer pagamentos a fornecedores estrangeiros de bens e serviços e empreiteiros. As agências implementadoras vão elaborar

⁵⁶ Com base na taxa de juro efectiva da Análise de Sustentabilidade da Dívida de Angola de 2019 do FMI.

⁵⁷ *Global Education Monitoring Report*.



relatórios financeiros intercalares não auditados trimestralmente (RFIs) e vão disponibilizar esses relatórios ao Banco Mundial até 45 dias após o final de cada trimestre (TBC). As demonstrações financeiras do projecto serão auditadas pelo auditor externo independente do projecto em curso, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), conforme emitido pelo Conselho das Normas Internacionais de Auditoria e de Fiabilidade (IAASB) da Federação Internacional de Contabilistas. As disposições gerais de GF foram avaliadas como adequadas para garantir que as actividades do projecto sejam conduzidas e financiadas com a devida consideração à eficiência e economia. O risco geral de GF é substancial devido em parte ao risco do país, problemas de capacidade no país e envolvimento de vários beneficiários.

102. A conclusão geral da revisão fiduciária é que, apesar de algumas deficiências que foram identificadas, os sistemas de Gestão de Finanças Públicas do país são adequados para fornecer uma garantia razoável de que as rubricas orçamentárias para as despesas elegíveis são actualmente administradas de forma adequada. A preparação do orçamento e o acompanhamento da execução, os relatórios de contabilidade e financeiros são considerados adequados. Os procedimentos detalhados para o protocolo de verificação, contabilidade, relatórios e documentação das despesas elegíveis serão descritos no Manual de Implementação do Projecto.

(ii) Aquisições (Procurement)

103. Procedimentos de aquisição. As aquisições no âmbito do projecto serão realizadas de acordo com os "Regulamentos de Aquisições para Mutuários do FPI" do Banco Mundial (Regulamentos de Aquisições) datados de Novembro de 2017 sob a as "Directrizes Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção em Projectos Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Subsídios da AID", datada de 1 de Julho de 2016, e outras disposições estipuladas no Acordo de Financiamento.

104. Disposições de aquisições. A equipa de aquisições da UIP do projecto PAT I fará a transição para a implementação do PAT II, considerando alguma experiência no sector e com procedimentos de aquisições do Banco Mundial.

105. Resumo do EAPD. O Mutuário preparou a Estratégia de Aquisições do Projecto para o Desenvolvimento (EAPD). A equipa de aquisições do Banco Mundial forneceu o apoio e orientação necessários ao mutuário na elaboração do EAPD. Considerando a complexidade do Projecto, um EAPD simplificado foi elaborado.

106. Capacidade de aquisição. As actividades de aquisição serão realizadas pela UIP no MED. A equipa compreendia somente um assistente de aquisições, após o especialista de aquisições abandonar o projecto recentemente, que tem alguma experiência na implementação de projectos financiados pelo Banco Mundial, nomeadamente o PAT (P122700), que estava a aplicar as directrizes de aquisições. Seriam necessárias acções de fortalecimento da capacidade, incluindo (a) recrutamento dum especialista de aquisições qualificado, (b) conhecimento dos regulamentos de aquisições, e (c) aquisição de obras. Um manual de operações foi elaborado, incluindo secções de aquisição e gestão de contratos. Este manual claramente estabelece os processos de aprovação interna e partilha de informações, a fim de manter as decisões de aquisição tanto quanto possível ao nível operacional.

107. O risco residual de aquisição associado ao projecto, considerando as medidas de mitigação mencionadas no parágrafo anterior, é Substancial.



C. Políticas Operacionais Legais

	Activada?
Projectos em Hidrovias Internacionais PO 7.50	Não
Projectos em áreas disputadas PO 7.60	Não

D. Ambiental e Social

108. O desenho do projecto proposto implica uma série de novas actividades para a agência de implementação, notavelmente na aplicação das novas Normas Ambientais e Sociais (NAS). O risco A&S do projecto é considerado Substancial dado: (a) a cobertura nacional do projecto; (b) a fraca capacidade do governo na aplicação do QAS e sua primeira exposição a algumas das áreas de foco específicas de investimento do projecto; (c) constrangimentos em encontrar recursos disponíveis com experiência A&S a nível provincial e municipal para lidar com os riscos e impactos ambientais e sociais; (d) os investimentos de construção relevantes que provavelmente resultarão num influxo de mão-de-obra, problemas de terra/reassentamento, saúde e segurança dos trabalhadores, estudantes, professores e comunidades, eliminação e gestão de resíduos e ruído e poeira; (e) riscos substanciais de VBG/EEAAAAS, incluindo questões relacionadas com as interacções trabalhador-comunidade-educação-comunidade; e (f) a presença de Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais (da África Subsaariana Historicamente desfavorecidos PI/CLASHD) na área de implementação do projecto. NAS1, NAS2, NAS3, NAS4, NAS5, NAS6, NAS7, NAS8 e NAS10 são relevantes para o projecto. O MED tem as responsabilidades gerais de preparação e implementação do projecto. Embora exista um longo relacionamento entre o Banco Mundial e o sector de educação com o PAT, o cliente não tem experiência na implementação de projectos com o novo QAS; assim, a sua capacidade institucional neste sentido pode ser considerada fraca. Na componente 2, o projecto apoia a criação dum ambiente escolar seguro e deve apoiar as actividades de obras civis que incluem novas construções, reabilitação, reforma e ampliação de salas de aula e deverá implantar a captação e/ou abastecimento de água na escola e implantação e infraestrutura de saneamento básico com foco na reforma das instalações sanitárias. A componente financiará outras intervenções para aumentar os espaços para os alunos e apoiar a expansão da oferta de educação em quase todos os níveis de escolaridade. O projecto também deve apoiar a educação em higiene, que incluiria a manutenção/reforma das instalações de saneamento. Este conjunto de intervenções pode representar riscos e impactos específicos que não são considerados significativos ou irreversíveis, incluindo questões relacionadas à aquisição de terras e/ou reassentamento involuntário, PI, VBG/EAAS, trabalhadores e saúde e segurança da comunidade, e eliminação e gestão de resíduos. Espera-se que os riscos e impactos ambientais e sociais sejam evitados, geridos e/ou mitigados por meio da aplicação de medidas de mitigação estabelecidas, conforme detalhado nos instrumentos QAS do projecto e nos planos de acção futuros, como PGAS, Planos de Acção de Reassentamento (PAR), Plano de Povos Indígenas (PPI).

109. Seguindo o QAS, o governo preparou um pacote de instrumentos A&S para avaliar os potenciais riscos e impactos A&S relacionados às actividades do projecto e propor medidas de mitigação ad hoc para prevenir, mitigar e/ou resolve-los. O pacote QAS inclui: um Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS), um PEP, um QGAS, um Procedimentos de Gestão do Trabalho



(PGT), um Quadro de Política de Reassentamento (QPR) e um Quadro de Planeamento de Grupos Vulneráveis (QPGV). Os instrumentos A&S elaborados para o projecto avaliaram os impactos ambientais e sociais, bem como as medidas propostas para fortalecer a capacidade de implementação do projecto. Os instrumentos do QAS foram consultados e divulgados no país e no site do Banco Mundial no dia 17 de Fevereiro de 2021. Assim que os locais de investimento forem identificados, quando necessário, o governo irá preparar, consultar e divulgar PGASs, PARs e PPIs. Um especialista ambiental, um especialista de desenvolvimento social e um especialista em VBG serão recrutados 60 dias após a data de efectividade e retidos como parte da UIP para gerir e supervisionar os aspectos A&S do projecto. Especialistas A&S provinciais e pontos focais ambientais e sociais municipais (funcionários públicos) serão nomeados 90 dias após a entrada em vigor. Os pontos focais de A&S serão nomeados para coordenar e supervisionar a aplicação das medidas ambientais e sociais localmente. O Anexo 4 descreve os instrumentos do QAS acima mencionados.

110. O projecto proposto prevê-se que tenha resultados sociais positivos tanto a nível da comunidade individual como da sociedade. No entanto, existe um risco contextual institucional, dada a primeira exposição ao novo QAS e os desafios relacionados com a gestão de questões A&S. Especificamente, o projecto vai investir no empoderamento das raparigas, reduzindo a gravidez na adolescência, garantindo a inclusão de pessoas que vivem com deficiência e prevenindo e abordando a VBG/EAAS, inclusive em ambientes escolares. Dada a natureza nascente de parte dessa agenda, isso poderia levar a desafios de apropriação, coordenação e implementação, especialmente a nível local. Com base nos investimentos do projecto em novas construções e reforma e expansão de salas de aula e outras infraestruturas relacionadas à escola, pode haver reassentamento involuntário, aquisição de terras e questões de fluxo de trabalho. Dada a abrangência nacional do projecto, incluindo nas zonas rurais, as intervenções serão implementadas em áreas onde PI/CLASHD estão presentes. Os riscos de EAAS do Projecto foram avaliados como "altos". O QGAS inclui uma avaliação de risco de EAAS e um Plano de Acção de Prevenção e Resposta de VBG/EAAS (PA VBG), que descreve as medidas apropriadas para mitigar esses riscos. As medidas de mitigação de EAAS incluem uma estrutura de responsabilidade e resposta que permite que o pessoal e os trabalhadores do projecto, bem como as comunidades, sejam devidamente informados sobre EAAS e comportamentos proibidos. O projecto terá protocolos estabelecidos para encaminhamentos de serviços adequados e resolução ética de reclamações. O PA VBG será ainda mais refinado durante a implementação assim que os locais de investimento são identificados, e será integrado no futuro Avaliação do Impacto Ambiental e Social (AIAS)/PGAS. Um MR ao nível de projecto será implementado para fornecer uma comunicação confiável e eficiente e um canal de resposta entre o projecto e seus beneficiários. Além disso, um MR específico para EAAS também será desenvolvido, dados os altos riscos de EAAS relacionados ao projecto. O nr. específico de EAAS envolverá procedimentos para a recepção e gestão segura e confidencial de reivindicações de EAAS, incluindo canais de relatórios confidenciais, documentação ética e armazenamento de informações de sobreviventes, bem como um protocolo de resposta para garantir encaminhamentos adequados e oportunos para serviços de apoio a sobreviventes. A UIP nomeará ambos um especialista em VBG e um especialista em Desenvolvimento Social. O especialista em desenvolvimento social será responsável pela gestão e supervisão dos aspectos sociais do projecto, identificando potenciais riscos e impactos, implementando as medidas de mitigação descritas nos instrumentos do QAS e coordenando com os especialistas provinciais de A&S e pontos focais de A&S municipais. O Especialista em VBG terá a tarefa de (a) garantir a implementação adequada do PA de VBG do projecto, (b) fornecer apoio técnico geral e orientação ao projecto e (c) coordenar e supervisionar várias intervenções do projecto relacionadas com a prevenção e resposta à VBG, incluindo a gestão de risco de EAAS para empreiteiros e



fornecedores.

111. Dado o papel central de abordar a VBG para o empoderamento das raparigas, o projecto propõe uma série de actividades destinadas a prevenir a VBG, incluindo ESAS e melhorar os serviços prestados às sobreviventes. O projecto busca fortalecer e sistemas governamentais existentes sempre que possível, com o objectivo de estabelecer Mecanismos de Reclamações sustentáveis e credíveis, MR específico para ESAS (conforme mencionado acima), juntamente com sistemas de gestão de casos correspondentes para garantir uma abordagem centrada no sobrevivente que vai continuar para além da vida do projecto. Cada componente apresenta acções que vão trabalhar no sentido de reduzir os riscos em torno da VBG para raparigas. Para a componente 1, isso significa construir a agência dos jovens, especialmente das raparigas, para abordar as lacunas de empoderamento subjacentes que podem tornar as raparigas e mulheres vulneráveis à VBG. Espera-se que as actividades relacionadas com foco na masculinidade positiva também tenham um impacto na mudança de comportamento de potenciais perpetradores de VBG, abordando os desequilíbrios de poder que impulsionam a VBG. A integração das mensagens de prevenção e resposta a VBG nas campanhas e diálogos comunitários mais amplos também contribuirá para mudar as normas sociais a longo prazo, assim como as actividades destinadas a manter as raparigas na escola, um factor de protecção comprovado para as raparigas. Para a componente 2, são propostas várias actividades ao nível da escola, incluindo a identificação e formação de pontos focais femininos psicossociais que desempenharão um papel para garantir que a implementação local das actividades no âmbito do PA VBG esteja em progresso. É importante ressaltar que o Governo de Angola solicitou o apoio do Banco Mundial na introdução de códigos de conduta para professores. Estes serão integrados ao sistema de desenvolvimento profissional de professores do MED, pelo qual os professores participantes em sessões de formação serão obrigados a endossar o código de conduta (por escrito) antes de se beneficiarem das actividades de formação – Finalmente, um estudo usando métodos mistos sobre factores preventivos e de risco para a retenção escolar de raparigas está em curso para informar mais sobre a violência de género relacionada à escola (VBG na Escola) e os riscos de gravidez precoce. O Anexo 1 destaca a abordagem geral e específica de VBG na escola proposta para o projecto.

SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

112. Comunidades e indivíduos que acreditam que são adversamente afectados por um projecto apoiado pelo Banco Mundial (BM) podem enviar reclamações aos mecanismos de reclamação existentes em nível de projecto ou ao Serviço de Gestão de Reclamações (SGR) do Banco Mundial. O GRS garante que as reclamações recebidas sejam prontamente analisadas a fim de abordar as preocupações relacionadas ao projecto. As comunidades e indivíduos afectados pelo projecto podem apresentar a sua reclamação ao Painel de Inspeção independente do Banco Mundial, que determina se o dano ocorreu ou poderia ocorrer como resultado do não cumprimento das políticas e procedimentos do Banco Mundial. As reclamações podem ser apresentadas a qualquer momento após as preocupações terem sido trazidas directamente à atenção do Banco Mundial e a Administração do Banco tiver tido a oportunidade de responder. Para obter informações sobre como enviar reclamações ao serviço corporativo de Gestão de Reclamações (SGR) do Banco Mundial, visite <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service>.



Para obter informações sobre como enviar reclamações ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, visite www.inspectionpanel.org.

PRINCIPAIS RISCOS

113. O risco geral é Substancial. O projecto proposto apresenta um plano ambicioso para enfrentar alguns dos desafios de capital humano mais proeminentes de Angola, muitos dos quais representam novas áreas para investimentos do Banco Mundial. Este desafio será ainda mais complicado pelo contexto da COVID-19, que actua como um intensificador em todas as áreas, incluindo um sistema de saúde que será cada vez mais afectado e exigirá financiamento adicional, uma crise económica que vai ter um impacto negativo na habilidade das famílias sobreviverem, a pobreza generalizada, e a situação fiscal do governo.

114. Político e de governança: substancial. O novo governo demonstrou forte compromisso com a implementação de reformas críticas de governança e registou vitórias iniciais nesse sentido, como a introdução de medidas para reduzir a corrupção, o início de uma primeira onda de privatizações e a aprovação de leis para melhorar a competitividade. No entanto, os interesses adquiridos são fortes e podem prejudicar os esforços de reforma, com a pandemia causando mais incertezas. A contínua contenção de despesas sociais - para garantir os superávits necessários ao serviço dos elevados níveis de endividamento - também representa um risco significativo, tanto em termos dum possível declínio dos indicadores sociais, quanto de um possível descontentamento social. Isso é mitigado por meio de apoio específico do Banco Mundial aos sectores sociais com o objectivo de melhorar os indicadores sociais. A governança em torno das nomeações políticas no sector de educação também apresenta um risco, a ser mitigado por meio de apoio técnico a ser fornecido nas políticas de recrutamento.

115. Risco Macroeconómico: Alto. Uma queda acentuada dos preços do petróleo junto com uma redução mais forte do que o esperado na produção de petróleo e condições de financiamento globais mais restritivas devido à COVID-19 estão a atenuar as perspectivas de crescimento, aumentando a necessidade de consolidação fiscal adicional. Isto pode limitar o espaço para empréstimos colocando as despesas sociais particularmente em risco. O financiamento do Banco Mundial direccionado aos sectores sociais, como os da saúde, educação e protecção social, serve para mitigar esse risco.

116. Desenho técnico do projecto: Substancial. Existem áreas de apoio do projecto que são novas ao engajamento do Banco Mundial em Angola. Estas incluem as intervenções que visam empoderar os jovens, a oferta de programas de aprendizagem acelerada e obras civis. Responder ao COVID-19 também representa uma nova agenda. Estes são mitigados através duma assistência técnica substancial fornecida ao governo nestas áreas.

117. Capacidade institucional para implementação e sustentabilidade: Substancial. Embora Angola tenha muitos anos de experiência na implementação de projectos do Banco Mundial, o âmbito alargado desta operação implica contar com unidades, ministérios e níveis de governo menos experientes. O projecto mitiga esse risco fazendo uso da capacidade existente, por exemplo, fazendo parceria com o MINSa em questões de SSR. Em segundo lugar, o projecto se esforça para capacitar novas unidades proeminentes dentro do MED, como o DI.



118. Fiduciário: Substancial. Dada a experiência limitada do MED com a aquisição de obras de construção civil e a complexa GF proposta no âmbito desta operação para as subvenções, o risco fiduciário é substancial. Foram levadas a cabo várias acções para reduzir estes riscos, incluindo o fortalecimento das equipas fiduciárias em ambos MINSAs e MED.

119. Risco social: Substancial. O risco social é considerado Substancial devido (a) o conhecimento e experiência limitados do MED sobre o novo QAS, incluindo em tópicos específicos do projecto, como mitigação de risco bem como a prevenção e resposta à VBG/EAAS, abordando e prevenindo a gravidez na adolescência, inclusão de deficiência, PI, e normas de trabalho; (b) o investimento em múltiplas actividades de infraestrutura, o que pode resultar em questões de terra, reassentamento involuntário e fluxo de trabalho; (c) altos riscos de EAAS, incluindo riscos relacionados a VBG na Escola; (d) saúde e segurança dos trabalhadores e da comunidade; e (e) aspectos de inclusão social, como questões relacionadas à deficiência e PI. Espera-se que os riscos e impactos sociais sejam evitados, geridos e/ou mitigados por meio da aplicação de medidas de mitigação estabelecidas, conforme detalhado no QGAS, PA VBG, PGT, PEP, QPR, QPGV, e futuros AIAS/PGAS/PAR do projecto, e através do uso dos três MRs (MR genérico ao nível do projecto, MR específico de EAAS e MR de trabalhadores). O especialista em desenvolvimento social ao nível da UIP e o especialista em VBG vão coordenar e supervisionar a implementação das medidas de mitigação, juntamente com os pontos focais de A&S aos níveis provincial e municipal.

120. Risco ambiental: Substancial. O risco ambiental é considerado substancial devido a: (a) a cobertura nacional do projecto; (b) a fraca capacidade do governo na aplicação do QAS e a sua primeira exposição a algumas das áreas de foco específicas de investimento do projecto; (c) a fraca capacidade a nível local devido aos constrangimentos em encontrar peritos experientes para lidar com riscos e impactos ambientais; e (d) obras civis a serem financiadas no âmbito do projecto relacionadas com novas construções (novas escolas), reabilitação, expansão e remodelação de escolas e outras intervenções que variam de pequena escala (manutenção de instalações de saneamento e reforma de escolas) a média escala (construção complexa, expansão e reabilitação). Os principais impactos esperados são: (a) saúde e segurança dos trabalhadores, alunos, corpo docente e comunidades; (b) eliminação e gestão de resíduos; e, (c) ruído e poeira. Espera-se que a maioria dos impactos prováveis sejam menores, reversíveis, de duração limitada e específicos ao local. Durante a fase operacional, os riscos e impactos ambientais potenciais provavelmente estarão relacionados à: (a) eliminação e gestão de resíduos sólidos e (b) gestão de águas residuais. Espera-se que os riscos e impactos ambientais, de saúde e segurança sejam tratados por meio da adopção de medidas de mitigação estabelecidas nos instrumentos de A&S, bem como a futura AIAS (quando aplicável); PGAS; Plano de Gestão de Resíduos; e Plano de Saúde, Segurança e Meio Ambiente Ocupacional (SSAO). O especialista ambiental da UIP irá coordenar e supervisionar a implementação das medidas de mitigação juntamente com especialistas em desenvolvimento social e VBG.



VII. QUADRO DE RESULTADOS E MONITORIA

Quadro de Resultados

PAÍS: Angola

Projecto de Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem para Todos

Objectivo(s) de Desenvolvimento do Projecto

Empoderar os jovens angolanos, especialmente raparigas, e melhorar a qualidade da aprendizagem para todos.

Indicadores de Objectivo de Desenvolvimento do Projecto

Nome do Indicador	PBC	Linha de base	Objectivos intermédios				Objectivo final
			1	2	3	4	
Empoderar os jovens angolanos, especialmente raparigas, e melhorar a qualidade da aprendizagem para todos.							
Raparigas e rapazes (12-18) com melhor acesso a informações e serviços de SSR (incluindo métodos anticoncepcionais/planeamento familiar) (Número)		0.00	75,000.00	150,000.00	225,000.00	300,000.00	300,000.00
Raparigas (número)		0.00					185,000.00
Rapazes (número)		0.00					115,000.00
Número de alunos que concluem a educação de segunda oportunidade com competências para a vida integradas (desagregado por género) (número)		562,569.00	600,000.00	650,000.00	700,000.00	750,000.00	770,000.00
Raparigas (número)		339,554.00					462,000.00
Rapazes (número)		223,015.00					308,000.00



Nome do Indicador	PBC	Linha de base	Objectivos intermédios				Objectivo final
			1	2	3	4	
Proporção de raparigas como percentagem do total de alunos matriculados no ciclo 1 nos municípios do projecto (percentagem)		42.00	43.00	44.00	45.00	46.00	46.00
Proporção de professores com desempenho em nível satisfatório ou acima (percentagem)		25.00		35.00		50.00	50.00
Salas de aula novas e reabilitadas (número)		0.00	500.00	1,000.00	2,000.00	3,000.00	3,000.00
Das quais novas construções (Número)							1,000.00

Indicadores de resultados intermédios por componentes

Nome do Indicador	PBC	Linha de base	Objectivos intermédios				Objectivo final
			1	2	3	4	
Componente 1: Empoderar raparigas angolanas							
Número de comunidades alcançadas por meio de actividades de consciencialização e sensibilização (Número)		0.00	150.00	300.00	450.00	600.00	600.00
Alunos que frequentam os módulos 1, 2, 3 e ciclo 1 do EJA (Número)		756,558.00	800,000.00	850,000.00	900,000.00	950,000.00	1,000,000.00
Raparigas (número)		450,654.00					600,000.00



Nome do Indicador	PBC	Linha de base	Objectivos intermédios				Objectivo final
			1	2	3	4	
Rapazes (número)		306,093.00					400,000.00
Alunos a frequentar os módulos 1, 2 e 3 (Número)		742,981.00					900,000.00
Alunos a frequentar ciclo 1 e ciclo 2 do EJA (Número)		13,577.00					100,000.00
Alunos a concluir 2º ciclo do EJA (desagregado por género) (Número)		0.00	0.00	5,000.00	10,000.00	15,000.00	20,000.00
Raparigas (número)		0.00					10,000.00
Rapazes (número)		0.00					10,000.00
Alunos que se beneficiam de programa de bolsas para reduzir a desistência escolar (desagregado por género) (Número)		200.00	400,000.00	500,000.00	700,000.00	900,000.00	900,000.00
Raparigas (número)		200.00					450,000.00
Rapazes (número)		0.00					450,000.00
Raparigas a beneficiarem-se do programa de gestão de higiene menstrual (Número)		0.00	298,876.00	330,849.00	364,212.00	396,185.00	400,000.00
Taxa de conclusão no ciclo I do ensino médio (desagregada por género) (percentagem)		36.80					42.80
Raparigas (Percentagem)		0.00	36.80	38.30	39.80	41.30	42.80
Rapazes (Percentagem)		0.00	41.90	43.40	44.90	46.40	47.90
Número de escolas com implementação local do PA VBG nacional (número)		0.00	150.00	300.00	450.00	600.00	600.00
Percentagem de reclamações		0.00	75.00				75.00



Nome do Indicador	PBC	Linha de base	Objectivos intermédios				Objectivo final
			1	2	3	4	
endereçadas pelo MR dentro de seis meses (Percentagem)							
Componente 2: Reduzir a fraca aprendizagem							
Reduzir o número de salas de aula com condições inadequadas de aprendizagem (percentagem)		20.00	19.00	18.00	17.00	16.00	16.00
Escolas recentemente reabilitadas com WASH (Número)		0.00	50.00	100.00	200.00	400.00	400.00
Número de escolas equipadas para servir como abrigos durante uma emergência climática/desastre natural (Número)		0.00	6.00				18.00
Escolas modelo (desagregadas por província) (Número)		0.00	18.00	36.00	54.00	72.00	72.00
Professores treinados que usam planos de aula com roteiros e guias simplificados (número)		0.00					65,000.00
Directores de escolas a nível provincial e municipal formados num novo modelo de supervisão pedagógica (Número)		0.00	2,000.00	4,000.00	6,000.00	8,000.00	10,000.00
Candidatura e publicação de resultados de exames nacionais/regionais de Português e Matemática (Número)		0.00	0.00	2.00	0.00	2.00	4.00
Melhoria percentual na		0.00	1.00	2.00	3.00	4.00	4.00



Nome do Indicador	PBC	Linha de base	Objectivos intermédios				Objectivo final
			1	2	3	4	
pontuação de leitura para a 4ª classe (percentagem)							
Línguas angolanas de origem africana que dispõem de materiais de leitura nas primeiras classes (Número)	0.00		2.00	4.00	4.00	6.00	6.00
Alunos do ensino primário e secundário a beneficiarem-se do ensino à distância (Número)	0.00						874,000.00
Alunos a receber tratamento de desparasitação (Número (Mil))	1,970.00		2,000.00	2,170.00	2,370.00	2,560.00	3,250.00
Componente 3: Gestão, monitoria e avaliação de projectos							
Pessoal treinado e equipado com conhecimento para usar dados, indicadores educacionais e meios necessários para planear e tomar decisões a nível de Ministério, Provincial e Municipal (Número)	0.00		150.00	300.00	450.00	600.00	600.00
Ministério (Número)	0.00						90.00
Provincial (Número)	0.00						60.00
Municipal (Número)	0.00						435.00
Mecanismo para FBD no sector educação desenvolvido e aprovado (Sim/Não)	No			Yes			Yes
Revitalização do SIGE e desenvolvimento da nova plataforma de dados, totalmente divulgada e utilizada pelas escolas (Texto)	0.00		Preparação da Equipa de Revisão de Processo	Desenvolvimento de novas plataformas	Utilização de plataformas com indicadores produzidos	Divulgação e uso de indicadores ao nível da escola	Divulgação ao nível da escola



Plano de Monitoria e Avaliação: Indicadores de ODP

Nome do Indicador	Definição/Descrição	Frequência	Fonte de dados	Metodologia para colecta de dados	Responsabilidade pela colecta de dados
Raparigas e rapazes (12-18) com melhor acesso a informações e serviços de SSR (incluindo métodos anticoncepcionais/planeamento familiar)	Número de jovens que participaram das actividades da Componente 1.1, conforme reportado por ONGs.	Relatórios de ONGs a cada seis meses.	Relatórios de ONGs, conforme reflectidos em relatórios técnicos apresentados pelo MED.	Dados colectados em folhas de presença por ONGs.	ONGs, conforme obrigação contratual.
Raparigas					
Rapazes					
Número de alunos concluindo a educação de segunda oportunidade com competências pra vida integradas (desagregado por género)	Número de alunos aprovados nos módulos 1, 2 e 3 da EJA na primária, e ciclos 1 e 2 da EJA na secundária. As metas foram calculadas com base na expansão do programa, assumindo que o programa mantém a qualidade de implementação reflectida na taxa de aprovação (maior taxa de aprovação	Anual. Inscrições dos participantes do EJA em Fevereiro de cada ano.	Dados oficiais do do SIGE reflectidos no SIGE.	O SIGE é actualizado pelo DNEJA, trabalhando a partir dos cadastros de cada ponto de atendimento do EJA. Isso inclui escolas que oferecem programas de EJA e entidades que operam sob acordos de parceria.	DNEJA.



	dos três módulos realizados - 77%).				
Raparigas	A linha de base/referência representa todas as raparigas que concluíram os módulos 1, 2 e 3 em 2019. A taxa de 60% dos beneficiários sendo raparigas é mantida para calcular a meta.				
Rapazes					
Proporção de raparigas como percentagem do total de alunos matriculados no ciclo 1 nos municípios do Projecto	Paridade de género no ciclo 1 do ensino secundário, calculada como percentagem de alunos que são raparigas. Atingir 50% de matrículas de raparigas representaria paridade de género. Atingir 46% significa reduzir a diferença de género pela metade.	Anual.	SIGE.	De acordo com os métodos padrão de coleta de dados do SIGE. Os dados são calculados dividindo o número total de raparigas matriculadas no ciclo 1 do secundário pelo número total de alunos matriculados no ciclo 1 do secundário.	
Proporção de professores com desempenho no nível satisfatório ou acima	Este indicador mede o desempenho do professor, conforme estimado usando o instrumento de observação na sala de aula TEACH. O número é a proporção de professores que recebem uma	O instrumento deve ser aplicado duas vezes durante a vida do projecto.			



	pontuação de 'satisfatória' ou 'altamente satisfatória', de acordo com o instrumento.				
Salas de aula novas e reabilitadas	Novas salas de aula são aquelas que foram recentemente construídas ou reabilitadas, seja ao nível pré-primário, primário ou secundário.	Anual.	Relatórios de fiscalização das actividades de infraestrutura, conforme reportado no relatório técnico do MED.	Visitas de fiscalização por províncias ou pelo MED, dependendo do tipo de obras.	GEPE, dentro do MED.
Das quais novas construções	Salas de aula que representam espaços adicionais para os alunos, em vez de espaços reabilitados ou reformados, no nível pré-primário, primário ou secundário.	Anual	Relatórios de supervisão das actividades de infraestrutura, conforme reportado no relatório técnico do MED.	Visitas de supervisão por províncias ou pelo MED, dependendo do tipo de obras.	GEPE, dentro do MED.

**Plano de Monitoria & Avaliação: Indicadores de Resultados Intermédios**

Nome do Indicador	Definição/Descrição	Frequência	Fonte de dados	Metodologia para colecta de dados	Responsabilidade pela colecta de dados
Número de comunidades alcançadas por meio de actividades de consciencialização e sensibilização	Isso representa o número total de comunidades que se beneficiaram das actividades realizadas por ONGs na Componente 1.1.	Relatórios sobre o progresso da implementação a cada seis meses.	Relatórios de ONG, conforme citado no relatório técnico do MED.	Comunidades e principais interessados devem ser reflectidos nos registos mantidos pelas ONGs.	ONGs, sob a supervisão do MINSA, em parceria com o MED.
Alunos frequentando o módulo 1, 2, 3 e ciclo 1 do EJA	Número total de alunos inscritos no EJA, incluindo alunos matriculados nas escolas e através de parceiros.	Anual, no início do ano lectivo (Fevereiro).	Dados reflectidos no SIGE.	SIGE a ser actualizado pelo DNEJA, a partir de dados de cadastro oficiais de escolas e entidades parceiras.	DNEJA.
Raparigas					
Rapazes					
Alunos a frequentar o módulo 1, 2 e 3					
Alunos a frequentar o ciclo 1 e ciclo 2 do EJA					
Alunos a concluir o ciclo 2 do EJA (desagregado por género)	Número de alunos que concluíram o programa do ciclo 2 acelerado do EJA.	Anual, a ser recolhido no final do ano lectivo (Dezembro).	Dados da SIGE, conforme reportados no sistema	O SIGE deve ser actualizado pela DNEJA, a partir de dados oficiais de conclusão registados por escolas e entidades parceiras que oferecem o programa de EJA do	DNEJA.



				2º ciclo.	
Raparigas					
Rapazes					
Alunos que se beneficiam do programa de bolsas para reduzir o abandono escolar (desagregado por género)	Número de alunos beneficiários de bolsas anuais nos 60 municípios-alvo do país.	À cada 6 meses	Extractos de pagamentos para subcontas pelo banco responsável pelos pagamentos	A cada seis meses, o banco informará sobre os pagamentos semestrais efetuados nas subcontas abertas em nome dos beneficiários. Dados triangulados pela monitoria feita por terceiros, usando pesquisas por telefone e visitas presenciais ao local para corroborar a colecta de dados.	GEPE, no MED. No caso de monitores terceirizados, empresas contratadas pelo Projecto.
Raparigas					
Rapazes					
Raparigas a beneficiarem do programa de gestão de higiene menstrual	Raparigas que frequentam a escola que se beneficiaram de actividades de GHM, realizadas por ONGs ou directamente pelas escolas.	A cada 6 meses	Relatórios de ONGs e relatórios escolares, conforme reflectido no relatório técnico do MED.	Os relatórios das ONGs reflectem as actividades oficiais realizadas nos 60 municípios, incluindo o número de escolas alcançadas e o número estimado de beneficiários femininos	ONGs, sob supervisão do MINSA.



				e masculinos por escola.	
Taxa de conclusão no ciclo I do ensino secundário (desagregada por género)	De acordo com o Instituto de Estatística da UNESCO, a taxa de conclusão é a percentagem de uma coorte de crianças ou jovens de 3 a 5 anos acima da idade pretendida para a última classe de cada nível de ensino que já concluíram aquela classe. A idade pretendida para a última classe de cada nível de ensino é a idade em que os alunos ingressariam na classe se tivessem começado a escola na idade oficial de ingresso no ensino primário, estudado em tempo integral e progredido sem repetir ou saltar uma classe. Nesse caso, a idade oficial de ingresso no ciclo 1 é de 12 anos, e o ciclo tem 3 classes, sendo que a idade pretendida para a última classe é 14 anos. Nesse caso, 17-19 anos ($14 + 3 = 17$ e $14 + 5 = 19$) seria a	A cada poucos anos, dependendo dos cronogramas da pesquisa aos agregados familiares.	Pesquisas aos agregados familiares usando inquéritos padronizados que garantem a comparabilidade e fiabilidade dos dados ao longo do tempo, como DHS (financiado pela USAID), LSMS (financiado pelo Banco Mundial) ou MICS (financiado pelo UNICEF).	Pesquisas aos agregados familiares, via telefones ou visitas domiciliares. As amostras devem ser nacionalmente representativas.	GEPE.



	faixa etária de referência para cálculo da taxa de conclusão do ciclo 1 do ensino secundário.				
Raparigas					
Rapazes					
Número de escolas com implementação local de PA VBG nacional	Para ser considerada como uma "escola com um VBG Escolar", o plano deve estar em implementação ao nível da escola, conforme atestado pelas ONGs, sob a supervisão dos pontos focais provinciais da VBG.	A cada seis meses, conforme relatórios da ONG.	Relatórios de ONG, reflectidos em relatórios técnicos do MED.	Visitas aos locais por ONGs devem reportar o número de escolas onde VBGs Escolares estão em implementação, incluindo a descrição das actividades em curso.	ONGs, sob a supervisão do MINSa, em parceria com o MED.
Percentagem de queixas endereçadas pelo MR dentro de seis meses	Este indicador rastreia a percentagem de todas as reclamações que foram recebidas através do Mecanismo de Reclamações do Projecto, que foram abordadas pela UIP, MED ou MINSa, dependendo de qual é a autoridade competente para os casos apresentados.	A cada seis meses.	Conforme citado e reportado nos relatórios técnicos de projectos do MED.	Número de casos resolvidos pelas autoridades competentes dividido pelo número total de casos acumulados recebidos através do MR.	MED
Reduzir o número de salas de aula com condições inadequadas de aprendizagem	Proporção de salas de aula classificadas como "inadequadas", de acordo	Anual.	Dados do SIGE, conforme	Dados registados no SIGE de acordo com os protocolos de dados do	GEPE, dentro do MED.



	com as classificações registadas no SIGE		reportados no sistema.	SIGE. Dados originais reportados pelas escolas e controlados pelas províncias.	
Escolas recentemente reabilitadas com WASH	Número de escolas que receberam investimentos em infraestrutura que resultaram em instalações WASH recentemente reformadas, incluindo latrinas separadas para rapazes e raparigas com água canalizada.	Anual.	Relatórios de fiscalização reflectidos no relatório técnico do MED.	Visitas ao local por MED, províncias ou fiscais de terceiros.	DI, no MED.
Número de escolas equipadas para servir como abrigos durante uma emergência climática/desastre natural	Dados os vários riscos climáticos que o país enfrenta, cada província teria pelo menos uma escola que poderia servir de modelo para servir de local de abrigo em tempos de crise.	Anual.	Visitas ao local, conforme reflectido no relatório técnico do MED.	Visitas ao local a serem conduzidas pelo MED, províncias ou terceiros. Para serem avaliadas como adequadas para servir de abrigo em tempos de crise, as escolas modelo devem cumprir com às especificações estabelecidas nas normas de projectos de escolas nacionais, sob a autoridade do DI.	DI, no MED.
Escolas modelo (desagregadas por província)	Número de escolas que cumprem os critérios MED para 'escolas modelo', de acordo com o manual	Anual.	Visitas ao local, conforme reportado	Visitas ao local a serem realizadas pelo MED, províncias ou terceiros.	DNEPP e DNES, no MED.



	operacional.		no relatório técnico do MED.		
Professores treinados em como usar planos de aula com roteiro e guias simplificados	Número de professores que beneficiaram de formação de desenvolvimento profissional que inclui a utilização de planos de aulas roteirizados e guias simplificados, para as disciplinas de português e matemática.	Anual.	Relatórios de ZIPs, conforme reflectido no relatório técnico do MED.	Os relatórios de ZIP devem reflectir os dados oficiais de participação registados nos locais de formação, incluindo nomes dos participantes, duração do treino, módulos abrangidos e assinaturas nos códigos de conduta profissional para professores e administradores de escolas.	INFQE.
Directores de escolas a nível provincial e municipal formados num novo modelo de supervisão pedagógica	Desenvolvimento profissional de directores de escolas e outros administradores de sistemas em supervisão pedagógica, utilizando os novos instrumentos como TEACH e COACH.	Anual.	Relatórios de ZIPs, conforme reflectido no relatório técnico do MED.	Os relatórios de ZIP devem reflectir os dados oficiais de participação registados nos locais de formação, incluindo nomes dos participantes, duração do treino, módulos abrangidos e assinaturas nos códigos de conduta profissional para todos participantes	INFQE.



<p>Candidatura e publicação de resultados de exames nacionais/regionais de Português e Matemática</p>	<p>Número de exames e avaliações nacionais ou regionais/internacionais grande escala aplicados em Angola, para disciplinas que abrangem (pelo menos) Português e matemática. Podem ser exames nacionais desenvolvidos apenas para Angola, exames regionais (como os instituídos pelo SACMEQ) ou exames internacionais, como o PISA para o desenvolvimento ou TIMSS. Os resultados a nível nacional devem ser publicados no prazo de 1 ano após a aplicação do exame para que o indicador seja considerado satisfeito.</p>	<p>Anual.</p>	<p>Relatórios técnicos do MED.</p>	<p>Neste caso, o indicador será considerado 'cumprido' quando o resultado do exame for publicado, por exemplo, por estar acessível no site do MED.</p>	<p>INADE.</p>
<p>Melhoria percentual das notas em leitura para a 4ª classe</p>	<p>Melhoria dos pontos percentuais em relação aos resultados da nota em leitura anteriores, conforme medido através da aplicação de exames nacionais. Por exemplo, se 20% dos estudantes da 4ª classe forem considerados como tendo alcançado um</p>	<p>Anual (embora os exames possam não ser aplicados todos os anos).</p>	<p>Resultados de exames nacionais publicados, conforme relatado no website do MED e no relatório técnico do</p>	<p>Aplicação do Exame Nacional, de acordo com os protocolos do INADE.</p>	<p>INADE.</p>



	nível de alfabetização funcional na aplicação do exame nacional de 2021, no final do projecto, a percentagem-alvo para estudantes funcionalmente alfabetizados da 4ª classe deve ser de pelo menos 24%.		MED.		
Línguas Angolanas de origem africana que possuem materiais para a prática antecipada de leitura	Número de línguas angolanas de origem africana que dispõem de materiais didácticos como livros infantis para a aquisição de aprendizagem.	Anual	Relatórios de progresso do INADE, conforme reflectido no relatório técnico do MED.	Uma língua será considerada como tendo 'materiais para a leitura inicial' se foram desenvolvidos, editados e disponibilizados gratuitamente, seja por meio de cópias impressas ou digitais, quaisquer materiais, como livros, livros de exercícios, aulas roteirizadas e outros semelhantes.	INADE.
Os estudantes dos ensinos primário e secundário a beneficiar do ensino à distância					
Os estudantes a receber tratamento desparasitante	Os estudantes a receber albendazol como parte da campanha de desparasitação em massa	Anual	Relatórios do projecto por parte do parceiro	Número total de estudantes em escolas que recebem pelo menos uma dose de	Agência de execução, de acordo com as modalidades previstas no contrato.



			de implementação, conforme reflectido no relatório técnico do MED.	albendazol.	
Pessoal formado e equipado com conhecimentos para utilizar dados, indicadores educacionais e os meios necessários para planear e tomar decisões a nível de Ministério, Provincial e Municipal	Número de funcionários públicos a beneficiar de intervenções de capacitação.	Anual	Relatório técnico elaborado pelo MED, recolhendo dados oficiais de participação em actividades.	Dados oficiais das actividades recolhidos pelos participantes na formação e reflectidos no relatório técnico do MED	GEPE, no MED.
Ministério					
Provincial					
Municipal					
Mecanismo de financiamento baseado em desempenho (FBD) no sector da educação desenvolvido e aprovado	Foi desenvolvido e aprovado pelo MED um modelo para usar o financiamento baseado em desempenho no sector da educação através de províncias e/ou municípios,	Anual.	Relatório técnico do MED.	O manual operacional que descreve o modelo deve ser aprovado a nível ministerial, de acordo com uma cópia assinada do manual pelo Ministro da	O GEPE, no MED.



	semelhante ao desenvolvido no sector da saúde.			Educação e Desenvolvimento.	
Revitalização do Sistema de Informação de Gestão de Educação (SIGE), e desenvolvimento de uma nova plataforma de dados, totalmente divulgada e utilizada pelas escolas	Revitalização do SIGE, tornando-o mais fiável, aumentando a validade, como um instrumento para monitorar o desempenho do sistema e informar o desenvolvimento futuro de políticas.	Anual.	Relatórios de progresso do consultor, conforme reflectido no relatório técnico do MED.	Relatórios de progresso narrativos sobre como o novo sistema SIGE está a progredir, com evidências apresentadas de cada marco identificado como indicadores intermediários.	O GEPE, no MED.



ANEXO 1: Abordagem Global da VBG

PAÍS: Angola

Projecto de Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem para Todos

- 1. O projecto adopta uma abordagem holística para lidar com a VBG.** Esta abordagem consiste em (a) agir a nível das suas principais causas subjacentes a longo prazo, tais como a dinâmica de poderes desiguais e as normas prejudiciais relativas ao género, (b) instituir mecanismos de protecção e prevenção a curto prazo, e (c) conectar os sobreviventes aos serviços de apoio e reforçar os mesmos. Nos parágrafos seguintes, se encontram resumidas as acções relativas a cada faceta da abordagem do projecto para a prevenção e resposta à VBG em Angola.
- 2. As disposições de execução para a realização de actividades que reduzem os riscos de VBG e EAS/assédio sexual (AS) para mulheres e raparigas consistem no reforço sistémico da capacidade de gestão a nível central e no apoio à implementação a nível local.** A nível central, o projecto procura reforçar os sistemas de gestão de um MR robusto e independente para EAAS (um MR específico às questões de EAAS), incluindo a gestão de casos e protocolos de resposta para os sobreviventes que comunicam as ocorrências de VBG e são encaminhados para serviços. No MED, estas actividades seriam coordenadas pelos especialistas em VBG e em desenvolvimento social designados a nível da UIP. Para assegurar as ligações com as províncias, seria nomeado um ponto focal para as questões de VBG em cada província, cujas responsabilidades seriam de supervisionar a implementação do PA de VBG do projecto e de medidas relevantes a nível provincial. A nível municipal, os pontos focais A&S apoiarão na implementação e supervisão do PA de VBG. Isto inclui o fornecimento de todo o apoio técnico necessário às escolas para a execução destas medidas a nível local.
- 3. Nos municípios, o projecto estabelecerá laços com o MASFAMU.** As agências municipais para o MASFAMU fornecerão ligações úteis para identificar e colaborar com prestadores de serviços qualificados de apoio integral aos sobreviventes, e garantir que seja estabelecido e mantido um sistema de encaminhamento funcional, mesmo após a conclusão do projecto. Estas agências desempenharão igualmente um papel fundamental no apoio ao projecto com acções de conscientização e consultas nas comunidades para garantir que as escolas e comunidades alvo sejam informadas sobre EAAS nas escolas, e sobre os serviços de apoio disponíveis localmente.
- 4. A nível da escola, os pontos focais psicossociais para actividades multisectoriais assumiriam a responsabilidade de implementar as medidas relevantes previstas no PA de VBG do projecto localmente.** Estes pontos focais serão treinados em conceitos e princípios essenciais de prevenção e resposta à VBG/EAAS, incluindo o apoio a fornecer aos alunos, pais e funcionários da escola como recursos para VBG/EAAS em escolas e SSR; primeiros socorros psicológicos e encaminhamentos para serviços quando necessário; disseminação de informações e aumento da conscientização. A implementação do PA de VBG nas escolas seria realizada em conjunto com as actividades da sub-componente 1.1, em que as ONGs seriam encarregadas de realizar muitas das actividades relacionadas com os serviços de mapeamento de sobreviventes, o estabelecimento do MR específico às questões de EAAS; capacitação de pontos focais psicossociais das escolas; e coordenação com lideranças



comunitárias para a promoção de acções no âmbito do PA de VBG, incluindo o MR específico às questões de EAAS.

Tabela 1.1 Abordagem abrangente para a VBG

Componentes e actividades do projecto	Riscos e considerações	Medidas de Mitigação do Projecto (Incluindo Recomendações da Avaliação dos Riscos de EAAS – Projecto de Alto Risco)
<p>Componente 1: Empoderamento de Raparigas Angolanas. Este componente está estruturado em torno de subcomponentes relacionados a (a) serviços de saúde para adolescentes, (b) segundas oportunidades e competências (inclusive competências para a vida) e (c) manter as raparigas na escola.</p>		
<p>Subcomponente 1.1: Melhorar o acesso a serviços e informações de saúde para adolescentes</p> <p>Este subcomponente promoverá programas de saúde escolar que se baseiam em iniciativas nacionais existentes com vista a proteger os adolescentes, especialmente as raparigas, e irá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e expandir o currículo educacional sobre serviços de SSR para adolescentes, com ênfase no acesso para raparigas; Desenvolver e implementar medidas de mitigação descritas no PA de VBG; e • Reforçar o envolvimento de agentes e líderes comunitários para impulsionar os esforços com vista a prevenir a gravidez 	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos de abuso e exploração sexual (AES) ligados ao acesso aos ou à distribuição dos benefícios e serviços relacionados à educação, incluindo a SSR (distribuição de serviços e programação, supervisão de pessoal, entre outras coisas). • Riscos de exacerbar e/ou desencadear a violência doméstica por meio de bolsas de estudo para raparigas devido ao efeito que podem ter na dinâmica de poder familiar e nos papéis atribuídos em função do género. • Riscos de AS relacionados à potencial falta de supervisão de funcionários do sexo masculino e feminino no sistema de ensino, incluindo a falta de código de conduta de professores e administradores a nível nacional • Riscos de abuso ou violência relacionados a normas sociais prejudiciais em contextos de implementação de projectos que limitam o acesso de mulheres e raparigas adolescentes a serviços de saúde e educação, incluindo o acesso aos serviços de SSR. • Falta de informação para as beneficiárias sobre o projecto e os 	<p>a. Supervisão e monitoria, incluindo o que se segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento de Especialista em VBG na UIP para supervisionar a implementação de medidas de mitigação sob o PA de VBG. • Recrutamento de uma empresa de monitoria independente para monitorar a execução das medidas de mitigação de risco; a empresa deve ter pessoal com experiência específica em VBG para monitorar a implementação do PA de VBG e garantir que todas as partes associadas cumpram as suas responsabilidades. • Desenvolvimento do PGAS do Empreiteiro (C-ESMP) como parte da oferta pública do empreiteiro e do contrato; o C-ESMP irá delinear medidas relevantes de mitigação de riscos de EAAS, como aquelas no PA de VBG do projecto, incluindo considerações de acessibilidade para alunos com deficiência, instalações adequadas de WASH e hospedagem para trabalhadores da construção que são segregadas por sexo, seguras e bem iluminadas, bem como espaços seguros para mulheres trabalhadoras e disseminação de informações direccionadas a trabalhadoras em potencial para promover um ambiente de trabalho favorável às mulheres. • Recrutamento de um consultor de supervisão para o empreiteiro que irá contratar oficiais da acção social para



Componentes e actividades do projecto	Riscos e considerações	Medidas de Mitigação do Projecto (Incluindo Recomendações da Avaliação dos Riscos de EAAS – Projecto de Alto Risco)
<p>em adolescentes.</p> <p>Subcomponente 1.2: Fornecer aos adolescentes uma educação de segunda oportunidade e competências para a vida</p> <p>Este subcomponente teria como objectivo fornecer aos jovens fora do sistema de ensino competências básicas e para a vida e irá:</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhorar e expandir os actuais programas de aceleração da aprendizagem para jovens. Integrar a formação em competências para a vida em outras actividades de formação, especialmente para abranger as mulheres jovens e aumentar as suas perspectivas de geração de rendimentos. Estabelecer salas de estimulação dirigidas por pares para mães adolescentes com relação a cuidados práticos alimentares adequados, educação continuada e acompanhamento do crescimento infantil; e Acompanhar a conclusão destes programas para monitorar os 	<p>seus riscos potenciais devido à falta de consultas independentes com mulheres e raparigas adolescentes em ambientes seguros e propícios</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de pessoal feminino qualificado para conduzir um currículo relacionado à SSR ou programas de competências para a vida para raparigas adolescentes, porque estão sujeitas à mesma falta de informação e às normas sociais restritivas sobre estes assuntos Falta de informação e conscientização para raparigas adolescentes sobre os riscos relacionados ao casamento precoce e à gravidez e VBG, incluindo riscos agravados pelo início da pandemia de COVID-19, especialmente para raparigas com deficiência, dentro de comunidades indígenas ou raparigas fora da escola. Falta de acesso das beneficiárias aos benefícios e serviços do projecto (por exemplo, a falta de representação feminina no sistema de ensino e nos processos de tomada de decisão a nível da comunidade, e a falta de consideração das necessidades das beneficiárias na implementação da educação, medidas relacionadas à SSR e COVID-19). Falta de acesso aos serviços de apoio por mulheres beneficiárias e sobreviventes de VBG/EAAS devido à baixa qualidade e fraca cobertura geográfica dos serviços de apoio e dificuldade de acesso aos serviços em áreas remotas ou rurais onde o projecto será executado. Risco de sustentabilidade do 	<p>monitorar a implementação das medidas de mitigação de risco de EAAS descritas no C-ESMP</p> <p>b. Quadro de responsabilização e respostas, incluindo o que se segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> Redacção e assinatura de um código de conduta para o pessoal do projecto, trabalhadores em locais de reabilitação e/ou de construção e o pessoal de educação, que incluirá, no mínimo, os seguintes atributos: <ul style="list-style-type: none"> Acções ou comportamentos proibidos em relação à VBG e EAAS Lista de sanções aplicáveis Normas mínimas para a UIP Obrigações declarativas e mecanismo para receber ou comunicar queixas/reclamações Criação de um MR independente estabelecido para lidar apenas com reclamações em matéria de EAAS de forma ética e confidencial, que incluirá, no mínimo, os seguintes atributos: <ul style="list-style-type: none"> Procedimentos específicos para lidar com reclamações relacionadas com EAAS, incluindo o prazo e eventuais sanções Procedimentos de reporte para reclamações relacionadas com EAAS, incluindo canais seguros e acessíveis para comunidades-alvo, trabalhadores no local e pessoal do projecto e da área da educação Obrigações em relação aos princípios orientadores para a gestão ética e confidencial de reclamações de EAAS Identificação e formação de pontos focais femininos individuais a nível das escolas (por exemplo, professoras voluntárias) para prestar primeiros socorros psicológicos e outros encaminhamentos para serviços, bem como auxiliar na disseminação de informações sobre VBG/EAAS em escolas e



Componentes e actividades do projecto	Riscos e considerações	Medidas de Mitigação do Projecto (Incluindo Recomendações da Avaliação dos Riscos de EAAS – Projecto de Alto Risco)
<p>resultados dos alunos em programas de aceleração da aprendizagem e actividades de formação de competências para a vida.</p>	<p>programa de bolsa de estudos devido à falta de compreensão e envolvimento da comunidade, incluindo preferência por conceder bolsas de estudo principalmente para rapazes</p> <ul style="list-style-type: none"> Riscos de raparigas não relatarem alegados casos de EAAS por medo ou retaliação. 	<p>sobre SSR.</p> <ul style="list-style-type: none"> Conclusão do exercício de mapeamento de serviços nas zonas de intervenção do projecto, a fim de identificar prestadores de serviços psicossociais, médicos e jurídicos qualificados, incluindo protocolos para o encaminhamento seguro e confidencial de casos de VBG/EAAS para serviços.
<p>Subcomponente 1.3: Manter as raparigas na escola</p> <p>Este subcomponente incluirá inúmeras actividades para apoiar as raparigas adolescentes que permanecem na escola e garantir a sua frequência ininterrupta, especialmente em vista dos riscos elevados de abandono escolar devido ao encerramento das escolas relacionado ao COVID-19, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> Campanhas de regresso à escola/apoio a comités de pais e professores para manter as raparigas na escola. Integração da educação sobre WASH nas escolas através da conscientização e insumos não relacionados à infraestrutura, incluindo para a gestão da higiene menstrual. Redução dos custos 	<ul style="list-style-type: none"> Riscos de que casos reportados de alegados EAAS não serão devidamente tratados, incluindo pelas autoridades policiais, e serão tratados de forma privada devido à alta aceitação e estigma relacionado com a VBG, especialmente se levarem à gravidez. Risco de que, se o AES resultar em gravidez, a sobrevivente seja forçada a se casar com o seu agressor. 	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão de um pacote básico de apoio ao sobrevivente para garantir o acesso aos serviços psicossociais, médicos e jurídicos essenciais nas zonas de intervenção do projecto; o pacote pode incluir suporte técnico para os provedores conforme necessário com financiamento apropriado. <p>c. Plano de formação e conscientização, incluindo o que se segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> O fortalecimento de competências para o pessoal do projecto e da área da educação em relação aos riscos relacionados com EAAS, bem como prevenção e resposta à VBG em ambientes escolares, incluindo códigos de conduta, comportamentos proibidos e MR específico às questões de EAAS, e deve da mesma forma incluir competências relacionadas ao trabalho com estudantes com deficiência, dentro de comunidades indígenas, dentro da comunidade lésbica, gay, bissexual, transexual, queer e intersexo (LGBTQI) e adolescentes fora da escola. Formação de trabalhadores no local e pessoal de supervisão em EAAS, incluindo códigos de conduta, comportamentos proibidos e MR específico às questões de EAAS. Envolvimento e formação de agentes de aplicação da lei para aumentar a conscientização sobre prevenção e resposta à VBG em ambientes escolares, incluindo comportamentos proibidos e MR específico às questões de EAAS, e o papel da aplicação



Componentes e actividades do projecto	Riscos e considerações	Medidas de Mitigação do Projecto (Incluindo Recomendações da Avaliação dos Riscos de EAAS – Projecto de Alto Risco)
com a escolaridade por meio de bolsas para todos os estudantes.		<p>da lei ao trabalhar com escolas e comunidades.</p> <ul style="list-style-type: none">• Disseminação de informações nas estruturas escolares sobre prevenção e resposta a EAAS, comportamentos proibidos e o mecanismo de queixas e reparação específico às questões de EAAS.• Consultas à comunidade com grupos de mulheres ou beneficiárias, incluindo raparigas adolescentes, em ambientes seguros e propícios com facilitadores do sexo feminino sobre o impacto potencial do projecto e suas actividades e riscos associados, incluindo mecanismos de feedback que podem ser acessíveis a nível da comunidade e mapeamento de zonas seguras e inseguras na comunidade (por exemplo, rotas escolares, pontos de colecta de água ou lenha, entre outras); as consultas também devem ter como alvo raparigas com deficiência, dentro de comunidades indígenas, dentro da comunidade LGBTQI e raparigas fora da escola.• Conscientização em comunidades-alvo pelo projecto em relação aos riscos relacionados a EAAS, bem como prevenção e resposta à VBG em ambientes escolares, comportamentos proibidos de acordo com códigos de conduta e MQ específico às questões de EAAS ou outro mecanismo de feedback para responder às reclamações.• Acções de sensibilização nas zonas de intervenção do projecto, especialmente destinadas aos líderes comunitários e aos pais, sobre os benefícios tangíveis e intangíveis do programa de bolsas e das matrículas/inscrições para a educação continuada de raparigas no ensino secundário e pós-secundário. <p>d. Iniciativas de prevenção de VBG/ EAAS, incluindo o que segue:</p> <ul style="list-style-type: none">• Envolvimento e formação de professores e



Componentes e actividades do projecto	Riscos e considerações	Medidas de Mitigação do Projecto (Incluindo Recomendações da Avaliação dos Riscos de EAAS – Projecto de Alto Risco)
		<p>educadores de pares em relação aos serviços de SSR para adolescentes, especialmente raparigas, para assegurar a oferta de currículos qualificados e tecnicamente sólidos, além de monitoramento contínuo e suporte técnico ao longo do projecto; as formações também devem abranger competências relacionadas ao trabalho com alunos com deficiência, em comunidades indígenas, na comunidade LGBTQI e adolescentes fora da escola.</p> <ul style="list-style-type: none">• Engajamento de defensores da igualdade de género em comunidades afectadas pelo projecto e ambientes escolares, incluindo líderes comunitários do sexo masculino, bem como professores e alunos do sexo masculino e feminino; estas iniciativas também devem ter como alvo alunos com deficiência, dentro de comunidades indígenas, dentro da comunidade LGBTQI e adolescentes fora da escola.• Implementação de um programa de promoção da masculinidade positiva que permanece responsável por mulheres e raparigas, bem como por normas de igualdade de género, e poderia incluir grupos de diálogo de género segregados por sexo para abordar as causas básicas da VBG.• Um pacote de intervenções sensíveis ao comportamento será testado em escolas seleccionadas para abordar normas sociais, factores culturais e comportamentos subsequentes relacionados à gravidez na adolescência e à VBG. As intervenções piloto serão orientadas pelos resultados do estudo quantitativo-qualitativo sobre factores preventivos e de risco à retenção escolar para raparigas.
<p>Componente 2: Redução da Pobreza de Aprendizagem. Este componente é estruturado em torno de subcomponentes relacionados a (a) infraestrutura educacional, (b) qualidade de ensino e aprendizagem e (c) minimização de interrupções no COVID-19.</p>		



Componentes e actividades do projecto	Riscos e considerações	Medidas de Mitigação do Projecto (Incluindo Recomendações da Avaliação dos Riscos de EAAS – Projecto de Alto Risco)
<p>Subcomponente 2.1: Expandir e reabilitar a oferta de educação</p> <p>Este subcomponente apoiaria a expansão da oferta de educação a quase todos os níveis de escolaridade com financiamento e planeamento para construção, expansão, reabilitação e reforma de escolas mais complexas, bem como outras intervenções que iriam expandir os espaços para os alunos, incluindo instalações de WASH adequadas e estruturas de ensino acessíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Riscos de AES, incluindo aumento da procura por trabalho sexual, em conexão com a construção de escolas e actividades de reabilitação devido ao fluxo de trabalho para as comunidades e escolas, bem como a presença de trabalhadores do sexo masculino nos locais de trabalho em escolas Risco de falta de professores com conhecimentos relacionados à EAAS e comportamentos proibidos para com os alunos. Riscos de actos de EAAS por parte dos professores relativamente aos alunos, incluindo sexo em troca de notas e sexo transaccional. Riscos de professoras não relatarem casos de alegados actos de EAAS por medo ou retaliação. 	<p>Consulte acima.</p>
<p>Subcomponente 2.2: Apoio ao ensino excelente</p> <p>Este subcomponente apoiaria um ensino excelente ao melhorar (a) a monitoria da qualidade do ensino, (b) a medição da aprendizagem, (c) o desenvolvimento profissional dos professores e (d) as práticas de gestão nas escolas e irá</p> <ul style="list-style-type: none"> Apoiar o reforço dos sistemas de medição para avaliar o desempenho dos professores e a aprendizagem dos alunos, incluindo o envolvimento com abordagens de 	<ul style="list-style-type: none"> Riscos de que casos reportados de alegados EAAS não serão devidamente tratados, incluindo pelas autoridades policiais, e serão tratados de forma privada devido à alta aceitação e estigma relacionado com a VBG, especialmente se conduzirem à gravidez. Risco de que, se o AES resultar em gravidez, a sobrevivente seja forçada a se casar com o seu agressor. Falta de construção adequada para garantir a acessibilidade dos alunos com deficiência e a segurança das instalações sanitárias (por exemplo, que sejam suficientemente numerosas para garantir instalações separadas por sexo, com fechadura e bem iluminadas). 	



Componentes e actividades do projecto	Riscos e considerações	Medidas de Mitigação do Projecto (Incluindo Recomendações da Avaliação dos Riscos de EAAS – Projecto de Alto Risco)
<p>ensino à distância;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar melhorias nas oportunidades e métodos de desenvolvimento profissional de professores; • Apoio à formação em gestão para administradores e supervisores educacionais; e • Apoiar melhorias nas políticas de gestão de professores existentes, incluindo triagem, selecção e ferramentas de implantação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa probabilidade de que a manutenção das medidas e instalações, inclusive para a GHM, seja sustentável, inclusive em relação ao abastecimento fiável de energia e água. • Riscos de AS relacionados à potencial falta de supervisão de pessoal masculino e feminino, tanto nos locais de trabalho quanto no sistema de ensino, incluindo a falta de código de conduta de professores e administradores a nível nacional. • Riscos de abuso ou violência relacionados a normas sociais prejudiciais em contextos de implementação de projectos que limitam o acesso de mulheres e raparigas adolescentes aos serviços da educação. 	
<p>Subcomponente 2.3: Garantir a continuidade da aprendizagem</p> <p>Em resposta ao COVID-19, este subcomponente apoiaria (a) abordagens de ensino à distância para alunos e professores, (b) a preparação de materiais para ajudar a recuperar as perdas de aprendizagem, e (c) actividades para garantir a reabertura segura das escolas e irá</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar abordagens e programas de ensino à distância direccionados a professores, como parte da resposta ao COVID-19, incluindo educação relacionada com o WASH e apoio entre homólogos 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação para as beneficiárias sobre o projecto e os seus riscos potenciais devido à falta de consultas independentes com mulheres e raparigas adolescentes em ambientes seguros e propícios. • Falta de acesso das beneficiárias aos benefícios e serviços do projecto (por exemplo, falta de representação feminina no sistema de ensino e nos processos de tomada de decisão a nível da comunidade e a falta de consideração das necessidades das beneficiárias na implementação de medidas de educação e de resposta ao COVID-19). • Falta de acesso aos serviços de apoio por mulheres beneficiárias e sobreviventes de VBG/EAAS devido à baixa qualidade e fraca cobertura geográfica dos serviços de apoio e 	



Componentes e actividades do projecto	Riscos e considerações	Medidas de Mitigação do Projecto (Incluindo Recomendações da Avaliação dos Riscos de EAAS – Projecto de Alto Risco)
<p>(peer-to-peer);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a produção e distribuição de materiais didácticos de baixo custo para o ensino à distância de fácil acesso dos alunos, incluindo a distribuição, a utilização de línguas angolanas de origem africana, e alunos com deficiência; e • Apoiar a reabertura de escolas para garantir a segurança, o bem-estar e a aprendizagem das crianças, incluindo medidas de higiene, nutrição e apoio psicossocial, bem como a formação de professores em relação à recuperação da aprendizagem. 	<p>dificuldade de acesso aos serviços em áreas remotas ou rurais onde o projecto será executado.</p>	
<p>Componente 3: Gestão, monitoria e avaliação do projecto</p>		
<p>Subcomponente 3.1: Gestão do projecto</p> <p>Este subcomponente reforçaria a capacidade de gestão do pessoal do MED, bem como dos administradores de educação provinciais e municipais e financeira (a) a AT para a elaboração de módulos de formação para os funcionários das escolas encarregues de formar os professores e para os que se encontram a nível central, provincial</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos de AS relacionados à potencial falta de supervisão de funcionários do sexo masculino e feminino no sistema de ensino, incluindo a falta de código de conduta de professores e administradores a nível nacional • Falta de informação para o pessoal da educação de sexo feminino sobre o projecto e os seus riscos potenciais de EAAS devido à falta de consultas independentes com mulheres em ambientes seguros e propícios • Falta de acesso das beneficiárias 	<p>Consulte acima.</p>



Componentes e actividades do projecto	Riscos e considerações	Medidas de Mitigação do Projecto (Incluindo Recomendações da Avaliação dos Riscos de EAAS – Projecto de Alto Risco)
<p>e municipal; (b) serviços de consultoria para apoiar actividades de capacitação; (c) materiais de formação e custos relacionados ao fornecimento dos programas de formação; e (d) custos operacionais para a gestão e monitoria do projecto, e para os programas de formação.</p> <p>Subcomponente 3.2: Monitorar e avaliar a implementação de políticas de educação</p> <p>Este subcomponente ajudaria a informar o desenvolvimento de futuras políticas de educação, monitorando a implementação e avaliando o impacto das intervenções e incluiria (a) actividades de capacitação para estabelecer e processar dados e estatísticas educacionais para incorporá-los no planeamento, (b) formação em serviço para reforçar a capacidade do MED em termos de M&A, e (c) AT para a realização de estudos qualitativos e avaliação rigorosa do impacto das intervenções inovadoras desenvolvidas no âmbito do projecto.</p>	<p>aos benefícios e serviços do projecto (por exemplo, e falta de representação feminina no sistema de ensino e nos processos de tomada de decisão a nível da comunidade, a falta de consideração das necessidades das beneficiárias na implementação de medidas de educação e de resposta ao COVID-19).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de acesso aos serviços de apoio por mulheres beneficiárias e sobreviventes de VBG/EAAS devido à baixa qualidade e fraca cobertura geográfica dos serviços de apoio e dificuldade de acesso aos serviços em áreas remotas ou rurais onde o projecto será executado • Riscos de EAAS entre colegas no ambiente de trabalho. • Riscos de EAAS relacionados ao abuso de poder e à dinâmicas desequilibradas do género no ambiente de trabalho. • Riscos de trabalhadoras não reportarem casos de alegado EAAS por medo ou retaliação. • Riscos de que casos reportados de alegados EAAS não serão devidamente tratados, incluindo pelas autoridades policiais, e serão tratados de forma privada devido à alta aceitação e estigma relacionado com a VBG, especialmente se levarem à gravidez. 	



ANEXO 2: Disposições de Execução, Actividades e Custos, e o Plano de Apoio

PAÍS: Angola

Projecto Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem para Todoss

A. Disposições Institucionais e de Execução do Projecto

- 1. A implementação do projecto será integrada no MED, implementada pelos seus directores e instituições relevantes, e apoiada pelas respectivas UIP no MED e MINSa.** Além do MED e do MINSa, os principais ministérios que irão colaborar no programa são o MASFAMU, MINJUD, MAPTESS e o MINEA. Nos parágrafos seguintes, encontram-se resumidas as disposições de execução do projecto.
- 2. Um CD fornecerá orientação geral e coordenação sobre o projecto.** Presidido pelo Ministro de Estado dos Assuntos Sociais, o CD será responsável por assegurar a direcção geral e o andamento do projecto. O CD será composto pelo Ministro das Finanças, pelo Ministro da Educação, pelo Ministro da Saúde e pelo Ministro da Juventude e Desportos.⁵⁸ Os TdR para o CD, incluindo funções, responsabilidades, periodicidade das reuniões e protocolos, encontram-se reflectidos no MOP.
- 3. O MED será responsável pela implementação geral do projecto.** Liderado pelo director do GEPE, o MED coordena o projecto. Para apoiar o director, o MED continuará a manter a UIP existente, liderada por um coordenador do projecto que lida com as actividades do dia-a-dia do projecto. O coordenador apoiará a comunicação e a gestão das actividades operacionais, fiduciárias, e A&S. Um especialista ambiental, um especialista em desenvolvimento social e um especialista em VBG serão contratados para coordenar e supervisionar os aspectos A&S do projecto, incluindo de VBG/EAAS. Seis especialistas provinciais A&S e outros pontos focais municipais A&S (funcionários públicos) serão designados para monitorar e supervisionar de perto a implementação das medidas A&S com várias partes interessadas a nível local. Há também um especialista em M&A na UIP responsável por reforçar a capacidade da equipa do MED e coordenar as análises relacionadas ao monitoramento do Quadro de Resultados, relatórios estatísticos e análises técnicas. Finalmente, a UIP teria pontos focais das direcções para coordenar as intervenções em conjunto. A Figura 2.1 ilustra as disposições de execução do projecto por parte de entidades do projecto, seguidas por uma descrição das responsabilidades de cada interveniente na gestão das actividades do projecto.

⁵⁸ No momento da avaliação do Projecto, cada um destes ministérios estava a ser liderado por mulheres angolanas que servem de exemplo para aumentar as aspirações das raparigas angolanas.



Figura 2.1. Disposições de Execução por Entidades do Projecto



4. **A natureza multisectorial do projecto será apoiada por meio de disposições de execução pragmáticas que exploram as estruturas de supra-coordenação existentes habilitadas para organizar/convocar e coordenar as áreas técnicas nas frentes sociais.** Este é particularmente o caso do subcomponente 1.1. (Melhorar o acesso a serviços e informações de saúde para adolescentes. Este subcomponente trabalhará em estreita colaboração com o MINSa e o MED para expandir as actividades de SSR em curso lideradas pelo MINSa a serem realizadas nas escolas como o sistema de prestação de serviços administrado pelo MED. Este subcomponente irá operar principalmente por meio de ONGs e parceiros para ampliar e integrar programas semelhantes que estão a ser executados.

5. **Com base na natureza multisectorial, na necessidade de liderança e coordenação entre os ministérios sociais e na oportunidade de envolver as ONGs, o MINSa realizaria esta actividade.** Será elaborado um protocolo de cooperação entre o MED e o MINSa com a constituição de um comité de acompanhamento das acções multisectoriais implementadas. O protocolo deve indicar que a UCC do MINSa irá administrar o diálogo sobre políticas entre os ministérios e reunirá os actores sectoriais para definir o programa a ser implementado. O coordenador também conduzirá o diálogo com a comunidade de ONGs para identificar programas e actividades em curso que podem ser aproveitadas e/ou ampliadas no contexto do projecto. O oficial técnico administrará a implementação operacional, fornecendo orientação às equipas sectoriais e ONGs no desenvolvimento do plano operacional, mecanismos de entrega, cronograma de implementação e orçamento consoante o calendário de desembolsos. O coordenador e o oficial técnico convocarão reuniões regulares de coordenação (começarão como reuniões mensais) reunindo os ministérios sectoriais e ONGs para rever o contexto do programa e o alinhamento com as necessidades, monitorar a implementação e garantir a coordenação.

6. **A UCC irá tratar do processamento fiduciário de actividades sob o subcomponente 1.1,** que inclui GF, aquisições (procurement) e salvaguardas. A UCC é composta por um gestor de projecto, um coordenador do programa de financiamento baseado em resultados (FBR), um especialista em saúde pública, um especialista em M&A, um especialista em GF do projecto e um especialista em aquisições (procurement), que se reportam ao gestor do projecto, que por sua vez se reporta ao coordenador do projecto designado pelo MINSa. Além disso, a UIP inclui funções de apoio para as áreas de GF e aquisições: os consultores de finanças do PPFSS nas áreas de GF e aquisições para formar a equipa do



MINSA, que pode assim participar directamente e eventualmente assumir posições fiduciárias que, no passado, ficavam a cargo da UIP.

7. **No MED, o GEPE é responsável pela implementação geral do projecto e hospedará a UIP.** Para tal, há que assegurar o planeamento e a coordenação na implementação das actividades do projecto em coordenação com todas as direcções e estruturas relevantes do MED. Lidará igualmente com aquisições, GF, implementação do QAS e M&A, reportando sobre o quadro de resultados e realizando actividades de avaliação. As actividades incluem manter actualizado um MOP, elaboração de planos anuais de implementação, desenvolvimento de TdR para consultorias e actividades de formação e actividades de implementação e reporte.

8. **Para o subcomponente 1.1, as actividades seriam coordenadas pelo MINSA, com medidas fiduciárias baseadas nas disposições de implementação em vigor para o PFSS (P160948).** A parceria seria baseada em um memorando de entendimento entre os dois ministérios, com funções e responsabilidades especificadas em matéria de aquisições (procurement), comités de avaliação e similares, incluindo ONGs e agentes comunitários. A UIP do MINSA implementa vários programas complementares. A execução fiduciária contaria com o apoio técnico da UCC localizada fisicamente no MINSA sob a tutela do GEPE. A UCC consiste em um gestor de projecto, uma equipa de FBR, um especialista em saúde pública, uma equipa de especialistas em M&A, uma equipa de especialistas em GF, uma equipa de especialistas em aquisições (procurement), e uma equipa de quantificação e especialistas em distribuição e logística, todos subordinados ao gestor do projecto, que por sua vez reporta ao director do GEPE do MINSA. Além disso, a UCC inclui funções de apoio às áreas de GF e aquisições. As medidas de mitigação de risco serão tomadas por ambos os ministérios para garantir o alinhamento perfeito na monitoria, auditoria externa e análises pós-aquisição, análises financeiras, relatórios de progresso, validação de procedimentos operacionais e de gestão, definição de planos de acção e acompanhamento e validação de propostas, entre outros aspectos a serem reflectidos no MOP.

9. **Para o subcomponente 1.3, as bolsas seriam executadas pelo GEPE, em colaboração com o MASFAMU.** Trabalhando a partir de micro-dados disponíveis do censo de 2014, o GEPE conduziria o direccionamento usando a priorização geográfica de municípios com base nos critérios de (a) pobreza e (b) fecundidade adolescente, bem como usando critérios de co-localização com base em investimentos em curso noutras operações do Banco Mundial e no subcomponente 2.1. Começando a partir dos municípios seleccionados, seriam seleccionadas as escolas secundárias do 1º ciclo, priorizando aquelas com a maior capacidade para acolher novos alunos. A nível escolar, todos os alunos matriculados no 1º ciclo de ensino secundário se qualificariam para receber apoio. O processo de inscrição ficaria a cargo dos directores das escolas, actuando junto aos ADECOS de cada município escolhido. Os ADECOS, por sua vez, usariam a mesma plataforma de registo de beneficiários que a de Kwenda, facilitando uma eventual integração do programa de bolsas ao registo unificado de beneficiários. Os pagamentos seguiriam o sistema de Kwenda, em que uma conta seria aberta a nível nacional, com subcontas abertas para cada beneficiário. Os beneficiários, por sua vez, teriam acesso à subcontas por meio de cartões ATM com SIM. As subcontas seriam abastecidas duas vezes por ano.

10. **Para o subcomponente 2.1 efectuado pelo DI/GEPE, para complementar a capacidade de implementação do governo a nível central, o projecto faria uso de outra capacidade existente comprovada em sistemas fiduciários.** Para as actividades de construção de pequena escala, seriam as províncias, onde essas entidades atendem às normas do Banco Mundial para a execução de actividades.



Outros actores incluiriam o trabalho por meio de parceiros como as Nações Unidas (UNICEF e UNFPA) e intervenientes privados locais, como ONGs. Essas entidades seriam contratadas para actividades como a oferta de formação em competências para a vida e a criação de clubes de raparigas, usando os procedimentos aplicáveis do Banco Mundial.

11. **Para o subcomponente 2.2, o INFQE será responsável pela implementação do desenvolvimento profissional para professores em colaboração com o INADE.** No lado técnico, o INFQE é responsável pela formação inicial e contínua de professores e, portanto, será responsável pela implementação de actividades de desenvolvimento profissional de professores no subcomponente 2.2. A DNEPP e a DNES contribuirão para a actualização do programa de ensino à distância, tanto para professores da pré-escola como do ensino fundamental, para a realização de programas de formação e coaching estruturados contínuos e para a criação de materiais didácticos roteirizados (planos de aula, impressos e para tablets). A equipa de avaliação dos alunos do INADE será responsável pelas actividades de avaliação da aprendizagem. A direcção de recursos humanos será responsável pelas actividades relacionadas com as políticas de gestão de docentes.

12. **Para as actividades do subcomponente 2.3, o INADE será responsável.** Isto inclui a actualização dos programas de ensino à distância e a criação de materiais didácticos de ensino e aprendizagem (inclusive para tablets), tanto para professores primários como pré-primários, em colaboração com o INFQE. A DNEPP/DSE será responsável pelos programas de saúde e higiene escolar, com vista à reabertura das escolas com segurança.

13. **O MAPTESS também participaria do Projecto, por meio do INEFOP.** Especificamente, os centros de formação do INEFOP seriam os principais candidatos para a expansão dos programas de educação de segunda oportunidade implementados pela DNEJA.

14. **A DNEJA, no âmbito do subcomponente 1.2, iria explorar a expansão da oferta actual dos seus programas de EJA para o primário, primeiro ciclo e segundo ciclo através dos centros INEFOP.** Os detalhes das funções e responsabilidades desta colaboração, incluindo as expectativas em torno da formação a ser fornecida pela DNEJA, e os detalhes da prestação de serviços ao nível da sala de aula, seriam reflectidos no MOP. A DNEJA tem uma equipa técnica a nível nacional e coordenadores a nível provincial. A nível nacional, a DNEJA é responsável por (a) imprimir e distribuir os materiais de aprendizagem; (b) contratar e supervisionar a AT para actualização de materiais didácticos (incluindo a adição dum módulo de masculinidade positiva); (c) contratar e supervisionar a AT que para a concepção da versão acelerada do segundo ciclo do secundário; e (d) negociar os guiões dos acordos de parceria (ou seja, valor de estipêndio por instrutor). A nível provincial, os coordenadores da DNEJA são responsáveis por (a) negociar e assinar acordos de parceria alinhados com os quadros nacionais; (b) organizar a formação de novos instrutores, incluindo de organizações parceiras; (c) entrega de materiais de aprendizagem às escolas/parceiros; e (d) realizar visitas mensais sem aviso prévio de controlo de qualidade a todos os locais para verificar a frequência, observar as instruções e fornecer o seu parecer aos instrutores.

15. **O MASFAMU teria vários papéis sob o projecto, especialmente no que diz respeito ao registo social dos beneficiários de bolsas de estudo, e para os mecanismos de reparação de queixas em torno de VBG.** Primeiro, o programa de bolsas de estudo sob o subcomponente 1.3 funcionaria em estreita colaboração com o MASFAMU, beneficiando dos mecanismos de pagamento Kwenda, e o registo social



que foi desenvolvido sob o SNSPSP (P169779). Para garantir a coordenação entre os programas, os beneficiários da bolsa seriam registados no registo social unificado que foi lançado a nível municipal e está a ser gerido pelos ADECOS. Em segundo lugar, no que diz respeito ao sistema de gestão de casos em torno da VBG, o projecto faria uso do sistema existente gerido pelos ADECOS, incluindo encaminhamento de sobreviventes de VBG para CASIs, sempre que possível.

16. **O MINEA apoiará o MED a planear e a implementar pequenas obras civis e outras soluções potenciais para fornecer abastecimento de água às escolas seleccionadas.** Embora as intervenções de WASH relacionadas à expansão e reabilitação das instalações escolares estejam sob a tutela do GEPE, o mandato do MINEA é fornecer serviços de água e saneamento à 'porta' da escola. Em escolas seleccionadas, onde a rede de água existe perto da escola, o projecto pode apoiar a conexão da escola à rede de água. Nestes casos, o MINEA trabalhará em estreita colaboração com o MED para facilitar essa conexão com a rede ou outras soluções potenciais de abastecimento de água. Isto será articulado através de um ponto focal de coordenação na *Direcção Nacional das Aguas*.

17. **O departamento estatístico do GEPE é responsável pela gestão do SIGE e compilação e publicação de dados para informar a política e investimentos em educação.** Por exemplo, o GEPE irá colectar dados sobre deserção estudantil por causa da crise da COVID-19 e gerir o programa de bolsas de estudo para estudantes vulneráveis.

18. **O DI tem o mandato para planear e coordenar a política do MED sobre infraestrutura, equipamentos e manutenção do sistema escolar.** O DI também será responsável pela implementação do subcomponente 2.1. As complexas reabilitações, expansões e construções de escolas primárias e secundárias serão lideradas por DI.

19. **A DNEPP e a DNES são responsáveis por gerir as actividades pedagógicas e administrativas de todas as escolas de ensino básico.** São igualmente responsáveis pela implementação da educação correctiva sob o subcomponente 1.3 e as actividades de ensino à distância do subcomponente 2.3, em colaboração com o INFQE e o INADE. Uma das principais actividades lideradas pela DNEPP será o programa de educação correctiva para estudantes com dificuldades quando as escolas reabrirem após a crise da COVID-19.

20. **O INADE é responsável pela pesquisa educacional e desenvolvimento e actualização do currículo nacional de todos os níveis.** O INADE desenvolverá e coordenará a estratégia de ensino à distância em colaboração com o INFQE, a DNEPP e a DNES, conforme definido no subcomponente 2.3. O desenvolvimento dos materiais didácticos e guias de professor roteirizados e planos de aula também estarão dentro do seu mandato. Também é responsável por avaliações de aprendizagem em larga escala que serão implementadas no subcomponente 2.2.

21. O INFQE é responsável pela formação inicial e contínua de professores e supervisão pedagógica e, portanto, será responsável pela implementação de actividades de desenvolvimento profissional dos professores no subcomponente 2.2, bem como pela formação de professores para o uso dos módulos estruturados do subcomponente 2.3, além das actividades de supervisão pedagógica dos professores.

22. **A DNEPP é responsável pelas actividades relacionadas à saúde, higiene e gênero nas escolas.** Colaborará com a implementação do subcomponente 1.1 para apoiar a expansão dos serviços de SSR e



implementar planos de VBGRE. Especificamente, apoiará o MINSÁ na implementação da política de SSR e promoverá o envolvimento a nível comunitário para evitar a gravidez na adolescência. A DNEPP supervisionará a implementação de actividades para melhorar e aumentar a cobertura em escolas secundárias sob o subcomponente 2.2. Por exemplo, este subcomponente apoiará campanhas de regresso à escola e comités de professores e pais para manter as raparigas na escola secundária. Estas actividades serão desenvolvidas em colaboração com o departamento regional do MED.

23. **A DNEPP tem o mandato de gerir o trabalho pedagógico e administrativo no nível pré-escolar.** Será responsável por supervisionar a estratégia pedagógica e formar os professores que trabalham em centros pré-escolares. Além disso, a reabilitação, equipamento e ampliação das salas de aula pré-escolares sob o subcomponente 2.1 serão planeadas e supervisionadas pela DNEPP.

B. Actividades do Projecto e Custos Associados por Subcomponentes

Componente 1. Empoderar Raparigas Angolanas (US\$ 140 milhões)

Subcomponente 1.1. Melhorar o acesso aos serviços de saúde e informações de adolescentes (US\$ 10 milhões)

23. Este subcomponente consiste em espaços seguros, engajamento comunitário e planos de VBGRE (ver Tabela 2.1).

24. **Todas as actividades priorizariam os 68 municípios.** Esses municípios foram seleccionados de acordo com o seguinte processo de duas etapas. Primeiro, todos os 56 municípios que participam do PFSS foram priorizados. Em segundo lugar, os municípios nos quintis inferiores (Q4 e Q5) em termos de números de OOSC foram adicionados, para um total de 68 municípios, incluindo 8 municípios em províncias sub-representadas que foram priorizadas pelo Governo de Angola (para mais informações sobre a focalização veja o Anexo 3).

25. **Para espaços seguros, clubes de raparigas e engajamento da comunidade, seriam realizadas actividades por ONGs, recrutadas pelo MINSÁ.** As ONGs seriam contratadas pelo MINSÁ. Dependendo da lista final de municípios, este processo de aquisição é provável que ocorra em lotes, com cada lote consistindo de cinco a seis províncias. Foram desenvolvidas TdR para as ONGs e serão preparados pelo MED e MINSÁ. Os principais serviços esperados são (a) sessões de espaço seguro para jovens na escola; (b) sessões de espaço seguro para jovens fora da escola; (c) engajamento da comunidade, incluindo actividades de sensibilização dos pais, coordenando com líderes comunitários e encaminhamentos para serviços especializados quando forem necessários; e (d) promoção de oportunidades de educação de segunda oportunidade (do subcomponente 1.2) e o programa de bolsas (de acordo com o subcomponente 1.3). Para fins de sustentabilidade, as actividades que ocorrem nas escolas seriam estabelecidas através do ponto focal social da escola (para escolas primárias) e pontos focais psicopedagógicos no nível secundário.



Tabela 2.1. Actividades e Custos^a do Subcomponente 1.1

Subcomponente	Entidade responsável	Actividades principais	Sub-actividades	Focalização	Descrição	Custo total	Beneficiários		
1.1: melhorar o acesso aos serviços de saúde e informações de adolescentes (US\$ 10 milhões)	MINSa	Sessões de espaço seguro	Sessões realizadas nas escolas	68 municípios, 600 escolas, jovens de idades 12–18 anos	Aproximadamente 30 sessões, 1 × semana, 250 jovens/grupos	Aproximadamente US\$15/jovens/ano = US\$ 3 milhões	200,000 estudantes		
			Sessões realizadas em comunidades	300 comunidades nos 68 municípios	Aproximadamente 30 sessões, 1 × semana, 300 jovens/grupos	Aproximadamente US\$15/jovens/ano = US\$ 1.5 milhões	100,000 CFDE		
		Engajamento da comunidade	Sensibilização dos pais	300 comunidades nos 68 municípios	Aproximadamente 5 sessões, 1 × mês	Identificação de defensores	Aproximadamente US\$15/jovens/ano = US\$ 4.5 milhões	(Mesmos 200,000)	
			Engajamento de líderes comunitários					Materiais para SSR	(Mesmos 100,000)
			Encaminhamentos para outros serviços (MINSa, CASI e assim por diante)						
		Implementação local do PA de VBG nacional	Implementação do PA de VBG a nível escolar	10 escolas em cada um dos 68 municípios	Financiamento do PA de VBG pelas províncias	Aproximadamente US\$750/escola = US\$ 450,000	680 escolas		
			AT para a implementação global e M&A do PA de VBG a nível escolar	(Nacional)	1 para 3 províncias, 6 no total	Aproximadamente US\$ 350,000	18 províncias		
			Comunicação, acompanhamento e monitoria do PA de VBG a nível escolar	(Nacional)	Campanha Nacional + monitoria provincial	Aproximadamente US\$ 200,000	600 escolas		
								US\$10,000,000	

Nota: a. Todos os custos apresentados na tabela reflectem as melhores estimativas na avaliação e serão actualizados no MOP.



26. **O PA de VBG nacional seria lançado localmente em 600 escolas.** Essas escolas destinam-se a servir como efeito de demonstração para como as acções a nível escolar podem melhorar o ambiente escolar para as raparigas e reduzir os riscos relacionados à VBGRE, incluindo EAAS. Seria fornecida AT ao ponto focal psicossocial escolar por especialistas provinciais A&S e pontos focais municipais A&S sob a coordenação geral do especialista em VBG da UIP. A monitoria da implementação local do PA de VBG e a disseminação das boas práticas para alcançar o efeito de demonstração, é responsabilidade dos especialistas A&S ao nível provincial.

27. **Os custos foram calculados em função dos custos reais incorridos pelas ONGs realizando actividades semelhantes.** Muitas ONGs já estão a operar em Angola, realizando exercícios de espaços seguros similares, no âmbito da estratégia de três canais do Governo para expandir os serviços da SSR. Os custos para os espaços seguros são estimados em aproximadamente US\$ 15 por jovens por ano. Da mesma forma, os custos de comunicação e materiais de divulgação, incluindo aqueles para SSR, como formas modernas de contracepção, são estimados em aproximadamente US\$ 15 por jovens por ano. Finalmente, as actividades em torno de mitigação, prevenção e resposta ao risco de VBGRE na sua totalidade devem custar US\$ 1 milhão, para serem lançadas em 600 escolas, em US\$ 750 por escola. Outros custos incluídos nos US\$ 1 milhão são de AT a nível subnacional para a implementação local do PA de VBG nacional e os custos associados ao monitoramento e acompanhamento. Os beneficiários são descritos na Tabela 2.2.

Tabela 2.2. Beneficiários de Actividades de SSR

Acções para Aumentar a SSR	Beneficiários
Maior acesso aos serviços de SSR Aumento do apoio para a SSR nas comunidades	<ul style="list-style-type: none">• 200,000 (F: 135,000) na escola, 100,000 (F: 65,000) CFDE• 300 comunidades sensibilizadas
Implementação dos planos de VBGRE nas escolas	<ul style="list-style-type: none">• 600 escolas, aproximadamente 30,000 estudantes (F: 15,000)
Total	300,000 (F: 180,000)

Subcomponente 1.2. Fornecer aos adolescentes uma educação de segunda oportunidade e competências para vida (US \$ 20 milhões)

28. Este subcomponente consiste na expansão da EJA (primário e secundário) e formação (ver Tabela 2.3).



Tabela 2.3. Actividades e Custos^a do Sub-componente 1.2

Subcomponente	Responsabilidade	Actividades principais	Sub-actividades	Focalização	Descrição	Custo total (US\$)	Beneficiários	
1.2: Dotar os adolescentes de uma educação de segunda oportunidade e competências para vida (US\$ 20 milhões)		EJA Primária	Expansão nas escolas (e através de parcerias).	68 municípios prioritários	Bolsas e materiais de aprendizagem	9,000,000	900,000	
			Expansão nas escolas, AT para melhorar os materiais didácticos.	68 municípios prioritários	Bolsas e materiais de aprendizagem	7,200,000 100,000	80,000	
	DNEJA	1º ciclo do programa do ensino secundário	2º ciclo do programa do ensino secundário	Serviços oferecidos através de escolas	68 municípios prioritários	Financiamento de subsídios, distribuição de materiais	1,800,000 200,000 500,000	20,000
			Concepção de materiais didácticos	Nacional	AT para adaptar o currículo à EJA			
			Concepção e implementação da formação	Nacional	Preparação de cursos de formação, formar os formadores em 18 províncias			
			Formação a todos os níveis	Formação para instrutores em todos os níveis de EJA	68 municípios prioritários	Formação para expandir ainda mais a oferta	1,200,000	3,000 instrutores
						20,000,000	1,000,000	

Nota: a. Todos os custos apresentados na tabela reflectem as melhores estimativas na avaliação e serão actualizados no MOP.

29. **As actividades de expansão da EJA seriam lançadas nos 68 municípios prioritários.** Enquanto o programa de EJA no nível primário tem um âmbito nacional, o 1º ciclo do programa de ensino secundário é limitado a três províncias. Como tal, no âmbito do projecto, a expansão para ambos os programas priorizará os 68 municípios seleccionados (Anexo 3).

30. **Os custos unitários foram estimados com base nos custos reais incorridos na administração do programa em Angola.** Para a implementação da EJA primária, que usa instrutores formados (ou professores primários), os custos chegam aproximadamente a US\$ 20 por estudante, sendo essencialmente para materiais didácticos (porque o estipêndio de instrutores é mínimo, e o espaço é obtido gratuitamente). No 1º ciclo do nível secundário, onde os instrutores são professores certificados, o custo por estudante é de aproximadamente US\$ 30 por ano. Os beneficiários do programa são descritos na tabela 2.4.





Table 2.4. Expansão dos Programas de Educação de Segunda Oportunidade

Programa de Educação de Segunda Oportunidade	Números de Expansão Pretendidos
Primário <ul style="list-style-type: none"> Módulo I Módulo II Módulo III 	<ul style="list-style-type: none"> A partir de 538,845 (F: 336,781) a 600,000 (F: 385,000) A partir de 96,058 (F: 52,384) a 150,000 (F: 75,000) A partir de 108,078 (F: 54,005) a 150,000 (F: 75,000)
Secundário <ul style="list-style-type: none"> 1º ciclo (nível secundário inferior) 2º ciclo (nível secundário superior) 	<ul style="list-style-type: none"> A partir de 13,577 (F: 7,295) a 80,000 (F: 40,000) AT para desenvolver o programa (1º Ano) De 0 a 20,000
Total	1,000,000 (F: 600,000)

Subcomponente 1.3: Manter as raparigas na escola (US\$ 110 milhões)

31. Este subcomponente financia bolsas de estudo, bónus de inscrição e educação em termos de WASH.

Tabela 2.5. Actividades e custos^a do subcomponente 1.3

Subcomponente	Responsabilidade	Actividades principais	Sub-actividades	Focalização	Descrição	Custo total (US\$)	Beneficiários
1.3 Manter as raparigas na escola (US\$ 110 milhões)	GEPE	Bolsas de Estudo	Aproximadamente US\$25 de bolsa pagos em duas parcelas por ano, por 4 anos	68 municípios	3/4 dos estudantes × aproximadamente US\$25 (+ custos de reg) × 2 anos	90,000,000	Aproximadamente 900,000 estudantes (por ano)
			Bónus de inscrição para raparigas	Todas as raparigas que se inscrevem pela primeira vez no 1º ciclo do ensino secundário.	1/3 das raparigas no 1º ciclo do ensino secundário × AOA 17,000	16,000,000	630,000 raparigas (total)
		Supervisão Educação em matéria de WASH, incluindo GHM	Mecanismo de verificação independente	Amostra de escolas	Combinação de inquéritos telefónicos/visitas escolares	3,900,000	Escolas no programa
			Formação em municípios	68 municípios	US\$500 × 5 escolas × 68 municípios	300,000	100,000 raparigas (por ano)
			Materiais de WASH	68 municípios	US\$2,500 × 5 escolas × 68 municípios.	750,000	
			AT	(Nacional)	Adaptar e rever o currículo de formação	50,000	



Subcomponente	Responsabilidade	Actividades principais	Sub-actividades	Focalização	Descrição	Custo total (US\$)	Beneficiários
						110,000,000	900,000

Nota: a. Todos os custos apresentados na tabela reflectem as melhores estimativas na avaliação e serão actualizados no MOP.

32. **Estas actividades seriam realizadas em cerca de três quartos dos municípios de Angola.** Implementadas nacionalmente (excepto nos municípios sem ATMs), as bolsas seriam oferecidas para reduzir os custos dos agregados familiares a colocar as suas crianças no 1.º ciclo da secundária. Para tornar as escolas seguras e saudáveis para as raparigas, a educação em matéria de WASH seria implementada nos 68 municípios.

33. **Institucionalmente, as actividades seriam executadas da seguinte forma.** As bolsas seriam da responsabilidade do GEPE a nível nacional. O GEPE seria responsável (a) pela campanha de comunicação nacional, (b) pela formação de formadores ao nível provincial, (c) pelo sistema de registo de beneficiários, (d) pelo fluxo dos fundos através de um banco nacional, e (e) pelos sistemas de M&A (incluindo o recrutamento de uma agência de verificação independente). Para os sistemas de registo e pagamento, o GEPE utilizaria os mesmos processos negociados pelo PFSNPS (P169779). As províncias seriam responsáveis por (a) formar directores de escolas no funcionamento do programa (junto com os contadores da UIP nas províncias), em coordenação com os ADECOS, e (b) gerir a M&A do programa. A nível escolar, os directores das escolas seriam responsáveis por (a) divulgação às comunidades, promovendo o programa a todos os alunos elegíveis e (b) cadastramento dos beneficiários, com apoio técnico dos ADECOS. O ponto focal social escolar seria responsável por lidar com os MQs em torno da participação no programa. Os beneficiários seriam matriculados a nível escolar, usando os mesmos tablets e software similares ao mecanismo Kwenda.

34. **O programa de bolsas estaria sujeito a uma auditoria técnica, a ser implementada por uma terceira entidade.** Para garantir a conformidade com o MOP, será introduzido um mecanismo de verificação independente. De acordo com os TdR para a empresa reflectidos no MOP, o mecanismo da empresa consistirá em uma combinação de visitas no local e inquéritos telefónicos com os beneficiários para garantir que os beneficiários registados são legítimos. Os parâmetros para os TdR no MOP incluem o tamanho da amostra para visitas às escolas, o número de beneficiários a serem inquiridos directamente e o questionário a ser aplicado. A auditoria técnica funcionará e complementarará os relatórios financeiros a serem fornecidos pelo banco seleccionado.

35. **O nível das bolsas de estudo foi estimado usando os dados mais recentes disponíveis.** O nível de aproximadamente AOA 25.000 representa aproximadamente 50 por cento dos gastos dos agregados familiares com educação (ajustados pela inflação). Para as actividades de educação em WASH, os custos são baseados nos custos reais incorridos para actividades semelhantes realizadas com ONGs, financiadas pela UNICEF. A Tabela 2.6 resume os beneficiários deste subcomponente e a Tabela 2.7 discrimina os custos.

Tabela 2.6. Resumo dos Beneficiários de Investimentos que Mantêm as Raparigas na Escola

Medidas para Manter as Raparigas na Escola	Beneficiários
Bolsas de estudo para alunos do 1º ciclo da secundária Bónus de inscrição único	<ul style="list-style-type: none"> Aprox. 900,000 (F: aprox. 450,000) por ano 436,000 raparigas ao longo da



	vida do Projecto
Actividades educativas sobre WASH (incluindo GHM)	• 100,000 raparigas por ano
Total	1,000,000 estudantes (F: 550,000)

Tabela 2.7. Detalhamento das Bolsas de Estudo^a por Ano e Classes

Ano	2022	2023	2024	2025	Custo Unitário	Total de Anos de Estudante	Custo Total
Bónus de inscrição (apenas para raparigas)	69,870	87,337	122,272	157,207	38	436,687	16,594,092
7 Classe	164,973	206,216	288,702	371,188	38	1,031,079	39,180,991
8 Classe	127,066	158,833	222,366	285,899	38	794,164	30,178,243
9 Classe	107,961	134,951	188,932	242,913	38	674,757	25,640,767
Total	400,000	500,000	700,000	900,000		2,500,000	111,594,092

Nota: a. Todos os custos apresentados na tabela reflectem as melhores estimativas na avaliação e serão actualizados no MOP.

Componente 2. Reduzir a pobreza de aprendizagem em Angola (US\$ 100 milhões)

Subcomponente 2.1. Expandir e reabilitar a oferta de educação (US\$ 60 milhões)

36. Este subcomponente financia obras de pequena e grande dimensão.

Tabela 2.8 Actividades e Custos do Subcomponente 1.3

Sub componente	Responsabilidade	Actividades principais	Sub-Actividades	Público-alvo	Descrição	Custo total (US\$)	Beneficiários
2.1: Expandir e reabilitar a oferta de educação (US\$ 60 milhões)	O DI do GEPE em colaboração com o MINEA	Reabilitação de pequena escala e expansão da infraestrutura existente (<US\$ 70K)	Elaboração de plantas arquitectónicas	Escolas existentes, priorizando aquelas que funcionam ao ar livre	Consultoria especializada (500,000)	500,000	180,000 estudantes (45 alunos/sala de aula, 2 turnos) 200 escolas
			Construção de salas de aula adicionais ou reabilitação de espaços existentes		Obras de construção/reabilitação de 2.000 salas de aula, incluindo casas de banho unissexo (aprox. US\$ 10,000 /sala de aula ou US\$ 185/m ²).	14,000,000	
			Infraestrutura (energia, água e saneamento)				
			Acessibilidade (Desenho universal)				
			Equipamento		Carteiras escolares, cadeiras, quadros-negros, entre	3,000,000	



				outros.		
		Supervisão técnica das obras		Custos operacionais para cobrir as auditorias técnicas	1,000,000	
	Obras de grande escala, incluindo novas construções e reabilitação (>US\$ 70,000)	Elaboração de plantas arquitectónicas	Priorizando Municípios sem Escolas Secundárias do 1º ciclo	Consultoria especializada (500,000)	500,000	90,000 estudantes (45 alunos/sala de aula, 2 turnos) 100 escolas
		Construção/reabilitação, incluindo infraestruturas (energia, água, saneamento), Acessibilidade (Desenho universal)		Obras para novas escolas ou grandes ampliações de escolas existentes, (aprox. US\$ 40.000 US\$/sala de aula ou US\$370m²)	40,000,000	
		Equipamento		Carteiras escolares, cadeiras, quadros-negros, entre outros.		
		Supervisão técnica das obras		Custos operacionais para cobrir as auditorias técnicas de obras	1,000,000	
					60,000,000	270,000

37. **Esta subcomponente é realizada pelo DI do GEPE em colaboração com o MINEA.** Para actividades de pequena escala, as províncias (juntamente com os municípios prioritários) desempenhariam um papel de liderança na identificação das escolas a serem beneficiadas, trabalhando a partir das seguintes fontes de informação: (a) projectos prioritários já identificados através do processo de Plano de Investimento Municipal do Governo, mas que não foram financiados; (b) dados existentes do SIGE que identificam a proporção de salas de aula a funcionar ao ar livre; e (c) dados disponibilizados pelo SIG do estudo de mapeamento escolar que está actualmente em curso,⁵⁹ que actualizará os dados do SIGE. O DI do GEPE prestará apoio fiduciário na contratação das empresas para a execução das obras, incluindo as consultorias especializadas que elaborarão os planos. Para obras de grande dimensão, as empresas seriam identificadas e contratadas centralmente pelo DI do GEPE, priorizando áreas que não têm escolas secundárias do 1º ciclo. A selecção dos locais seria então baseada no estudo de mapeamento escolar usando dados do recenseamento e habilitados pelo SIG (para mais pormenores, ver anexo 7 e o MOP).

38. **As actividades de pequena escala expandiriam a infraestrutura existente, principalmente a nível primário.** Os planos das escolas para as escolas primárias seguiriam os projectos existentes

⁵⁹ O exercício de mapeamento assente no SIG, realizado com o apoio da equipa do GEMS, está em curso e deve ser concluído em Setembro de 2021.



endossados pelo MED⁶⁰. Para áreas urbanas ou periurbanas, as escolas normalmente consistem em 12 salas de aula, embora 7 salas de aula sejam o mínimo (incluindo pelo menos 1 sala de aula pré-escolar). O local da escola deve ter no mínimo 6,400 m², com 45 alunos por sala de aula. As escolas devem funcionar em turnos duplos. Para as áreas rurais, excepcionalmente, as escolas podem ter menos de sete salas de aula, se a população-alvo de crianças na área de abrangência for inferior a 360 alunos.

39. As actividades em grande escala priorizariam o primeiro ciclo da secundária (classes 7^a a 9^a).

Os projectos de escolas secundárias endossados pelo MED têm as seguintes características: as escolas devem ter 24 salas de aula e não menos que 12 salas de aula; o local da escola deve ter no mínimo 12,000 m² com 45 alunos por sala de aula; e espera-se que as escolas funcionem em dois turnos, sendo que uma escola de 24 salas de aula possa atender 2.160 alunos.

40. De acordo com o MOP, todas as obras seguem um processo de quatro etapas.

Uma vez seleccionados os locais, são elaborados planos arquitectónicos específicos do local, trabalhando a partir dos projectos nacionais aprovados pelo MED. Os planos são preparados por consultores que foram contratados de acordo com os TdR padrão incluídos no MOP. Em conjunto, espera-se que as mesmas empresas sejam encarregadas da concepção dos PGAS, de acordo com o QGAS. Sempre que possível, os locais são agrupados em municípios vizinhos a fim de alcançar algumas economias de escala e por razões de simplicidade operacional. Em segundo lugar, após a aprovação dos planos pelas autoridades provinciais, as empresas são contratadas para a realização das próprias obras, também agrupadas de acordo com a dimensão, complexidade e proximidade das obras. Em terceiro lugar, as auditorias técnicas são conduzidas por autoridades provinciais (onde os departamentos provinciais de obras públicas têm capacidade) ou contratadas por entidades especializadas em tal supervisão para garantir que as obras correspondam aos planos e que os PGASs sejam respeitados e totalmente implementados. Em quarto lugar, uma vez que as auditorias técnicas tenham aprovado as obras, as escolas são oficialmente entregues às comunidades, conforme os protocolos previstos no PEP (para mais pormenores, consulte o MOP, o QGAS e o PEP) (para mais pormenores, ver anexo 7).

41. Os custos foram estimados com base em custos reais experimentados em outros países da região, bem como em experiências anteriores com construção de escolas no âmbito do Programa do Fundo de Acção Social.

Em consulta com arquitectos e gestores de programas em Angola, e considerando os custos de construção semelhante na Republica Democrática do Congo, em Madagáscar e no Sudão, os custos unitários de aproximadamente US\$ 10,000 para obras de pequena escala e de aproximadamente US\$40,000 para obras de grande escala foram determinados, para fins de planeamento.

42. Esta actividade resultaria em 3,000 salas de aula adicionais, beneficiando pelo menos 270,000 alunos por ano.

No 1º ciclo do nível secundário, isto representa um aumento no número de salas de aula nacionalmente em cerca de 15%. Isto representaria a redução do número de turmas do 1º ciclo da secundária a funcionarem ao ar livre de 3% para 0% em todo o país.

⁶⁰ Esta actividade, que irá actualizar os desenhos das escolas conforme necessário para aumentar a resiliência às alterações climáticas e introduzir elementos do desenho universal, está a ser realizada durante a preparação, com o apoio de uma subvenção do Programa Global para Escolas Seguras, sob os auspícios do Fundo Global para Redução e Recuperação de Desastres, financiado pelo Governo do Japão.



Subcomponente 2.2: Apoio ao ensino de alta qualidade (US\$ 20 milhões)

43. Esta subcomponente financia o desenvolvimento profissional do professor, AT para melhorar as políticas de professores, observações de aulas e avaliações.

44. **Esta subcomponente será implementada pelo INFQE e o INADE**, através dos seus pontos focais ao nível da ZIP, que são responsáveis pela realização de actividades de orientação e formação para professores nas suas áreas de influência. Cerca de cinco escolas primárias e uma escola secundária de 1º ciclo serão beneficiadas em cada área de influência de ZIP, resultando em 1,002 escolas e cerca de 1,000 alunos por escola. Ao abrigo do PAT (P122700) em curso, foram criadas 167 ZIPs, abrangendo todos os municípios do país.

45. **A subcomponente inclui AT em política de gestão de professores ao Governo de Angola para reforçar as políticas e instrumentos para atrair e seleccionar os melhores candidatos para se tornarem professores.** As actividades serão projectadas pela direcção dos recursos humanos do MED e implementadas pelas províncias, culminando em uma ferramenta de gestão de recursos humanos actualizada que rastreia as qualificações, destacamento, trajectória de carreira e desempenho dos professores em todo o sistema, abrangendo 20.000 professores recém-recrutados durante a vida do projecto. Estas actividades incluem a implementação de ferramentas de triagem para professores em potencial e políticas sustentáveis em torno da selecção e incentivos de professores, e também podem incluir aquelas relacionadas à liberdade condicional e avaliação de professores.

46. **O subcomponente também apoiaria melhorias no desenvolvimento profissional dos professores, com base no trabalho realizado no âmbito do projecto PAT.** As actividades incluiriam oportunidades de aprendizagem entre pares em 167 ZIPs abrangendo 840 escolas, um programa de formação e a revisão da supervisão pedagógica de modo que os directores das escolas sejam equipados com as ferramentas necessárias para uma supervisão mais activa. O PAT (P122700) já formou 15,000 professores com formação presencial e atingiu mais de 70,000 professores por meio de uma formação online de curta duração para orientar sobre a reabertura de escolas. O projecto financiará um programa híbrido de desenvolvimento profissional para beneficiar 40,000 professores de ensino primário.

47. **Além disso, a subcomponente inclui actividades para melhorar a monitoria e a supervisão das práticas de ensino em sala de aula.** As actividades incluiriam a implementação dos IPS e da Teach,⁶¹ uma ferramenta de observação de aulas incluída nos IPS que estima objectivamente a qualidade do ensino. Os IPS e a Teach serão implementados em uma amostra nacionalmente representativa de 1,000 escolas, dispondo sobre o absentismo dos professores, o tempo de trabalho e outros indicadores básicos da prestação de serviços, como o estado da infraestrutura e a presença de livros didácticos. As observações de aulas da Teach também serão usadas como parte do programa de orientação (coaching), como meio para os orientadores (coaches) em todas as 167 ZIPs (abrangendo 835 escolas ou 10,440 professores) obterem dados sobre as práticas de ensino em sala de aula para ajustar o feedback e apoiar os professores nas suas áreas de influência.

⁶¹ Desenvolvida pelo Banco Mundial, a Teach é uma ferramenta de observação em sala de aula que estima o tempo gasto na instrução e a qualidade das práticas de ensino e interações entre professores e alunos.



Tabela 2.9 Actividades e Custos^a do Subcomponente 2.2

Subcomponente & Responsabilidade		Actividades Principais	Sub-Actividades	Público-alvo	Descrição	Custo Total	Beneficiários
2.2: Apoio ao ensino de alta qualidade (US\$ 20 milhões)	INFQE INADE (RH)	Desenvolvimento Profissional de Professores	Política de Gestão de Professores	Escolas Primárias	Consultoria (200k) + custos operacionais (300k)	\$500,000	20,000 novos professores
			Concepção de coaching + tutoria à distância	835 escolas primárias (5 x ZIP) e 167 escolas secundárias com 1º ciclo na área de abrangência da ZIP	Consultoria (\$4M) + custos operacionais (\$2M)	\$3,000,000	1002 escolas
			Formação híbrida + Impressão de materiais para tutoria	40,000 professores (primário)	Impressão (1,8 M) + logística (1.2M)	\$6,000,000	40,000 professores (primário)
		Monitoria + supervisão	TEACH + IPS	1000 escolas (amostra representativa nacional)	Consultoria + custo operacional	\$2,500,000	1000 escolas
	INADE	Medindo a aprendizagem dos alunos	Avaliação Nacional (3 fases).	1,000 escolas (amostra representativa nacional)	Consultoria (250k) + custos operacionais (\$1.25M)	\$1,500,000	1000 escolas
			Exame Nacional (3 fases)	4ª + 6ª classe do primário	Consultoria (250k) + custos operacionais (\$1.25M)	\$1,500,000	80,000 estudantes
			Avaliações formativas	835 escolas primárias (5 x ZIP) e 167 escolas secundárias na área de influência da ZIP	Consultoria (300k) + custos operacionais (700k)	\$1,000,000	1002 escolas
			SACMEQ (2 fases)	Amostra de 300 escolas	Consultoria (200k) + custos operacionais (800k)	\$1,000,000	300 escolas
	INFQE	Reforçar a gestão escolar	Escolas-padrão	72 escolas (parte das ZIPs)	Consultoria (200k) + investimento escolar	\$2,500,000	72 escolas



			Seleção + formação de diretores de escolas	167 zips	Consultoria (200k) + custos operacionais (300k)	\$500,000	835 escolas
	Total					\$20,000,000	

Nota: a. Todos os custos apresentados na tabela reflectem as melhores estimativas na avaliação e serão actualizados no MOP

48. **Da mesma forma, este subcomponente apoiaria o fortalecimento dos sistemas de medição para avaliar a aprendizagem dos alunos.** Este subcomponente financiará o desenvolvimento da avaliação nacional dos alunos das 4ª, 6ª e 9ª classes em quatro fases (cobrindo uma amostra representativa nacional de 1,000 escolas); os exames nacionais nas 6ª, 9ª e 12ª classes em três fases (cobrindo 80,000 alunos); e a participação de Angola no SACMEQ durante dois anos (cobrindo uma amostra de 300 escolas). Finalmente, o projecto financiará o desenvolvimento e a implementação da avaliação formativa em escolas primárias e secundárias abrangidas pelas 167 ZIPs. O projecto garantirá que os resultados de todas estas avaliações fossem amplamente partilhados e ao nível adequado mais baixo (por exemplo, escola ou município).

49. **Finalmente, este subcomponente também melhoraria os processos e competências dos gestores para promover resultados a nível escolar.** As actividades começariam com a profissionalização do recrutamento de pessoal administrativo educacional nos níveis escolar e municipal. O projecto financiará a concepção e implementação de sessões de formação para gestores de sistemas no MED, províncias e municípios para dotá-los com competências de gestão que lhes permitam desempenhar melhor as suas responsabilidades diárias. Além disso, o projecto financiará 72 escolas-padrão nas áreas de abrangência das 167 ZIPs que implementariam reformas gerenciais para servir de referência para as outras escolas. Adicionalmente, os gestores receberão módulos de formação sobre resposta a emergências durante eventos climáticos. Estima-se que isto beneficiaria 840 escolas em todas as 167 ZIPs nas 18 províncias.

Subcomponente 2.3. Garantir a continuidade da aprendizagem (US\$ 20 milhões)

50. Este subcomponente apoiaria e financiará abordagens de ensino à distância para alunos e professores, materiais para ajudar a recuperar as perdas de aprendizagem e actividades para garantir a reabertura segura das escolas.

51. **Este subcomponente continua o desenvolvimento da oferta de educação multimodal, incluindo programas de aprendizagem online, na televisão e no rádio para alunos.** A subcomponente financiará a concepção e o desenvolvimento curricular dos programas (continuação das actividades em curso); preparação e distribuição de materiais didácticos de baixo custo (que incluirão elementos de concepção inclusiva e abrangerão línguas angolanas de origem africana); e a aquisição e distribuição de equipamentos, como rádios, TVs, pilhas/baterias solares e pen drives. Este subcomponente também irá desenvolver e financiar a modernização do sistema de distribuição de livros didácticos de Angola, usando soluções habilitadas para tecnologia, como a Track & Trace.⁶² Estas actividades também estão

⁶² Track & Trace é um sistema assente nas tecnologia que permite que escolas e pais rastreiem as entregas de livros didácticos em tempo real, usando SMS.



planeadas para beneficiar cinco escolas primárias e uma escola secundária de 1º ciclo em cada área de abrangência da ZIP, que beneficiaria 1,002 escolas e cerca de 1,000 alunos por escola.

52. **Este subcomponente também apoiaria abordagens de ensino à distância direccionadas a professores, como parte da resposta ao COVID-19.** Isso incluiria o desenvolvimento de programas de aprendizagem com base online, em televisão e/ou em rádio voltados para professores, que serão usados como um meio de preparar professores para a reabertura das escolas. O subcomponente também financiará a preparação e distribuição de materiais didácticos de baixo custo para apoiar os esforços de ensino à distância; o desenho de programas de desenvolvimento profissional; e a compra e distribuição de equipamentos como rádios, TVs, baterias solares e pen drives. Para beneficiar o OOSC em áreas remotas próximas às áreas de abrangência da ZIP, este subcomponente apoiaria o pagamento de bolsas para 835 tutores locais no valor de US\$ 200 para participar do programa de ensino à distância para professores. Além disso, a subcomponente apoiará os esforços para conectar os professores entre si (por exemplo, através de linhas directas de telefone, grupos de WhatsApp e fóruns online). Todas estas actividades exigirão do MED a criação de uma unidade de coordenação da educação à distância dentro/fora da escola. O projecto financiará serviços de consultoria, equipamentos e custos operacionais para a criação desta nova unidade. Espera-se que essas actividades beneficiem 40,000 professores em cada escola das ZIPs que serão beneficiadas pelo projecto.

Tabela 2.10. Actividades e Custos^a do Subcomponente 2.3

Componente	Responsabilidade	Actividades principais	Sub-actividades	Focalização	Descrição	Custo total (US\$)	Beneficiários
2.3: Garantir a continuidade da aprendizagem (US\$ 20 milhões)	INFQE	Ensino à distância para alunos e professores	Currículo desenvolvido para entrega multimodal (online, TV, rádio)	835 escolas primárias (5 x ZIP) e 167 escolas secundárias com 1º ciclo na área de abrangência da ZIP	Consultoria (US\$500,000) + estipêndio para professores (US\$100,000)	600,000	1,002,000 estudantes
	(Formação)						
			Materiais didácticos de baixo custo + Equipamentos para ensino à distância (TV, rádios, pilhas, pen drives)		Aquisição de equipamentos (US\$2.2 milhões)	2,200,000	1,002,000 estudantes
			Distribuição de material e equipamentos		Contrato com o distribuidor (US\$800,000)	800,000	1,002,000 estudantes
	INADE		Projectar uma formação multimodal para professores (online, tv, rádio) + conectar os professores entre si		Contrato de consultoria (US\$400,000), subsídios para professores (US\$100,000)	500,000	40,000 estudantes



Componente	Responsabilidade	Actividades principais	Sub-actividades	Focalização	Descrição	Custo total (US\$)	Beneficiários
	(Materiais)		Estipêndios para instrutores de professores em áreas remotas	1,000 tutores na educação primária + 1º ciclo da secundária em áreas remotas seleccionadas	Stipend (US\$1,7 million) + operational costs (US\$200,000)	1,900,000	40,000 OOSC
			Coordenação da educação à distância (dentro/fora da escola)	167 ZIPs + 167 escolas secundárias 1º ciclo	Custos operacionais (US\$500,000)	500,000	1002 schools
		Desenvolvimento de materiais para ajudar a lidar com a perda de aprendizagem	Concepção de materiais estruturados impressos, vídeos + áudios	835 escolas primárias (5 x ZIP) e 167 escolas secundárias com 1º ciclo na área de abrangência da ZIP	Consultoria (US\$250,000)	500,000	1,002,000 students
			Materiais didácticos impressos		Serviços de impressão (US\$6 milhões)	5,500,000	1,002,000 students
			Distribuição de materiais para as escolas		Serviços de distribuição (US\$2 milhões)	1,900,000	1,002,000 students
			Desenvolvimento de um sistema de monitoria (Track & Trace)		Consultoria (US\$100,00)	100,000	1,002,000 estudantes
		Actividades para a reabertura segura das escolas	Aquisição de materiais de higiene e limpeza	10,000 escolas primárias ou secundárias com 1º ciclo na área de abrangência da ZIP	Aquisição de bens (US\$3,8 milhões)	3,500,000	10,000 escolas
			Distribuição de materiais		Serviços de distribuição (US\$750,000)	750,000	10,000 escolas
			Estratégia de comunicação		Impressão + distribuição de materiais (US\$200,00)	250,000	10,000 escolas
			Actividades de desparasitação		10 províncias	Contrato de consultoria	1,000,000
						20,000,000	

Nota: a. Todos os custos apresentados na tabela reflectem as melhores estimativas na avaliação e serão actualizados no MOP.

53. **Finalmente, esta subcomponente apoiaria a reabertura das escolas para garantir a segurança, o bem-estar e a aprendizagem das crianças.** O plano de emergência do MED para a resposta ao COVID-19 traça um conjunto de acções para a reabertura das escolas que devem ocorrer antes da efectivação do projecto, com recursos do APP. Caberia à DNEPP a coordenação do processo de reabertura das



escolas, que inclui o desenvolvimento de directrizes sobre segurança nas escolas e materiais de comunicação sobre os riscos de transmissão do COVID-19. O projecto treinaria funcionários administrativos, professores e pessoal de limpeza nesses protocolos e procedimentos, e forneceria a eles, na medida do possível, os materiais e produtos necessários para a reabertura segura das escolas, incluindo equipamentos de protecção individual. Estas actividades permitiriam a reabertura segura de 10,000 escolas primárias e secundárias com 1º ciclo, e o retorno seguro à escola para cerca de 6 milhões de alunos. Finalmente, as actividades também apoiariam a expansão da campanha governamental de desparasitação em 10 províncias adicionais (abrangendo 3,000,000 estudantes), para combater a ESQ e as HTS.

C. Gestão Financeira

54. **Uma Avaliação de GF foi realizada para avaliar a adequação das disposições de GF para implementação do projecto proposto.** A avaliação foi realizada de acordo com as Directrizes e Política para Financiamento do Projecto de Investimento (FPI), a Orientação do Banco Mundial sobre GF em Operações de FPI do Banco Mundial emitida em 28 de Fevereiro de 2017, e a Orientação do Banco Mundial sobre FPI com CBD emitidas em 29 de Janeiro de 2020. Uma UIP foi estabelecida sob o MED para fornecer apoio em termos de GF em questões fiduciárias ao MED para implementação do PAT (P122700) em curso de Angola e também será responsável pela implementação do projecto proposto, excepto no que respeita à implementação de actividades no âmbito da subcomponente 1.1, que será supervisionada pelo MINSU UCC. Ambos os ministérios, o MED e o MINSU por meio de UIPs, ganharam experiência ao longo do tempo na implementação de operações financiadas pelo Banco Mundial. A recente revisão das disposições de GF das UIPs concluiu que estas continuam a manter disposições de GF aceitáveis para a implementação do projecto em curso, conforme comprovado pelas revisões recentes que classificaram o desempenho de GF de ambas as UIPs como Moderadamente Satisfatório. Portanto, as ditas disposições serão aplicadas à implementação do projecto proposto com alguns ajustes relativos ao recrutamento de um contabilista assistente e dois supervisores de contabilidade provinciais na UIP do MED e nos níveis provinciais, respectivamente. Isto ajudará a reforçar a capacidade de GF com a devida consideração à natureza descentralizada da nova operação que implicará encargos adicionais para a equipa de GF sob a UIP do MED.

55. **O desembolso do BIRD será feito com base em transacções (DDs).** O projecto proposto utilizará os seguintes métodos de desembolso: adiantamento, pagamento directo, reembolso e compromisso especial. O Banco Mundial oferecerá a flexibilidade de reduzir o limite para pagamento directo para facilitar os pagamentos a fornecedores estrangeiros de bens e serviços devido a alguns desafios para os bancos comerciais baseados no país em fazer pagamentos a fornecedores estrangeiros de bens e serviços e empreiteiros. As agências de implementação elaborarão RFIs não auditados trimestralmente e fornecerão esses relatórios ao Banco Mundial no prazo de 45 dias após o final de cada trimestre. As demonstrações financeiras do projecto serão auditadas pelo auditor externo independente do projecto em curso, de acordo com as ISA, conforme emitidas pelo IAASB da IFAC. As disposições gerais de GF foram avaliadas como adequadas para garantir que as actividades do projecto sejam conduzidas e financiadas com a devida consideração à eficiência e economia. O risco geral de GF é substancial devido em parte ao risco-país, problemas de capacidade no país e envolvimento de vários beneficiários (ver tabela 2.11 para mais pormenores).



Tabela A2.11 Avaliação e Mitigação de Risco de GF

Factores de Risco/Descrição do Risco	Classificação dos Riscos	Medidas de Mitigação de Risco Incluídas no Desenho do Projecto	Classificação de Risco Residual
Risco Inerente			
<p>A nível do País: Foram feitos progressos na reforma da gestão das finanças públicas (GFP) do país ao longo dos anos; no entanto, esses esforços de reforma ainda precisam abordar as deficiências na execução orçamental, controlos internos, capacitação e supervisão geral</p>	S	<ul style="list-style-type: none"> • O Governo de Angola está empenhado em implementar reformas da GFP do país e melhorar a governação com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. O Banco Mundial está a apoiar iniciativas de reforma de GFP por meio de vários Serviços de Consultoria e Análises. • A delimitação dos fundos do projecto sob as UIPs mitigará essas fraquezas. 	S
<p>Nível das entidades: Embora o MED e o MINSa tenham experiência em lidar com operações financiadas pelo Banco Mundial, a gestão de um grande número de beneficiários, incluindo em várias províncias no âmbito do projecto, exacerbada pela experiência limitada do MED na implementação de PBCs pode ser um desafio para o ministério, portanto, pode levar a atrasos na implementação.</p>	S	<p>As UIPs do MED e do MINSa possuem uma equipa de finanças com competências e experiência para lidar com o projecto e os MOP fornecerão orientação para implementação do projecto</p>	M
<p>Nível do projecto: A natureza descentralizada das actividades deste projecto pode prejudicar a implementação correcta do projecto.</p>	S	<ul style="list-style-type: none"> • Um MOP descreverá as disposições de implementação do projecto, incluindo os beneficiários e a cobertura do projecto a nível provincial. • Os procedimentos administrativos e financeiros descritos nos manuais financeiros das 	S



Factores de Risco/Descrição do Risco	Classificação dos Riscos	Medidas de Mitigação de Risco Incluídas no Desenho do Projecto	Classificação de Risco Residual
		<p>UIPs actuais serão aplicados na implementação do projecto. Estes serão ajustados conforme necessário para acomodar novas actividades.</p> <ul style="list-style-type: none"> As UIPs do MED e do MINSA fornecerão orientação e supervisão aos funcionários a nível provincial que tratam da GF do projecto. A equipa técnica do Banco Mundial e a GF fornecerão apoio de implementação frequente às equipas do projecto. 	
Risco Inerente	S		S
<p>Orçamentação: o MED e o MINSA têm experiência na preparação de orçamentos adquirida na implementação dos projectos anteriores. No entanto, o envolvimento de um número significativo de beneficiários pode representar um desafio, pois envolverá várias novas actividades.</p>	M	<ul style="list-style-type: none"> Será desenvolvido e adoptado um MOP incluindo procedimentos de planeamento e orçamento por ambas as UIPs. O pessoal da UIP têm capacidade para apoiar o MED e o MINSA no planeamento e orçamento e para garantir que sejam produzidos no prazo; no entanto, dado o montante de fundos envolvidos, incluindo pagamentos de bolsas, há uma elevada exigência de esforço e preparação específica do orçamento. O Banco Mundial analisará o projecto de orçamento e o RFI trimestral e fará comentários. 	M
<p>Contabilidade: Os fundos, despesas e recursos do projecto não são devidamente contabilizados e, devido à natureza descentralizada do projecto, a consolidação oportuna e exacta dos dados e a disseminação das informações é um desafio. Os lugares vagos de um contabilista de UIP, dois supervisores de</p>	S	<p>As UIPs farão uso dos pacotes automatizados de contabilidade existentes para contabilizar os fundos, despesas e recursos do projecto, que estão actualmente em uso pelas operações em curso. Ao fazer isso, os pacotes de contabilidade serão personalizados para registar separadamente as transacções do projecto e produzir relatórios financeiros. Embora ambas as UIPs tenham especialistas experientes em GF de projectos a bordo, a capacidade de GF no MED precisa ser reforçada por meio do recrutamento de um contabilista de UIP, dois supervisores de contabilidade provinciais e um contabilista assistente. O especialista financeiro da unidade tem</p>	M



Factores de Risco/Descrição do Risco	Classificação dos Riscos	Medidas de Mitigação de Risco Incluídas no Desenho do Projecto	Classificação de Risco Residual
contabilidade provinciais e um contabilista assistente aumentam o risco de mau funcionamento da unidade de GF.		responsabilidades gerais do projecto. Os supervisores de contabilidade provinciais darão apoio às províncias para manter registos contabilísticos adequados.	
<p>Controlo interno: Incumprimento das actividades de controlo interno no MED e nas Direcções Provinciais, tais como autorização de despesas do projecto, documentação adequada e salvaguarda de activos. Existe o risco de as CBD serem pagas sem uma confirmação clara dos resultados alcançados.</p>	S	<ul style="list-style-type: none"> • A UIP reforçará a sua capacidade na implementação do projecto, incluindo para garantir um planeamento e orçamento adequados, autorização de despesas do projecto e documentação adequada. • Um MOP documentará os procedimentos de controlo interno a serem aplicados na implementação do projecto, incluindo as boas práticas de formação de professores. • Directrizes simplificadas serão usadas pelas Direcções Provinciais. • A equipa da PIU apoiará o MED para garantir que as actividades de controlo interno adequadas sejam implementadas, como a aprovação de despesas e recepção de bens e serviços. • O apoio regular à execução de GF do Banco Mundial por meio de análises documentais e visitas de campo fará recomendações apropriadas para resolver quaisquer deficiências de controlo interno a serem identificadas para melhorar os sistemas de controlo interno do projecto. • O especialista em finanças da UIP do MED, cujo recrutamento está em andamento, irá conduzir revisões ex-post regulares das transacções do projecto a nível provincial e fornecer formação, conforme necessário. 	S
<p>Fluxos de fundos: Atrasos na disponibilidade de fundos para as actividades do projecto que beneficiam os beneficiários mais vulneráveis.</p> <p>A falha dos bancos comerciais em efectuar</p>	S	<ul style="list-style-type: none"> • As modalidades de desembolso serão documentados no MOP e na Carta de Informação Financeira e Desembolso (CIFD). • As UIPs irão preparar pedidos de saque/retirada regulares para garantir que haja fundos suficientes na Conta Designada (CD) para financiar as actividades do projecto. • A UIP no MED e a UCC no MINSa farão uso dos actuais mecanismos de coordenação dentro do Governo para garantir que os fundos estejam 	S



Factores de Risco/Descrição do Risco	Classificação dos Riscos	Medidas de Mitigação de Risco Incluídas no Desenho do Projecto	Classificação de Risco Residual
pagamentos em moeda estrangeira pode afectar negativamente a implementação das actividades do projecto.		<p>disponíveis para financiar as actividades do projecto.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Será aplicado um limite mínimo inferior para a utilização do método de pagamentos directos de desembolso. • Os desembolsos dos fundos do projecto serão tratados pelas UIPs, pois a equipa de finanças está familiarizada com os procedimentos de desembolso do Banco Mundial. 	
<p>Relatórios financeiros: Atrasos podem ser notados na apresentação atempada dos RFIs do projecto produzidos pelas UIPs do MED e do MINSA devido a atrasos na apresentação dos relatórios financeiros pelas Direcções Provinciais.</p>	S	<ul style="list-style-type: none"> • Os RFIs e os formatos e conteúdos das demonstrações financeiras anuais serão semelhantes àqueles em uso para as operações em andamento. • A UCC e PTM usarão os pacotes automatizados de contabilidade existentes que permitirão a geração eficiente e oportuna de informações financeiras e serão treinados contabilistas a nível provincial por especialistas em finanças. • Os especialistas em finanças farão visitas frequentes às províncias para supervisionar o Projecto e fornecer apoio conforme necessário. 	M
<p>Auditoria: a UIP não ser capaz de preparar várias demonstrações financeiras e planear a auditoria de forma adequada para garantir que todos os relatórios de auditoria sejam apresentados dentro do prazo. O auditor não ser capaz de auditar e apresentar relatórios dentro do prazo.</p>	S	<ul style="list-style-type: none"> • A unidade de GF da UIP no MED deve recrutar mais funcionários para fornecer apoio para preparar as demonstrações financeiras atempadamente. • Será desenvolvido um plano de auditoria para capturar as funções e responsabilidades das UIPs e dos auditores, incluindo os prazos para cada ciclo de auditoria. 	S
<p>Governança e responsabilidade: a possibilidade de práticas corruptas, incluindo</p>	S	<p>Disposições sólidas de GF (incluindo uma auditoria anual abrangente das contas do projecto, supervisão da GF do Banco Mundial, incluindo revisão de transacções e verificação de activos) são</p>	S



Factores de Risco/Descrição do Risco	Classificação dos Riscos	Medidas de Mitigação de Risco Incluídas no Desenho do Projecto	Classificação de Risco Residual
subornos, abuso de posições políticas e administrativas, aquisição incorrecta e uso indevido de fundos e assim por diante, constituem uma questão crucial.		projectados para mitigar os riscos fiduciários, além dos sistemas gerais de controlo interno das UIPs. As UIPs possuem especialistas em aquisições e o recrutamento de dois especialistas em finanças e um contabilista assistente está em curso.	
Risco Global de GF	S		S

Nota: S = Substancial; M = Moderado

56. **Plano de Acção de GF.** Para mitigar os riscos de GF, uma série de medidas foram identificadas e devem ser tomadas para reforçar a capacidade de GF (ver Tabela 2.12).

Tabela 2.12. Plano de Acção de GF

No	Acção		Entidade responsável	Data de Conclusão
1	Preparar e adoptar o MOP, incluindo GF, e critérios para a selecção de beneficiários		UIP e a UCC	Até à efectivação
2	Finalizar o recrutamento de um contabilista de UIP, dois supervisores de contabilidade provinciais e um contabilista assistente		UIP	No prazo de 3 meses após a conclusão eficaz do projecto
3	Realizar missões regulares de apoio à implementação (pelo menos duas vezes por ano através de análises documentais, visitas de campo, reuniões virtuais e assim por diante)		Equipa de GF do Banco Mundial	Durante a implementação
4	Personalizar o software de contabilidade para manter registos separados e contas do Razão para o projecto proposto.		UIP e a UCC	No prazo de 2 meses após a conclusão eficaz do projecto
5	Designação dos auditores externos do projecto		UIP e a UCC	No prazo de 6 meses após a conclusão eficaz do projecto

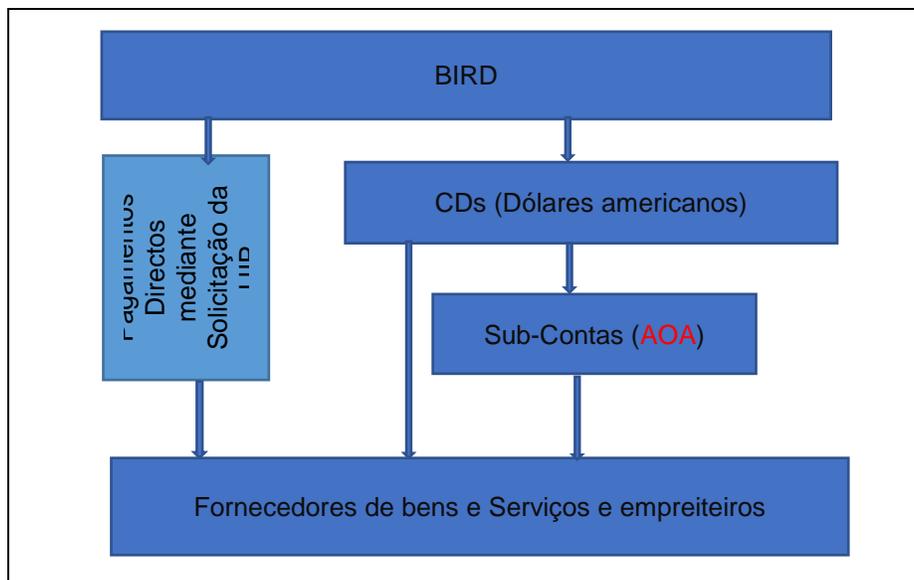
Disposições de GF



57. **As disposições actuais de orçamento, contabilidade, controlo interno e reporte financeiro das UIPs serão aplicadas ao projecto.** Não houve mudanças nas políticas e procedimentos orçamentários do governo para a preparação do orçamento anual e estes serão documentados no MOP. As UIPs continuarão a usar o software automatizado de contabilidade existente para contabilizar os fundos, despesas e recursos do projecto proposto. Os actuais Manuais de Procedimentos Financeiros serão revistos para reflectir o desenho e as actividades deste projecto, incluindo a implementação de CBD. Cada UIP irá elaborar RFIs trimestrais para o projecto em formato e conteúdo satisfatórios para o Banco Mundial, os quais serão submetidos ao Banco Mundial no prazo de 45 dias após o final do trimestre civil ao qual se referem. A equipa de GF do projecto é composta por um Especialista em GF do projecto, um consultor de GF internacional a tempo parcial, um contabilidade, um contabilista assistente e dois supervisores provinciais de contabilidade. Actualmente, a UIP do MED tem os seguintes cargos vagos: um contabilista de UIP e dois supervisores de contabilidade provinciais encarregados de supervisionar as actividades de GF a nível provincial; portanto, é recomendado que estes cargos sejam preenchidos para apoiar a implementação do projecto, a fim de cumprir os objectivos do projecto. O recrutamento dos dois supervisores de contabilidade provinciais está em processo. Em relação à UCC, a unidade tem um especialista financeiro experiente, um contabilista e um contabilista assistente encarregado de assuntos de GF.

58. **Fluxos dos fundos e mecanismos de desembolso.** A UCC e a UIP estabelecerão e manterão CDs separadas para receber adiantamentos do BIRD, em dólares americanos, em bancos comerciais sob termos e condições aceitáveis para o Banco Mundial. Adicionalmente, serão criadas e mantidas subcontas no mesmo banco comercial das CDs e nas províncias para facilitar os pagamentos em moeda local. Os fundos da CD e das subcontas serão usados para financiar as despesas elegíveis do projecto de acordo com o Acordo de Financiamento e a CIFD. A Figura 2.2 mostra o mecanismo de fluxo de fundos para as actividades do projecto a serem financiadas pelos fundos do BIRD.

Figura 2.2. Fluxo de Fundos





59. **Disposições de desembolso.** Os desembolsos de fundos do BIRD serão feitos com base em transacções (DDs). Um adiantamento inicial representando uma previsão de despesas de seis meses será feito nas duas CDs após a efectivação do Acordo de Empréstimo. A opção de desembolsar os fundos do BIRD por meio de pagamento directo, reembolso e compromisso especial também estará disponível. Para facilitar os pagamentos de empreiteiros, fornecedores e consultores, será aplicado um limite mínimo mais baixo para o uso de métodos de pagamento directo e reembolso de desembolsos para esta operação devido aos desafios dos bancos comerciais em fazer pagamentos a fornecedores estrangeiros de bens e serviços e a empreiteiros.

60. **Auditoria.** O projecto será auditado anualmente por uma empresa de auditoria privada e o relatório deve ser submetido ao Banco Mundial dentro de seis meses após a conclusão do projecto. No entanto, os auditores externos para o projecto proposto devem ser indicados no prazo de seis meses após a entrada em vigor do Projecto.

61. **Condição de eficácia.** A preparação e adopção do MOP, incluindo a GF, é uma condição para de eficácia.

62. **Cláusulas datadas.** As seguintes acções de GF são cláusulas datadas: (a) personalizar o software de contabilidade das duas UIPs para manter registos separados e contas do razão para o projecto proposto dentro de dois meses após a data de vigência do projecto, (b) designar um contabilista qualificado e experiente e dois supervisores de contabilidade provinciais na UIP do MED dentro de três meses após a efectivação do projecto, e (c) designar auditores externos do projecto no prazo de seis meses após a efectivação do projecto.

63. **Plano de apoio à implementação.** Com base no actual risco de GF residual total desta operação, o projecto será supervisionado duas vezes por ano ou com periodicidade mais frequente, se necessário. O apoio à implementação da GF incluirá visitas de campo; análises documentais (revisão de RFI e relatórios de progresso preparados pelo mutuário) e suporte remoto conforme necessário (através do telefone, WebEx ou Skype).

D. Aquisições (Procurement)

64. **Procedimentos aplicáveis.** A aquisição de itens com base em insumos (adquiríveis) no âmbito do projecto será realizada de acordo com os 'Regulamentos de Aquisições para Mutuários do FPI' (Regulamentos de Aquisições) do Banco Mundial datados de Novembro de 2020; as 'Directrizes para Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção em Projectos Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Subsídios da AID', de 1 de Julho de 2016; e outras disposições estipuladas no Acordo de Financiamento.

65. **Estratégia de aquisições.** O mutuário preparou o DEAP. A equipa de aquisições do Banco Mundial forneceu o apoio e orientação necessários ao mutuário na preparação do DEAP. Tendo em conta a complexidade do projecto, foi utilizado um DEAP simplificado. Os bens, serviços e obras são embalados em pacotes económicos para atrair concorrentes locais e estrangeiros que sejam



qualificados e capazes de oferecer bons preços e contratos completos dentro de um prazo estipulado, resultando numa boa relação qualidade/preço. A embalagem para aquisições é decidida de tal forma que encoraje uma participação adequada e baseia-se em duas formas principais de embalagem para aquisições: (a) o agrupamento (ou agrupamento por grosso) de requisitos de aquisição dentro de uma categoria de aquisição com o objectivo de os adquirir ao abrigo de um único contrato e (b) a divisão de um requisito em vários lotes, onde os proponentes podem apresentar propostas para um, vários, ou todos os lotes (como seria estipulado nos documentos de aquisição), e onde poderia ser adjudicado um contrato para cada lote.

66. Foram tidos em conta os seguintes aspectos ao considerar as embalagens de aquisição:

(a) A probabilidade de os fornecedores locais serem capazes de cumprir os requisitos e se a embalagem limitaria a sua participação

(b) Se o grupo de requisitos for necessário (ou puder ser recebido) simultaneamente ou se houver datas de entrega diferentes entre os requisitos. A menos que o fornecedor seleccionado possa entregar em intervalos diferentes, receber todas as mercadorias de uma só vez pode resultar num potencial problema logístico; por conseguinte, nestas circunstâncias, pode ser preferível não embalar os vários requisitos.

(c) A disponibilidade de vários fornecedores que podem fornecer uma combinação de categorias de aquisições, conforme possa ser necessário

(d) A capacidade da agência de implementação para coordenar vários fornecedores. Se a capacidade da agência de implementação for limitada, isto pode criar uma preferência pela embalagem para reduzir o número de fornecedores que a UIP teria de coordenar.

67. **Disposições em matéria de aquisições.** O projecto será implementado pelo MED, que terá a responsabilidade técnica geral sobre as actividades do projecto, enquanto a UIP terá a responsabilidade fiduciária do projecto, incluindo a função de aquisições.

68. **Abordagens de aquisições para os bens, obras e serviços necessários ao abrigo do projecto proposto de Empoderamento de Raparigas e Aprendizagem para Todos.** Com base nos requisitos, soluções técnicas e base de fornecimento do projecto, a estratégia de aquisições para o projecto proposto é a seguinte:

(a) **Obras.** A maioria das obras previstas não são complexas e há vários empreiteiros locais que podem executar adequadamente os contratos se se verificar que têm capacidade de resposta suficiente. Como tal, será utilizada uma abordagem do mercado nacional, solicitação de propostas, e licitações de uma só fase. Contudo, para a construção/reabilitação, incluindo infra-estruturas (energia, água e saneamento), acessibilidade (em lotes), serão utilizadas a abordagem de mercado internacional, solicitação de propostas e licitação de fase única. Devido à segurança e instabilidade do país e devido à pandemia da COVID-19, a possibilidade de atrair grandes empresas de renome internacional pode ser limitada. No entanto, a comunicação/consultoria com potenciais concorrentes seria importante para



augmentar a concorrência e mitigar a possibilidade de concursos abandonados.

(b) **Bens e serviços não de consultoria.** A maioria dos bens foram embalados numa abordagem de mercado nacional, solicitação de propostas e licitação em fase única, incluindo impressão de material escolar, equipamento de tecnologia de informação e comunicação, equipamento de comunicação, instituição bancária para prestar o serviço de transferência de bolsas de estudo, serviços para a entrega de material de formação aos municípios de Angola e entrega de livros didáticos estruturados aos municípios de Angolanos. Outros itens como equipamento de escritório e mobiliário para a UIP, se necessário, serão embalados numa abordagem de mercado limitado, Pedido de Cotações.

(c) **Procedimentos para a selecção de consultores.** A maioria do pessoal chave da UIP do PAT I será retida, e por isso será contratada através do método de selecção directa. O novo pessoal da UIP será contratado através da selecção aberta ou limitada de consultores individuais. Para as tarefas de consultoria com alguma complexidade e com um custo estimado superior ao limiar de revisão prévia para empresas, incluindo instituições de verificação independentes para monitora o programa de bolsas de estudo, supervisão técnica de construções, AT para a concepção e implementação de um programa de coaching e formação de professores, AT para avaliação nacional, exames e avaliações formativas, logística para aplicação da Avaliação Nacional, exames nacionais e SEACMEC e avaliações formativas, serão utilizadas abordagem de mercado internacional aberto e a Selecção com Base na Qualidade e no Custo (QCBS). Para tarefas abaixo do limiar de revisão prévia, será utilizada a abordagem de mercado nacional aberto e a QCBS ou a Selecção Baseada na Qualificação dos Consultores para tarefas muito pequenas (abaixo de 200.000 USD).

69. **O plano de aquisições para as actividades será gerido através do sistema de rastreamento do Banco Mundial, o Rastreamento Sistemático de Trocas em Aquisições (STEP).** Durante a implementação do projecto, o Plano de Aquisições será actualizado conforme necessário, mas, no mínimo, anualmente, para reflectir as necessidades reais de implementação do programa e as melhorias na capacidade institucional.

70. **Capacidade da agência para implementar aquisições.** A equipa era composta apenas por um assistente de aquisições depois de o especialista em aquisições ter deixado o projecto recentemente, que tem alguma experiência na implementação de projectos financiados pelo Banco Mundial, PAT (P122700), que estava a aplicar as directrizes de aquisições. Seriam necessárias acções de capacitação, incluindo (a) recrutamento de um especialista em aquisições qualificado, (b) conhecimento dos Regulamentos de Aquisições e (c) aquisição de obras. Foi elaborado um MOP, incluindo secções de gestão dos concursos públicos/aquisições e dos contratos. Este manual estabelece claramente os processos de aprovação interna e partilha de informações a fim de manter as decisões de *procurement* tanto quanto possível no nível operacional.

71. **Revisão pelo Banco Mundial das decisões de aquisição.** A Tabela 2.13 indica os valores iniciais para a revisão prévia do Banco Mundial para as actividades no Plano de Aquisições (janela baseado nas entradas). As actividades com custo estimado abaixo destes valores serão tratadas como revisão posterior e serão revistas pelo Banco Mundial durante a missão de apoio à implementação em um exercício de revisão pós-aquisição. A Contratação Directa/Única Fonte estará sujeita a revisão prévia apenas acima dos valores indicados na tabela 2.13. O Banco Mundial pode, periodicamente, rever os



valores com base no desempenho da agência de implementação.

Tabela 2.13. Revisão Prévia dos Limiares

Tipo de <i>Procurement</i>	Revisão prévia (US\$)
Obras	10,000,000
Bens e serviços não de consultoria	2,000,000
Consultores (empresas)	1,000,000
Consultores individuais	300,000

72. **Abordagem ao mercado:** Com base na dimensão dos contratos ao abrigo deste projecto e concedidos os perfis de risco de aquisição, seguir-se-ão concursos internacionais abertos; entretanto, geralmente, os limites ilustrados na tabela 2.14 serão usados para a abordagem de mercado aberto nacional/internacional e para Solicitação de Propostas/Cotações e métodos de adjudicação no âmbito deste projecto.

Tabela 2.14. Limiares aplicáveis a Abordagens e Métodos de Aquisição (US\$ milhões)

Categoria	Obras			Bens, TI e Serviços de Não Consultoria			Lista Restrita de Consultores Nacionais	
	Internacional Aberto	Nacional Aberto	Solicitação de Cotação	Internacional Aberto	Nacional Aberto	Solicitação de Cotação	Serviços de Consultoria	Engenharia e Supervisão da Construção
Abordagem de Mercado e Métodos	≥	<	≤	≥	<	≤	≤	≤
Angola	10	10	0.2	1	1	0.1	0.1	0.3

73. **Frequência de revisões e supervisão de aquisições.** As revisões anteriores e posteriores do Banco Mundial serão realizadas com base nos limites indicados na tabela 2.14. O Banco Mundial realizará missões de apoio à implementação a cada seis meses e análises anuais pós-aquisição; as análises pós-aquisição padrão feitas pelos funcionários do Banco Mundial devem cobrir pelo menos 20 por cento dos contratos sujeitos à análise posterior. As pós-análises consistem na análise de relatórios técnicos, financeiros e de aquisições sobre as acções de aquisição do projecto por funcionários do Banco Mundial ou consultores seleccionados e contratados pelo Banco Mundial de acordo com os procedimentos aceitáveis pelo Banco Mundial. As missões de apoio à implementação do projecto devem incluir um especialista em aquisições do Banco Mundial ou um consultor especializado. O Banco Mundial também pode conduzir uma revisão independente em matéria de aquisições a qualquer momento até dois anos após a data de encerramento do projecto.



74. **Formação, workshops e conferências.** A formação (incluindo o material de formação e apoio), workshops e participação na conferência serão realizados com base em um plano de formação anual e workshop/conferência aprovado. Um plano detalhado que apresente a natureza da formação/workshop, número de estagiários/participantes, a duração, os meses de trabalho, o tempo e custo estimado será submetido ao Banco Mundial para revisão e aprovação antes de iniciar o processo. Os métodos apropriados de selecção serão derivados da programação detalhada. Após a formação, os beneficiários serão solicitados a apresentar um breve relatório indicando que competências foram adquiridas e como essas competências irão contribuir para melhorar o seu desempenho e contribuir para a realização do objectivo do projecto.

75. **Custos operacionais.** Os custos operacionais financiados pelo projecto são despesas incrementais, incluindo material de escritório; operação e manutenção de veículos; manutenção de equipamentos; custos de comunicação e custos de supervisão (ou seja, transporte, alojamento e ajudas de custo). Devem ser adquiridos usando os procedimentos de aquisição especificados no Manual de Procedimentos (administração, finanças e contabilidade).

76. **Avaliação dos procedimentos nacionais.** A Regulamentação dos Contratos Públicos de Angola, Lei nº 9/16 de 16 de Junho, foi avaliada conforme exigido pela Estrutura de Aquisições do Banco Mundial, com base nos nove requisitos para contratos públicos abertos e competitivos nacionais (cláusula 5.4 da Regulamentação dos Contratos Públicos). Apesar das melhorias recentes, o Banco Mundial decidiu que a Lei dos Contratos Públicos de Angola não se aplicará às contratações no âmbito deste projecto. Esta avaliação será actualizada após a revisão em curso do código de contratos públicos de Angola. Portanto, a 'Regulamentação dos Contratos Públicos para os Mutuários do FPI' do Banco Mundial (Regulamentação dos Contratos Públicos) datada de Julho de 2016 e revista em Novembro de 2017 e Agosto de 2018 será aplicada a todas as contratações/aquisições no âmbito deste Projecto.

77. **Informações e documentação dos contratos públicos—arquivamento e base de dados.** As informações dos contratos públicos serão registadas e relatadas da seguinte forma:

(a) A documentação de contratos públicos completa para cada contrato, incluindo documentos de licitação, anúncios, propostas recebidas, avaliações de propostas, cartas de aceitação, acordos contratuais, títulos, correspondência relacionada, e assim por diante, será mantida ao nível dos respectivos ministérios, de forma ordenada, e estará prontamente disponível para auditoria;

(b) As informações relativas à adjudicação do contrato serão prontamente registadas e as listas de contratos acordadas serão mantidas; e

(c) Relatórios trimestrais abrangentes indicarão

(i) Estimativas de custo revistas, quando aplicável, para cada contrato;

(ii) A situação dos contratos públicos em andamento, incluindo uma comparação das datas originalmente planeadas e reais das acções para concursos, preparação de documentos de licitação, publicidade, licitação, avaliação, adjudicação de contrato e tempo de conclusão de cada contrato; e



(iii) Planos de Contratos Públicos actualizados, incluindo datas revistas para todas as acções.

78. Todas estas informações serão disponibilizadas no arquivo físico e arquivadas e/ou carregadas no STEP para auditoria e/ou revisão pós-aquisição realizada pelo Banco Mundial.

79. **Os procedimentos de publicidade incluirão o seguinte:**

- O Anúncio Geral de *Procurement*, os Anúncios Específicos de *Procurement*, os Pedidos de Manifestação de Interesse e os resultados da avaliação e adjudicação de contratos devem ser publicados de acordo com as disposições publicitárias da Regulamentação dos Contratos Públicos.

- As Solicitações de Licitações e Solicitações de Propostas que envolvam consultores internacionais e adjudicações de contratos serão publicadas no *United Nations Development Business* de acordo com as disposições da Regulamentação dos Contratos Públicos.

80. **Para bens e obras, as informações a serem publicadas devem especificar** (a) o nome de cada licitante que apresentou uma proposta; (b) preços de licitação conforme lidos na abertura da licitação; (c) o nome e os preços avaliados de cada proposta avaliada; (d) o nome dos licitantes cujas propostas foram rejeitadas e os motivos da rejeição; e (e) o nome do licitante vencedor e o preço oferecido, bem como a duração e o âmbito resumido do contrato adjudicado.

81. **Para os consultores, as seguintes informações devem ser publicadas:** (a) os nomes de todos os consultores que apresentaram propostas; (b) pontos técnicos atribuídos a cada consultor; (c) os preços avaliados de cada consultor; (d) a classificação final dos consultores; e (e) o nome do consultor vencedor e o preço, duração e âmbito resumido do contrato. As mesmas informações serão enviadas a todos os consultores que apresentaram propostas. Para outros contratos, as informações devem ser publicadas no diário nacional periodicamente (pelo menos trimestralmente) e no formato de uma tabela resumida cobrindo o período anterior com as seguintes informações: (a) nome do consultor a quem o contrato foi adjudicado, (b) preço, (c) duração e (d) âmbito do contrato.

Estratégia e abordagem para Apoiar a Implementação

82. **A estratégia de apoio à implementação é informada pelo desenho do projecto, avaliações de capacidade e riscos identificados e políticas e requisitos do Banco Mundial.** Dadas as restrições COVID-19 em vigor, o apoio à implementação acontecerá primeiro virtualmente, usando abordagens síncronas (por exemplo, reuniões WebEx e chamadas telefónicas) e assíncronas (por exemplo, WhatsApp, incluindo monitoria através de fotos, e-mails e relatórios). As actividades de implementação incluem: (a) missões de apoio à implementação, incluindo visitas de campo, com suporte técnico especializado conforme necessário (para os níveis central e escolar); (b) missões conjuntas de revisão; (c) relatórios regulares de progresso apresentados pela UIP, incluindo a monitoria das actividades e indicadores apoiados pelo projecto; (d) reuniões regulares da equipa de trabalho e da UIP, para incluir outros especialistas conforme necessário; e (e) auditorias internas e relatórios de GF.

E. Plano de Apoio à Implementação e Requisitos de Recursos

83. **Durante os primeiros dois anos, espera-se que seja necessário um envolvimento mais forte**



em termos de apoio operacional e M&A. Atenção especial será dada às actividades de desembolso rápido, como bolsas de estudo e PBGs, e à prestação de serviços a nível local e escolar. A equipa do Banco Mundial garantirá o apoio de implementação oportuno, eficiente e eficaz para o cliente. As tabelas 2.15 e 2.16 fornecem o plano de apoio à implementação e a combinação das competências necessária para o projecto.

Tabela 2.15. Foco Principal em Termos de Apoio à Implementação

Tempo	Foco	Competências Necessárias	Estimativa de Recursos (Semanas de trabalho da Equipa)
Primeiros 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> Liderança de equipas Experiência em governança/sector público Disposições institucionais Apoio à Implementação e Supervisão Apoio fiduciário e gestão Garantias A&S ao acompanhamento e à apresentação de relatórios 	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento técnico para educação, formação de professores, género, programa WASH, responsabilidade e género Supervisão, monitoria e relatórios do projecto Formação em <i>procurement</i> e supervisão Monitoria e Relatórios A&S Capacitação institucional 	<ul style="list-style-type: none"> Líderes da equipa operacional: 40 Especialistas em educação/operações: 20 Especialista em saúde: 5 Especialista em protecção social: 5 Especialistas em WASH: 6 <i>Procurement</i>: 6 GF: 5 Ambiental: 5 Social: 5 Apoio administrativo: 10
Anos 2-5	<ul style="list-style-type: none"> Liderança de equipas Revisão/suporte técnico Apoio à Implementação e Supervisão Apoio fiduciário e gestão Garantias A&S ao acompanhamento e à apresentação de relatórios Monitoria e reporte 	<ul style="list-style-type: none"> Suporte técnico Gestão de contratos públicos/aquisições GF e apoio relacionado a desembolsos Monitoria e reporte Monitoria e Relatórios A&S Capacitação institucional Supervisão, monitoria e relatórios do projecto 	<ul style="list-style-type: none"> Líderes da equipa operacional: 90 Especialistas em educação/operações: 80 Especialista em saúde: 20 Especialista em protecção social: 20 Especialistas em WASH: 30 <i>Procurement</i>: 40 GF: 30 Ambiental: 30 Social/género: 30 Apoio administrativo: 30

Tabela 2.16. Conjunto de Competências Necessárias do Pessoal para a Equipa Operacional

Competências Necessárias	Número de Semanas da Equipa Por Ano	Número de Viagens	Comentários
Líder da equipa operacional	50	Visitas de campo conforme necessário	No HQ e no CO, em todas as práticas globais de educação e saúde



Competências Necessárias	Número de Semanas da Equipa Por Ano	Número de Viagens	Comentários
Especialista em educação	10	Visitas de campo conforme necessário	No HQ ou na região
Economista educacional/especialista em operações	10	Visitas de campo conforme necessário	No HQ ou na região
Especialista em GF	6	Visitas de campo conforme necessário	Em uma região
Especialista em <i>Procurement</i>	5	Visitas de campo conforme necessário	No CO
Especialista em saúde	5	Visitas de campo conforme necessário	No CO
Especialista em desenvolvimento social	4	Visitas de campo conforme necessário	No HQ ou na região
Especialista ambiental	4	Visitas de campo conforme necessário	No HQ ou na região
Especialista em WASH	6	Visitas de campo conforme necessário	No CO
Especialista em VBG	5	Visitas de campo conforme necessário	No HQ ou na região
Apoio administrativo	10		Em uma região

Nota: CO = Escritório Nacional; HQ = Escritório Central.



ANEXO 3. Elementos de Detecção de Alvos para Seleccionar Locais e Municípios do Projecto

PAÍS: Angola

Projecto de Empoderamento de Raparigas e Aprendizagem para Todos

1. **A estratégia de focalização do projecto tem quatro dimensões.** Primeiro, o projecto prioriza os municípios que já são visados por operações paralelas financiadas pelo Banco Mundial (em particular os projectos sanitários) para alcançar uma abordagem multifacetada em camadas que aproveita os recursos entre os projectos. Em segundo lugar, o Governo de Angola usa microdados para identificar "pontos quentes" (principalmente a nível municipal) e orientar as decisões para canalizar os recursos do projecto. Dado o foco na redução das lacunas de cobertura para CFDE, o algoritmo de focalização dá preferência aos municípios no quarto e quinto quintis da distribuição para o número de crianças de 5 a 17 anos que não frequentam a escola. Terceiro, a esta lista são adicionados oito municípios priorizados pelo Governo de Angola para equilibrar a representação provincial dos municípios e dados os investimentos em capacidade institucional. Em quarto lugar, dentro desses municípios, o projecto prioriza raparigas de 12 a 17 anos, dada a importância dessa faixa etária para as decisões sobre a trajectória de vida em relação à saúde dos adolescentes, à escolaridade e à formação familiar.

Tabela 3.1. Lista de Indicadores (do recenseamento Populacional de 2016)⁶

Dimensão	Indicador
Vulnerabilidade	
Demografia	População (idades 5, 6-11, 12-14, 15-17 e por género)
	Percentagem da população que é jovem
Pobreza	Índice de pobreza
	Número de pobres
	Quintil de pobreza
Fertilidade	Percentagem de raparigas de 12 a 17 anos grávidas
	Número de raparigas de 12 a 17 anos que estavam grávidas
Casamento infantil	Percentagem de raparigas de 12 a 17 anos casadas
	Número de raparigas de 12 a 17 anos que se casaram
Educação	Número de crianças fora da escola
	[Para faixas etárias específicas e por género]
Presença de outros Projectos relevantes na carteira do GBM	
Programas relevantes	Municípios priorizados pelos Projectos de Saúde
	Municípios priorizados pelo sistema de protecção social
	Municípios incluídos na resposta à seca
	Municípios apoiados nos projectos de Água

2. **Trabalhando com os indicadores acima mencionados, uma lista de 68 municípios foi gerada.** Primeiro, dado o alcance de comunidades, a SSR, a educação de segunda oportunidade e competências para a vida a serão oferecidas na componente 1, e são priorizadas as actividades em curso nos municípios realizadas pelo MINSA, juntamente com os pontos críticos de raparigas fora da escola identificados por meio de microdados, para um total de 68 municípios. As subcomponentes 1.2 e 1.3 também priorizam estes mesmos municípios. Para as actividades de infra-estrutura na subcomponente 2.1, o projecto também prioriza os 68 municípios para alcançar a simplicidade operacional e reduzir os



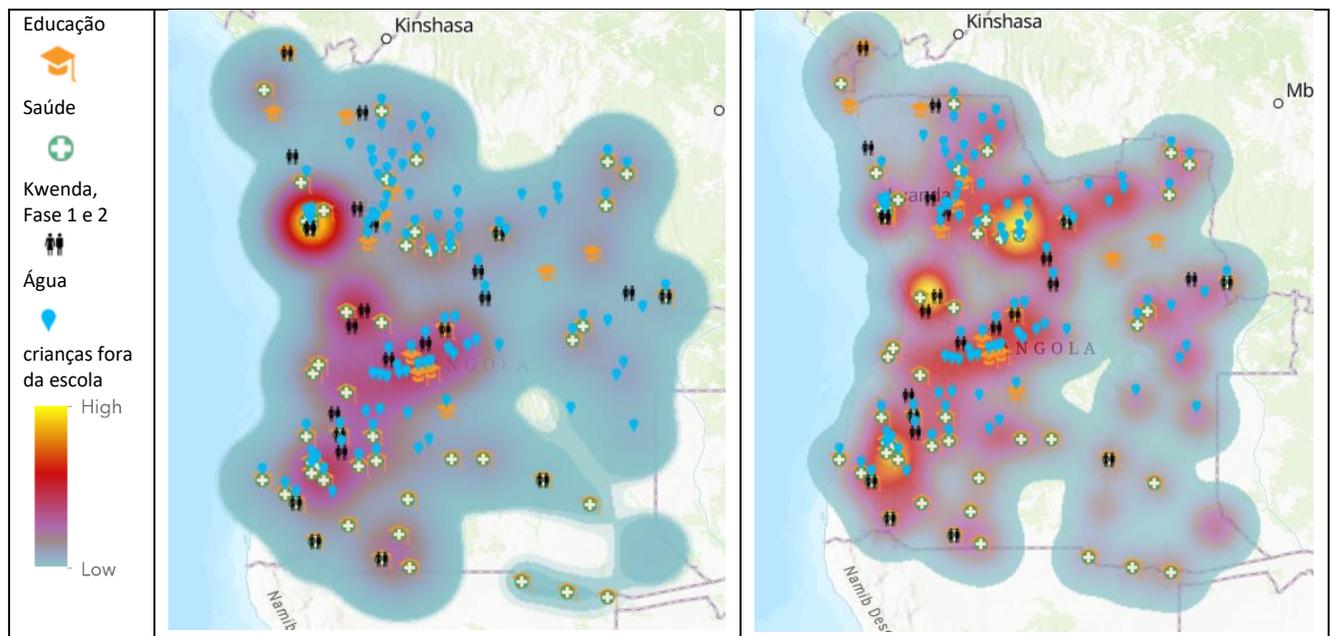
custos de supervisão em nome do governo. As actividades seleccionadas dentro desses municípios serão escolhidas em conjunto com os planos aprovados pelos Planos de Investimento Municipal (PIM) financiados pelo governo. A subcomponente 2.2 também prioriza esses mesmos municípios, por simplicidade operacional, com algumas intervenções realizadas em todo o país (por exemplo, avaliações de alunos, observações de aulas e formação em gestão escolar). As actividades da subcomponente 2.3 também teriam âmbito nacional.

3. A Figura 3.1 apresenta a abordagem de definição de alvos. Para demonstrar como os municípios-alvo propostos respondem às necessidades demonstradas, são apresentados abaixo, e no MOP, mapas de calor que mostram o número total de crianças fora da escola e a percentagem de crianças fora da escola.

Figura 3.1. Municípios Alvo Propostos, Sobrepostos com Lacunas de Cobertura e Investimentos do GBM

Mapa de Calor do Número Total de CFDE

Mapa de Calor da Percentagem de CFDE



Cálculos dos autores, a partir do Censo Nacional (2014) e ficheiros do projecto



ANEXO 4: Análise Económica e Financeira

PAÍS: Angola

Projecto de Empoderamento de Raparigas e Aprendizagem para Todos

Breve Revisão da Literatura - Educação e Crescimento Económico

- 1. A educação determina o capital humano, que é um determinante essencial da produtividade e riqueza de um país.** Os trabalhadores com melhores habilitações académicas e que acumulam mais e que têm melhores competências correspondentes são mais produtivos, aumentando a produção económica⁶³. Além disso, o capital humano faz parte da base de riqueza de um país. Especialmente em economias dependentes de recursos, aumentar a participação do capital humano nesta base de activos pode reduzir os efeitos adversos da ‘doença holandesa’.
- 2. Além disso, uma força de trabalho mais qualificada se tornar mais inovadora, o que é fundamental para o crescimento a longo prazo.** A inovação fortalece a competitividade e é indispensável para sustentar o crescimento económico a longo prazo. A capacidade de inovação de uma economia requer—além de factores institucionais—sólidos níveis de educação e um conjunto diversificado de competências. Especialmente no contexto das economias em desenvolvimento, o aumento das capacidades inovadoras facilita a adopção e difusão de tecnologia, o que pode estimular o desenvolvimento económico e a diversificação.^{64,65}
- 3. Os benefícios económicos do investimento na educação são encontrados em níveis individuais e agregados.** Se os trabalhadores são mais instruídos e se tornam mais produtivos, isto geralmente se reflecte em seu salário real, que é o retorno à educação. Além disso, os níveis de ensino superior têm efeitos positivos nos indicadores de desenvolvimento humano e nas capacidades pessoais, melhorando os meios de subsistência individuais. Há também benefícios adicionais na educação das raparigas, o que normalmente reduz as taxas de fertilidade, com participação na força de trabalho e aumento de rendimentos das mulheres. Isto está associado à redução da pobreza e maior crescimento.
- 4. Também há retornos sociais para a educação que conduzem ao crescimento económico.** A educação reduz a ociosidade, o crime e a violência. Os investimentos em educação ajudam a criar as condições para um ambiente mais favorável ao crescimento. Além disso, fortalecer as oportunidades de educação, especialmente nos primeiros estágios da educação, quando grande parte da trajectória futura de uma criança é determinada, reduz a desigualdade de renda. Isto, por sua vez, fortalece a coesão social e a confiança e, portanto, promove o crescimento económico.

Evidência empírica do retorno da educação

⁶³ Mankiw, N. Gregory, David Romer, and David N. Weil. 1992. “A Contribution to the Empirics of Economic Growth.” *Quarterly Journal of Economics* 107 (2): 407–437.

⁶⁴ Lucas, Robert E. 1988. “On the Mechanics of Economic Development.” *Journal of Monetary Economics* 22: 3–42; Romer, Paul M. 1990. “Endogenous Technological Change.” *Journal of Political Economy* 99 (5): 71–102

⁶⁵ Romer, Paul M. (1990): Endogenous Technological Change. *Journal of Political Economy* 99(5), 71–102.



5. Descobriu-se que o aumento dos gastos com educação produz altos retornos privados e sociais nos países em desenvolvimento. Recentemente, o Banco Mundial estimou uma taxa privada de retorno em um ano extra de educação de 9% e uma taxa social de retorno para o ensino secundário e superior de 10 por cento⁶⁶. Estes números são maiores em países de baixa renda e na educação das mulheres.

6. Do lado da oferta, há consenso de que as intervenções para melhorar a pedagogia estão entre as mais eficazes. Estes programas incluem o ensino sob medida para as competências do aluno, o desenvolvimento profissional do professor e a aprendizagem assistida por computador⁶⁷. Por exemplo, Piper e Korda (2010) concluem que uma intervenção para melhorar a qualidade do ensino de leitura nas escolas primárias teve um ‘impacto notavelmente grande’ no desempenho dos alunos⁶⁸. Kazianga et al. (2013) encontraram impactos positivos significativos de alta qualidade nas escolas primárias ‘amigas das raparigas’ em Burkina Faso na matrícula de alunos—especialmente de raparigas—e nos resultados dos testes⁶⁹. Na Índia, Banerjee et al. (2016) confirmaram ganhos significativos nas capacidades linguísticas ao abordar as lacunas de aprendizagem das crianças, em vez de seguir um currículo uniforme language abilities⁷⁰. Comparando diferentes intervenções, Piper et al. (2018) mostrou que uma combinação de formação de professores, uma proporção de 1:1 aluno-livro didático e planos de aula estruturados foi mais eficaz para o aumento da literacia e da numeracia⁷¹. Bruns, Costa e Cunha encontraram ganhos de aprendizagem significativos no Brasil após feedback de observação em sala de aula e acesso a coaching especializado para professores⁷².

7. As considerações relacionadas à demanda tornaram-se mais importantes no desenho de intervenções educacionais. Embora haja diferenças na relação custo-eficácia, a redução do custo da escolaridade por meio de taxas mais baixas ou transferências condicionais de dinheiro tem um grande efeito sobre a matrícula e a frequência⁷³. No contexto de um programa colombiano, Bettinger et al. (2014) descobriram que as bolsas de estudo para o ensino médio aumentaram a realização educacional e os ganhos futuros e reduziram a fecundidade e a dependência da protecção social⁷⁴. Analisando um

⁶⁶ Psacharopoulos, George, and Harry Antony Patrinos. 2018. “Returns to Investment in Education: A Decennial Review of the Global Literature.” Policy Research Working Paper 8402, World Bank, Washington, DC.

⁶⁷ Evans, David K. and Anna Popova. 2015. “What Really Works to Improve Learning in Developing Countries? An Analysis of Divergent Findings in Systematic Reviews.” Policy Research Working Paper 7203, World Bank, Washington, DC.

⁶⁸ Piper, Benjamin, and Medina Korda. 2010. *EGRA Plus: Liberia Program Evaluation Report*. USAID/Liberia.

⁶⁹ Kazianga, Harounan, Dan Levy, Leigh L. Linden, and Matt Sloan (2013): “The Effects of ‘Girl-Friendly’ Schools: Evidence from the BRIGHT School Construction Program in Burkina Faso.” *American Economic Journal* 5(3), 41-62.

⁷⁰ Banerjee, Abhijit, Rukmini Banerji, James Berry, Esther Duflo, Harini Kannan, Shobhini Mukherji, Marc Shotland, and Michael Walton. 2016. “Mainstreaming an Effective Intervention: Evidence from Randomized Evaluations of ‘Teaching at the Right Level’ in India.” NBER Working Paper 22746.

⁷¹ Piper, Benjamin, Stephanie Simmons Zuilkowski, Margaret Dubeck, Evelyn Jepkemei, and Simon J. King. 2018. “Identifying the Essential Ingredients to Literacy and Numeracy Improvement: Teacher Professional Development and Coaching, Student Textbooks, and Structures Teachers’ Guides.” *World Development* 106, 324-336.

⁷² Bruns, Barbara, Leandro Costa, and Nina Cunha. 2017. “Through the Looking Glass: Can Classroom Observation and Coaching Improve Teacher Performance in Brazil?” Policy Research Working Paper 8156. World Bank, Washington, DC.

⁷³ Glewwe, P., and K. Muralidharan. 2016. “Improving Education Outcomes in Developing Countries: Evidence, Knowledge Gaps, and Policy Implications.” In *Handbook of the Economics of Education*, Vol. 5, edited by Hanushek, Eric A., Stephen J. Machin, and Ludger Wößmann, 653–743.

⁷⁴ Bettinger, Eric, Michael Kremer, Maurice Kugler, Carlos Medina, Christian Posso, and Juan Esteban Saavedra. 2014. *Educational, Labor Market, and Welfare Impacts of Scholarships for Private Secondary School: Evidence from Colombia*



projecto-piloto aleatórios; sobre a participação na gestão escolar no Níger, Beasley e Huillery (2012) descobriram que a participação dos pais na gestão escolar pode aumentar a demanda por escolaridade⁷⁵. Tratamentos como desparasitação, melhoria a nutrição, ou os serviços de saúde sexual e reprodutiva poderiam também melhorar a demanda por educação e reforçar os resultados educacionais⁷⁶.

8. Programas que buscam mudar o comportamento por meio de incentivos também se mostraram eficazes. Por exemplo, verifica-se que o desempenho do aluno melhora com a oferta de bolsas de estudo por mérito. Da mesma forma, comunicar aos pais sobre como os ganhos aumentam com a educação tem um grande efeito sobre o comportamento dos pais e, eventualmente, sobre a escolaridade e o aprendizado⁷⁷. Além disso, McEwan (2015) considera que as intervenções que visam a gestão escolar e a responsabilidade do professor (por exemplo, por meio de contratos) são eficazes⁷⁸.

Visão geral do Sector de Educação em Angola

9. O sector da educação angolano é confrontado com dois grandes desafios que restringem a diversificação económica e o crescimento: um baixo nível de capital humano e uma elevada prevalência de incompatibilidades de competências. Apesar do aumento no número de matrículas nos últimos anos, a pobreza na aprendizagem continua elevada e os níveis de qualificação e realização educacional estão atrasados na maioria dos países da região. Em 2018, o Índice de Capital Humano de Angola era de apenas 0,36, indicando que uma criança nascida em Angola hoje será apenas 36 por cento tão produtiva quanto poderia ser com escolaridade completa e saúde plena⁷⁹. Além disso, cerca de 25 por cento das empresas relataram que a escassez de trabalhadores qualificados é o principal obstáculo à expansão dos negócios em Angola⁸⁰.

10. As despesas do governo são baixas, o que explica os resultados educacionais actuais. Com cerca de 3 por cento do PIB anualmente, os gastos em educação de Angola estão abaixo da média de 4,4 por cento da África Subsaariana⁸¹. O absentismo dos professores, a formação deficiente dos professores, uma alta proporção aluno-professor e materiais de aprendizagem insuficientes são, portanto, problemas comuns, levando a altas taxas de repetição e baixos resultados nos testes. Além disso, o custo de frequentar a escola é frequentemente repassado aos alunos, o que aumenta o custo de oportunidade da escolarização. Portanto, os níveis de matrícula permanecem comparativamente baixos, especialmente para as raparigas e nas áreas rurais.

(Preliminary Draft).

⁷⁵ Beasley, Elizabeth, and Elise Huillery. 2012. *Empowering Parents in Schools: What They Can(not) Do*. USAID.

⁷⁶ Kremer, Michael, Conner Brannen, and Rachel Glennerster. 2013. "The Challenge of Education and Learning in the Developing World." *Science* 340(6130): 297-300.

⁷⁷ Ganimian, Alejandro J., and Richard J. Murnane. 2016. "Improving Education in Developing Countries: Lessons from Rigorous Impact Evaluations." *Review of Educational Research* 86 (3): 719–755.

⁷⁸ McEwan, Patrick J. 2015. "Improving Learning in Primary Schools of Developing Countries: A Meta-Analysis of Randomized Experiments." *Review of Educational Research* 85 (3): 353–394.

⁷⁹ World Bank. 2018. *Angola Systematic Country Diagnostic. Creating Assets for the Poor*. Washington, DC: World Bank.

⁸⁰ World Bank. 2018. *Angola Country Economic Memorandum. Towards Economic Diversification*. Washington, DC: World Bank, page 29.

⁸¹ World Bank. 2018. *Angola Systematic Country Diagnostic. Creating Assets for the Poor*. Washington, DC: World Bank; World Bank. 2020. *Angola Poverty Assessment*. Washington, DC: World Bank.



11. Quanto mais alto o nível de educação de um indivíduo, mais alto tende a ser seu padrão de vida, sendo nível de educação superior associado ao aumento da renda do trabalho. Em Angola, onde 32 por cento da população vive abaixo da linha da pobreza, a pobreza é três vezes maior num agregado familiar analfabeto do que num alfabetizado. Cada ano adicional de educação diminui as privações experimentadas por uma família e indivíduos com educação superior têm rendimentos medianos oito vezes maiores do que aqueles sem educação (AOA 80.000 [cerca de US \$ 120] em comparação com AOA 10.000 [cerca de US \$ 15] Quando se trata de rendimentos, há uma disparidade salarial substancial entre homens e mulheres: em todos os níveis de educação, a mulher média recebe apenas 40% do que um homem ganha por um trabalho semelhante.^{82 83}

12. Existe uma forte relação entre os anos de frequência escolar e a participação em empregos remunerados. Por exemplo, 70,2% dos trabalhadores que concluíram o ensino médio estão em cargos remunerados, em comparação com apenas 9,2% dos que não concluíram. Há menos mulheres com empregos remunerados, visto que trabalham por conta própria (63 por cento) e trabalham predominantemente (informalmente) na agricultura. No entanto, 24 por cento dos jovens de 15 a 24 anos não estudam, não trabalham nem tem formação, apesar de terem atingido níveis de educação mais elevados do que as gerações anteriores.⁸⁴

Análise Económica e Financeira

Metodologia de Custo-Benefício

13. A sustentabilidade económica e financeira do projecto será avaliada por meio da análise de custo-benefício. A análise de custo-benefício é um método que compara todos os principais benefícios monetizados e custos relacionados a um projecto específico para ajudar a determinar o impacto económico líquido esperado. A análise do custo-benefício é normalmente considerada a melhor abordagem para avaliar a viabilidade económica de projectos. Por este motivo, decidiu-se escolher este método. Uma abordagem alternativa seria a análise de custo-eficácia, que compara diferentes alternativas para alcançar os resultados desejados com o menor custo. Porém, considerando o objectivo principal e os dados disponíveis, a análise de custo-benefício é a abordagem mais apropriada para este projecto. No entanto, a principal limitação da análise do custo-benefício é considerar apenas os benefícios e custos monetizados. Dada a presença de externalidades e outros benefícios intangíveis, os resultados estimados devem ser considerados como uma estimativa conservadora.

Beneficiários Esperados

14. O projecto contribuirá para uma melhor qualidade de educação e empoderamento das raparigas em Angola. O principal objectivo do projecto de educação é capacitar e educar os jovens angolanos, especialmente raparigas, e melhorar a qualidade da educação. Espera-se que o projecto gere benefícios económicos por meio de seus dois componentes principais: (a) capacitar os adolescentes

⁸² Ibid.

⁸³ World Bank (2020): Angola Poverty Assessment. Washington, DC.

⁸⁴ Ibid.



angolanos, principalmente através da prestação de serviços de saúde adequados, formação de competências e apoio à educação de raparigas; e (b) melhorar o acesso e a qualidade da educação. O projecto deve beneficiar cerca de 650.000 raparigas e 450.000 rapazes no ensino médio. O total de beneficiários directos é estimado em cerca de 1 milhão de jovens angolanos.

Benefícios e Custos

15. **Espera-se que o projecto contribua para aumentar a produtividade e, portanto, aumentar os ganhos futuros dos beneficiários.** Estima-se que as intervenções do projecto contribuam para melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos. As actividades de empoderamento de jovens sob a componente 1 tendem a gerar maiores benefícios devido ao impacto sobre a educação das raparigas e à grande disparidade de género. As actividades para reduzir a pobreza de aprendizagem na componente 2 devem melhorar a qualidade da educação. Consequentemente, melhores resultados de aprendizagem são traduzidos em anos adicionais de educação para os beneficiários. Os anos adicionais de escolaridade são então convertidos em um aumento anual incremental em ganhos futuros para os beneficiários. O aumento anual incremental nos rendimentos é calculado assumindo uma taxa de retorno sobre um ano extra de educação de 10% da renda per capita. Assim, os benefícios são monetizados considerando apenas os 1,1 milhão de beneficiários projectados durante os cinco anos de duração do projecto. Além disso, espera-se que o projecto gere benefícios até 2031, quando a última coorte de alunos beneficiados pelo projecto conclua o ensino médio.

16. **Os custos principais do projecto incluem custos directos, custos públicos com educação e perda de renda dos alunos.** Os custos directos do projecto são estimados em US \$ 250 milhões. Os custos públicos com o ensino médio são estimados em US \$ 22,7 por aluno e US \$ 123,4 por professor em 2018. A perda de renda é baseada no custo de oportunidade de estar na escola, considerando a renda média anual de quem está no mercado de trabalho com nível médio, estimada em cerca de US \$ 821,9. Não são assumidos custos recorrentes para os projectos nesta fase.

Análise de Custo-Benefício

17. **Com base na metodologia de análise de custo-benefício e nas premissas acima mencionadas, o projecto é considerado económica e financeiramente sustentável.** O VPL do projecto é estimado em US\$ 721,9 milhões, e a TIR correspondente é estimada em 25,2%. O VPL é estimado considerando a taxa de desconto padrão do FMI e do Banco Mundial de 5,0%. Portanto, o projecto pode ser considerado económico e financeiramente sustentável, pois gera benefícios líquidos positivos (VPL) e a TIR é maior do que a taxa de desconto de 5 por cento. A Tabela 4.1 demonstra os principais cálculos para determinar o VPL e a TIR.

Análise de Sensibilidade

18. **A análise de sensibilidade indica que o projecto é sustentável em diferentes cenários.** A análise de sensibilidade avalia a sustentabilidade dos projectos considerando diferentes pressupostos. As principais variáveis utilizadas para realizar a análise de sensibilidade são o número de beneficiários, a taxa de desconto e a taxa de retorno da educação e o respectivo VPL e TIR. Especificamente, a análise de sensibilidade foi conduzida considerando os seguintes cenários: (a) Elevado - o projecto atinge os



beneficiários projectados, usando uma taxa de desconto de 5 por cento e a taxa de retorno sobre a educação de 10 por cento; (b) Médio – o projecto atinge 75 por cento dos beneficiários projectados, com uma taxa de desconto de 10 por cento e taxa de retorno sobre a educação de 7,5 por cento; e (c) Baixo - o projecto atinge 50 por cento dos beneficiários projectados, usando uma taxa de desconto de 15 por cento e uma taxa de retorno sobre a educação de 5 por cento. Os resultados resumidos na Tabela 4.2 indicam que o projecto ainda é sustentável em um cenário médio, considerando uma diminuição dos impactos estimados das actividades do projecto e no número de beneficiários. No cenário baixo, o projecto não é recomendado. Este cenário, porém, assume pressupostos extremos, com baixa probabilidade de ocorrência, baseados nas evidências empíricas acima mencionadas.

Tabela 4.1. Análise de Custo-Benefício

Benefits and costs (US\$ thousands)	Present Value	Year						
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026-2031
<i>Benefits</i>								
Increased future earnings	2,045,299	0	40,887	77,879	111,256	141,277	171,597	1,502,402
<i>Costs</i>								
Investment costs	216,474	0	50,000	50,000	50,000	50,000	50,000	0
Public costs per student	21,590	0	4,987	4,987	4,987	4,987	4,987	0
Forgone income	782,864	0	180,822	180,822	180,822	180,822	180,822	0
Public costs per teacher	3,205	0	740	740	740	740	740	0
<i>NPV</i>	1,021,166							
<i>IRR</i>	25.2%							
Memorandum items								
Discount rate	5.0%							

Source: authors' calculations

Tabela 4.2. Análise de Sensibilidade

<i>Assumptions/scenario</i>	<i>Low</i>	<i>Medium</i>	<i>High</i>
<i>Number of beneficiaries</i>	400,000	600,000	1,100,000
<i>Discount rate</i>	15%	10.0%	5.0%
<i>Rate of return on education</i>	5.0%	7.5%	10.0%
<i>NPV (US\$)</i>	-175,269,938	53,486,446	1,021,166,254
<i>IRR</i>	-0.2%	12.4%	25.2%

Source: authors' calculations

Análise de sustentabilidade fiscal

19. **As despesas públicas para a educação em Angola totalizam actualmente 2,7 por cento do PIB anual, ficando abaixo da média da África Subsaariana de 4,4 por cento.** Os gastos com a educação



devem aumentar para 6,5 por cento das despesas do governo em 2020, um aumento de 6,05% em 2019 e 5,8% em 2018. Apesar do ambiente macroeconómico difícil, isto representa um aumento de 2,9% em comparação com o orçamento original para 2020. No entanto, as despesas com a educação permanecem muito abaixo da meta de 17,5 por cento prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional do Governo 2018-2022 (ver tabela 4.2).

20. **No total, as despesas públicas com a educação em 2020 devem chegar a AOA 870 bilhões (cerca de US\$ 1,325 bilhão).** Isto se compara aos AOA 846 bilhões orçados originalmente. Estima-se que 94 por cento do orçamento é necessário para cobrir despesas recorrentes, deixando apenas 6 por cento para serem alocados para investimento.

21. **Espera-se que o projecto proposto tenha efeitos limitados nas finanças do governo.** Os custos do projecto totalizam US\$ 250 milhões, o que equivale a AOA 130 bilhões, ou 14,9% do orçamento para a educação de 2020⁸⁵. Uma vez que o projecto será implementado ao longo de cinco anos, o custo médio anual é de AOA 26 mil milhões (sujeito à variação cambial). Isto soma aproximadamente 3 por cento do orçamento anual previsto para a educação. Dada esta magnitude, a implementação do projecto não deve ter grandes efeitos no orçamento fiscal.

22. **É improvável que o projecto acarrete custos permanentes consideráveis.** As componentes do projecto dependem principalmente do fornecimento de material ou formação/orientação. No que diz respeito ao fornecimento de materiais, não se prevêem custos permanentes. Quanto às componentes de formação, a maioria será realizada por agências locais e ministérios públicos, às vezes contando com a capacidade de organizações parceiras ou educadores de pares. Embora alguns funcionários permanentes adicionais possam ser contratados para garantir a execução tranquila destas componentes, não são esperados grandes aumentos de contratação. Portanto, não se espera que o projecto aumente significativamente a massa salarial do governo e, portanto, não é provável que reduza consideravelmente o espaço fiscal.

23. **Dados os resultados esperados, o projecto provavelmente gerará tanto economias quanto receitas adicionais do governo.** Estas serão decorrentes das taxas reduzidas de abandono e melhoria dos resultados dos mercados de trabalho dos beneficiários. Os recursos adicionais podem criar espaço fiscal a ser usado para melhorar ainda mais a qualidade da educação e o empoderamento dos jovens. Assim, a sustentabilidade fiscal deste projecto foi ainda mais reforçada.

⁸⁵ Tal pressupõe uma taxa de câmbio de USD 1 = AOA 650 (a partir de 20 de Outubro, indicada pela BOA).



ANEXO 5: Instrumentos do QAS

PAÍS: Angola

Projecto de Empoderamento de Raparigas e Aprendizagem para Todos

1. **A triagem conduzida para avaliar os riscos e impactos ambientais e sociais do projecto resultou em risco ambiental e social substancial, desencadeando as NAS1, NAS2, NAS3, NAS4, NAS5, NAS7, NAS8 e NAS10.** Um pacote de instrumentos ambientais e sociais foi preparado para o projecto pelo mutuário para avaliar os riscos e impactos e propor medidas de mitigação, incluindo um PCAS, um QGAS, um PEPI, PGT, um QPR e um QPGV. A seguir, é apresentado um resumo de cada instrumento elaborado.

PCAS

2. **O PCAS apresenta um resumo das medidas e acções relevantes, quaisquer documentos ou planos específicos, bem como os respectivos prazos de cumprimento das NASs.** O MED, por meio da UIP, é responsável pelo cumprimento de todos os requisitos do PCAS. O PCAS foi divulgado no país e no site do GBM em 17 de Fevereiro de 2021. O PCAS especifica que o mutuário:

- É responsável pela execução geral das actividades do projecto e por garantir a conformidade com os requisitos do ESF do Banco Mundial;
- Estabelecerá e manterá uma estrutura organizacional para apoiar a identificação, gestão e supervisão de riscos ambientais e sociais, incluindo o recrutamento de um especialista ambiental, um social e um especialista em VBG que serão retidos durante todo o Projecto;
- Preparará e apresentará ao Banco Mundial relatórios de acompanhamento regulares sobre o desempenho ambiental, social, de saúde e segurança do projecto;
- Notificará o Banco Mundial em caso de ocorrência de um incidente ou acidente relacionado ou com impacto no projecto que tenha, ou possa vir a ter, efeito adverso significativo sobre o meio ambiente, as comunidades afectadas, o público e/ou trabalhadores;
- Preparará, divulgará, adoptará e implementará o SEP, QGAS, PGT, QPR, IPPF e o PA de VBG, incluindo quaisquer PGASs, ou outros instrumentos necessários para as respectivas actividades do projecto de acordo com as NASs, e outras Boas Práticas Internacionais do Sector relevantes;
- Implementará um pacote de medidas para abordar os riscos de EAAS conforme especificado no PA de VBG;
- Preparará, adoptará, manterá e operará um MR a nível do projecto, um MR específico de AES/AS e um MR de trabalhadores conforme descrito no SEP, PA de VBG e no PGT; e
- Garantir que o treinamento seja fornecido aos trabalhadores do projecto para abordar os



aspectos ambientais e sociais relacionados ao projecto, incluindo riscos de EAAS.

QGAS

3. **O QGAS identifica e analisa os potenciais impactos e riscos ambientais e sociais relacionados às actividades do projecto e propõe medidas subsequentes para prevenir, mitigar e/ou abordá-los.** Foi divulgado no país e no website do Banco Mundial a 17 de Fevereiro de 2021. QGAS estabelece os princípios, regras, directrizes e procedimentos para avaliar os riscos e impactos ambientais e sociais de um projecto ao longo de seu ciclo de vida para garantir que as medidas de mitigação apropriadas sejam tomadas para lidar com os impactos negativos potenciais. A avaliação do QGAS inclui riscos, impactos e medidas de mitigação relacionados com os investimentos no âmbito da construção e ampliação, reabilitação e renovação de escolas e outras infra-estruturas afins. O QGAS também avalia os riscos de VBG/EAAS e propõe medidas para prevenir e mitigar esses riscos. Também analisa a saúde e segurança da comunidade e os riscos e necessidades específicos relacionados aos grupos e/ou pessoas mais vulneráveis e desfavorecidos.

PGT

4. **O projecto incluirá funcionários públicos, trabalhadores directos, trabalhadores contratados directamente e fornecedores primários.** O mutuário preparou PGTs e os integrou no QGAS. Os PGTs foram divulgados em conjunto com o QGAS no país e no website do Banco Mundial em 17 de Fevereiro de 2021. Os PGTs estabelecem que:

- Os funcionários públicos são obrigados por seus contratos de trabalho, mas o projecto também garantirá que atendam aos requisitos da NAS2 relativos aos princípios de não discriminação, igualdade de oportunidades e estabelecimento de organizações de trabalhadores, trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança no trabalho (SST) e mitigação de riscos de EAAS;
- Todos os trabalhadores devem atender aos requisitos acima em relação ao trabalho infantil, trabalho forçado, SST, proibição de EAAS e medidas para estabelecer PGTs escritos e garantir condições de trabalho adequadas e claras, não discriminação, igualdade de oportunidades e o direito de formar organizações de trabalhadores;
- Um plano de OHSE específico do projecto será desenvolvido e implementado como parte do QGAS, em linha com as Directrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do GBM e com as Boas Práticas Internacionais do Sector para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores durante a fase de construção. Este OHSE deve incluir as disposições do COVID-19;
- O projecto incluirá um MR para reclamações relacionadas ao trabalho, com base nas leis e procedimentos nacionais, bem como nos requisitos da NAS2.
- O mutuário incorporará os requisitos da NAS2 aos acordos contratuais com os contratados, juntamente com as soluções de não conformidade adequada.
- Uma vez a bordo, os contratados irão preparar planos de gestão de trabalho para definir a forma como os trabalhadores do projecto serão gerenciados de acordo com os requisitos das leis



nacionais e NAS2.

- Os riscos e impactos de SST serão avaliados continuamente de acordo com os requisitos da NAS2.

PEPI

5. **Para Assegurar uma abordagem participativa, inclusiva e culturalmente apropriada durante o ciclo de vida do projecto, o mutuário preparou um PEPI em linha com os requisitos da NAS10.** O PEPI foi divulgado no país e no website do Banco Mundial a 17 de Fevereiro de 2021. O PEPI inclui outras partes interessadas, vários beneficiários e pessoas afectadas directamente pelo Projecto, incluindo grupos/pessoas desfavorecidos e vulneráveis. Durante o processo consultivo, o mutuário forneceu informações às partes interessadas sobre os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais para integrar as contribuições das partes interessadas na concepção do projecto e medidas de mitigação subsequentes. O feedback colhido através do processo de consulta das partes interessadas e de outras partes interessadas é o seguinte.

- As entidades consultadas expressaram, por unanimidade, o seu apoio ao desenvolvimento do projecto e a disponibilidade para colaborar na sua preparação e implementação nas áreas para as quais estão habilitadas.
- As entidades consultadas, em particular entidades governamentais com competências na área da educação e protecção social, e organizações da sociedade civil que trabalham com grupos vulneráveis afectados pelo projecto, validaram os desafios que o projecto pretende abordar: normas sociais discriminatórias e expectativas de género; lacunas de género no acesso e frequência escolar; oferta reduzida de escolas seguras (alta frequência de casos de VBG) e inclusivas (existência de barreiras físicas, comportamentais e culturais que induzem à discriminação contra vários grupos vulneráveis, em particular PI); falta de oportunidades de educação de segunda qualidade para adolescentes e jovens adultos fora do sistema educacional; baixa qualidade da educação em geral; falta de avaliação da aprendizagem e interrupções na educação causadas pelo COVID-19.
- As actividades propostas no âmbito do projecto são bem aceites, sendo destacados os seguintes aspectos:
 - Necessidade de implementar mecanismos de prevenção da gravidez precoce (apontada como uma das principais causas de abandono escolar das meninas) e, nos casos em que isso ocorrer, evitar a discriminação contra as meninas grávidas.
 - A necessidade de implementar mecanismos para identificar e tratar eficazmente os casos de VBG que ocorrem diariamente nas escolas a nível nacional, em particular os casos de assédio e abuso sexual envolvendo professores e alunos em troca de boas notas ou assédio sexual entre pessoal da educação. A necessidade de criar mecanismos de denúncia eficazes e seguros e de sanções claras para os perpetradores foi repetidamente enfatizada. Diversas entidades também mencionaram a importância de envolver famílias e comunidades na criação desse ambiente seguro (identificou a necessidade de sensibilização desses interlocutores).



- A falta de recursos financeiros para muitas famílias é uma das principais razões pelas quais muitas crianças (de ambos os sexos) abandonam a escola precocemente e vão ajudar as famílias em suas respectivas actividades de geração de renda. Transferências de dinheiro para famílias ou bolsas de estudo para crianças proporcionarão um incentivo fundamental para que as famílias mantenham as crianças na escola. A atribuição de refeições nas escolas tem-se revelado mais um incentivo relevante para as crianças irem à escola. Na hora de conceder bolsas, é importante definir critérios que priorizem os mais carentes.
- A maioria das escolas existentes apresenta sérias deficiências de infraestrutura em termos de salas de aula e instalações sanitárias. Na maioria das escolas não há abastecimento de água ou produtos de higiene e limpeza. As instalações sanitárias da maioria das escolas estão fechadas ou não funcionam correctamente (ou não funcionam).
- Material escolar insuficiente para crianças com necessidades especiais de aprendizagem. O facto de essas crianças serem inseridas em escolas de educação especial foi apontado como factor de exclusão e discriminação. Mencionou-se a importância da integração em escolas 'normais' e da formação de professores para atender às necessidades de ensino destas crianças.
- Importância da revisão dos programas curriculares para integrar adequadamente as questões chave promovidas pelo projecto, incluindo a educação social integral, VBG e o ensino das línguas angolanas de origem africana.
- A necessidade de criar soluções adaptadas para promover a frequência escolar dos filhos dos povos San e de outras minorias étnicas, em particular dos filhos dos povos nómadas.

6. **O PEPI especificou que o projecto incluirá um MR de nível de projecto e um MR específico de EAAS para lidar alegados casos de EAAS.** A UIP, com o apoio de instituições locais e líderes comunitários, será responsável por actualizar, registar e abordar reclamações e solicitações de informações. O MR terá vários canais de captação, incluindo caixas de correio físicas, um número de telefone dedicado e um endereço de e-mail. O tempo de resposta e resolução será especificado durante a preparação do projecto. Uma tabela de log será desenvolvida para registar cada reclamação recebida e documentar as etapas de resolução. Serão desenvolvidos separadamente procedimentos e instrumentos específicos para o MR específico de EAAS para tratar estas reclamações. Os Especialistas em desenvolvimento social e em VBG da UIP serão responsáveis por coordenar, gerir e supervisionar os sistemas gerais de resolução de queixas/reclamações, incluindo o MR específico de EAAS.

QPR

7. **O projecto vai investir na construção, reabilitação e expansão de infra-estruturas escolares, como salas de aula e saneamento.** A implementação destas actividades pode exigir a aquisição de terras e/ou restrição do uso do solo, o que pode resultar em deslocamento físico e/ou económico. O mutuário consultou e divulgou no país e no website do Banco Mundial a 17 de Fevereiro de 2021 um QPR. Assim que os locais específicos dos investimentos forem identificados, o mutuário preparará PARs.



QPGV

8. **Tendo em conta o âmbito nacional do projecto, ele será implementado em áreas, como por exemplo, o sul de Angola, onde IP/SSAHUTLCs estão presentes.** Como tal, o mutuário preparou, consultou e divulgou no país e no website do Banco Mundial a 17 de Fevereiro de 2021, um Quadro de Planeamento para as Populações Indígenas (QPPI). Durante a implementação, assim que os locais de investimento específico do projecto forem identificados, os PPIs subsequentes serão preparados, consultados e divulgados. Os grupos de povos indígenas sob a orientação da NAS7 do Banco Mundial encontram-se principalmente nas províncias de Namibe, Hula, Cunene e Cuando Cubango, e pequenas populações são reportadas no Moxico. Entre os principais grupos de PI em Angola encontram-se principalmente os San, os Ovahimba, os Ovatjimba, os Ovatwa e os Mukwisi.



ANEXO 6: Benefícios Climáticos Comuns

PAÍS: Angola

Projecto de Empoderamento de Raparigas e Aprendizagem para Todos

Contexto⁸⁶

1. **Angola é um dos países da África Subsaariana com maior probabilidade de ser afectado pelas mudanças climáticas.** Muitos dos desafios que o país enfrenta estão relacionados à adaptação às mudanças climáticas, mas o país também deve garantir estratégias de mitigação para minimizar seu impacto no meio ambiente.
2. **As inundações são um perigo natural recorrente em Angola.** Na primeira parte do século XXI, as cheias foram particularmente devastadoras para Ondjiva, Luanda, Benguela e Namibe, onde a água inunda casas e edifícios comerciais e interrompe o transporte por longos períodos. As áreas rurais também são altamente vulneráveis a inundações. Muitos residentes vivem nas margens dos rios, levando à perda de bens e perda de colheitas e aumentando o risco de doenças transmitidas pela água durante as inundações.
3. **A erosão do solo também ameaça muitas áreas de Angola, tanto em zonas rurais como urbanas, embora seja mais comum em áreas urbanas.** Eventos extremos de chuva podem desencadear enormes deslizamentos de lama em áreas urbanas mal construídas e ao longo de encostas degradadas e desmatadas. Além disso, o aumento na intensidade da chuva com as alterações climáticas terão graves implicações para a agricultura, taxas de sedimentação, infra-estrutura e indústria.
4. **Prevê-se que o aumento do nível do mar aumente ao longo da costa de Angola, colocando 50 por cento da população em risco e afectando as taxas de erosão costeira e os padrões de sedimentação.**
5. **As secas têm grandes impactos na produção agrícola e na população, conforme evidenciado pela seca de 2000 que afectou 25,000 pessoas.** Além disso, se as secas se intensificarem, representarão sérias ameaças à segurança alimentar, à principal actividade de subsistência das pessoas (agricultura) e aos recursos hídricos.
6. **Epidemias de doenças transmitidas por vectores e doenças associadas à água em Angola irão provavelmente acentuar-se com as alterações climáticas.** Espera-se que o aumento das temperaturas expanda o alcance geográfico e prolongue a sazonalidade dos vectores (por exemplo, mosquitos transmissores da malária). Isto é particularmente importante para Angola, onde a malária é a principal causa de morte e é responsável por 20 por cento da mortalidade materna. Além disso, o aumento das inundações intensifica o risco de doenças associadas à água, como cólera, distúrbios gastrointestinais e malária. Em Luanda, em 2008, fortes chuvas e inundações levaram a um aumento no número dessas doenças.

⁸⁶Esta seção é baseada em <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/country/angola/vulnerability>



7. **As alterações climáticas também têm efeitos importantes na educação das raparigas.** Os eventos relacionados às alterações climáticas tendem a interromper a continuidade da educação e a dificultar o acesso às escolas. Isto pode ser directo ou indirectamente, quando as escolas são usadas como abrigos após eventos relacionados ao clima.

8. **As mulheres e as raparigas experimentam de forma mais aguda o impacto das alterações climáticas, particularmente eventos climáticos extremos.** As evidências mostram que os desastres naturais reduzem a expectativa de vida das mulheres mais do que dos homens e, em alguns casos, as mulheres e as raparigas representam até 90% dos mortos em desastres relacionados ao clima.⁸⁷ Além disso, as mulheres e as raparigas são cada vez mais vulneráveis ao tráfico humano ou agressão sexual em abrigos ou acampamentos lotados quando sobrevivem.

9. **As evidências mostram que as raparigas correm maior risco de casamento precoce em tempos de crises relacionadas ao clima, porque seus dotes podem ajudar a aliviar o fardo dos escassos recursos domésticos,** e muitas vezes são as primeiras a serem retiradas da escola ou vão à escola com menos frequência em épocas de seca, para que possam cumprir as responsabilidades domésticas, como ir buscar água.⁸⁸

10. Neste contexto, é crucial para um projecto que visa empoderar as raparigas por meio da educação e outras intervenções multissetoriais, incluir medidas para mitigar o impacto das alterações climáticas e ajudar as beneficiárias a se adaptarem às consequências das alterações climáticas.

Acções Climáticas Incorporadas na Concepção do Projecto

11. **As acções climáticas incorporadas para cada subcomponente são identificadas nos parágrafos a seguir.** Além de várias consultas com funcionários do governo e diferentes especialistas, vários inputs foram utilizados para incorporar os benefícios colaterais do clima no desenho do projecto. Estes contributos incluem: a) Guia de Referência sobre os Co-benefícios de Adaptação⁸⁹; b) Orientação: Acções ilustrativas sobre Mudanças Climáticas para Projectos Educacionais⁹⁰; c) Estudos de Caso sobre os Co-benefícios do Clima Educativo⁹¹; d) Orientação: Acções ilustrativas sobre Mudanças Climáticas para Projectos de Saúde⁹²; e) Orientação: Acções Ilustrativas sobre Mudanças Climáticas para Projectos de Protecção Social⁹³; f) Quadro de Segurança Escolar Integral (SEI)⁹⁴; e g) Três Plataformas Para a Educação de Raparigas Em Estratégias Climáticas.⁹⁵

⁸⁷ <https://www.brookings.edu/research/3-platforms-for-girls-education-in-climate-strategies/>

⁸⁸ <https://www.brookings.edu/research/3-platforms-for-girls-education-in-climate-strategies/>

⁸⁹ <https://worldbankgroup.sharepoint.com/sites/Climate/Documents/Climate%20Co-Benefits/1%20Reference%20Guide%20on%20Adaptation%20Co-Benefits.pdf>

⁹⁰

[https://worldbankgroup.sharepoint.com/sites/Climate/Knowledge%20Base/Guidance%20Illustrative%20Climate%20Change%20Actions%20\(Education\).pdf](https://worldbankgroup.sharepoint.com/sites/Climate/Knowledge%20Base/Guidance%20Illustrative%20Climate%20Change%20Actions%20(Education).pdf)

⁹¹

<https://worldbankgroup.sharepoint.com/sites/Climate/Knowledge%20Base/CCB%20Sectoral%20Guidance%20EDU%20Case%20Studies%20Adaptation%20and%20Mitigation%20CoBenefits.pdf>

⁹²

[https://worldbankgroup.sharepoint.com/sites/Climate/Knowledge%20Base/Guidance%20Illustrative%20Climate%20Change%20Actions%20\(Health,%20Nutrition,%20and%20Population\).pdf](https://worldbankgroup.sharepoint.com/sites/Climate/Knowledge%20Base/Guidance%20Illustrative%20Climate%20Change%20Actions%20(Health,%20Nutrition,%20and%20Population).pdf)

⁹³



Componente 1: Empoderar Raparigas Angolanas

Subcomponente 1.1 Melhorar o acesso aos serviços e informações de saúde para adolescentes

12. **Da mesma forma que o sistema escolar será usado para fornecer conhecimentos e práticas de SSR como parte do currículo, serão incluídos conteúdos sobre alterações climáticas.** Mais especificamente, o conteúdo sobre adaptação às alterações climáticas, como os impactos locais das alterações climáticas, as respostas às enchentes e a conservação da água, serão incluídos no currículo. Da mesma forma, conteúdo sobre mitigação das alterações climáticas, como causas e impactos das alterações climáticas e actividades que reduzem, capturam ou sequestram as emissões de gases com efeito de estufa, serão incluídos nos currículos.

13. **Os mesmos agentes comunitários que estão presentes ao nível da comunidade e que terão conhecimento para construir mensagens direccionadas para reduzir e prevenir a gravidez de adolescentes também estarão a cargo de transmitir mensagens sobre as alterações climáticas.** Esta intervenção baseia-se em evidências científicas que mostram que as mensagens que visam a mudança de comportamentos são mais eficazes quando são transmitidas por líderes respeitados nas comunidades locais.⁹⁶

Subcomponente 1.2. Fornecer aos adolescentes segundas oportunidade de educação e competências para a vida

14. **A formação em competências para a vida incluirá competências para a economia verde.** Mais especificamente, este componente incluirá formação sobre mitigação das alterações climáticas. Algumas das actividades incluirão (a) compostagem de todos os materiais orgânicos não baseados em animais; (b) reciclar materiais, ou seja, instalar lixeiras em torno da escola e nas salas de aula—ou ter área de reciclagem; (c) fazer ajustes para que o funcionamento da escola seja mais amiga do ambiente; (d) incentivo à mudança nos hábitos de compra—determinando se há uma alternativa mais verde para as compras atuais/propostas; e (e) promoção de medidas de boas práticas, como recolha de água, campanhas de plantação e assim por diante.

15. Tanto quanto possível, estas actividades relacionadas às alterações climáticas serão realizadas após actividades que tendem a aumentar a auto-afirmação das raparigas e também incluirão imagens, seguindo as pesquisas disponíveis sobre as técnicas mais eficazes para mudar as normas.⁹⁷

16. Além disso, a formação de competências para aumentar as actividades geradoras de rendimentos incluirá competências para empregos relacionados ao meio ambiente e à economia verde.

[https://worldbankgroup.sharepoint.com/sites/Climate/Knowledge%20Base/Guidance%20Illustrative%20Climate%20Change%20Actions%20\(SPJ\).pdf](https://worldbankgroup.sharepoint.com/sites/Climate/Knowledge%20Base/Guidance%20Illustrative%20Climate%20Change%20Actions%20(SPJ).pdf)

⁹⁴ <https://gadrrres.net/resources/comprehensive-school-safety-framework>

⁹⁵ <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/09/platforms-for-girls-education-in-climate-strategies.pdf>

⁹⁶ Por exemplo, see Paluck, Elizabeth Levy, 2009. "O que está em uma Norma? Sources and Processes of Norm Change", Journal of Personality and Social Psychology © 2009 American Psychological Association 2009, Vol. 96, No. 3, 594 – 600

⁹⁷ Nyah, Brendan, and Jason Reiflet, 2017. "The roles of information deficits and identity threat in the prevalence of misperceptions," <https://www.dartmouth.edu/~nyhan/opening-political-mind.pdf>



17. Finalmente, serão incluídas mensagens críticas sobre o impacto das alterações climáticas na nutrição e estratégias para mitigar esses efeitos nas salas de simulação conduzidas por pares, onde mães adolescentes podem reunir-se para aprender umas com as outras sobre cuidados e práticas alimentares adequados, formação contínua e acompanhamento do crescimento infantil através de instrumentos comunitários.

Subcomponente 1.3. Manter as rapariga nas escolas

18. **O projecto visa integrar o WASH na educação.** As mensagens transmitidas por meio deste subcomponente também promoverão boas práticas de higiene e saneamento para prevenir a propagação de doenças agravadas pelas alterações climáticas. Assim, medidas de adaptação específicas para reduzir a propagação de doenças amplificadas pelas alterações climáticas serão aspectos críticos desta subcomponente.

19. **Uma das principais intervenções desta subcomponente é a redução do custo da escolaridade através da oferta de incentivos financeiros às famílias mais pobres.** Esta intervenção específica incluirá uma medida relacionada à mitigação das alterações climáticas e outra relacionada à adaptação às alterações climáticas. Na frente de mitigação, as transferências de dinheiro serão acompanhadas de mensagens para promover o uso de fogões verdes de baixo carbono (limpos) pelos beneficiários para reduzir a pressão sobre as áreas florestais e melhorar o uso de energia, melhorar a saúde respiratória, reduzir a falta de acesso à educação e protecção do meio ambiente. A promoção desses fogões verdes de baixa emissão contribuirá para melhorar a igualdade de género, o desenvolvimento inclusivo e reduzir as emissões de gases de efeito de estufa. Os incentivos financeiros também poderiam distribuir bicicletas em áreas onde são um meio de transporte viável e de baixo risco e podem substituir outros veículos que deixam uma pegada de carbono.

20. **No lado da adaptação, a distribuição de incentivos financeiros incorporará as mudanças climáticas como um dos critérios de selecção.** Mais especificamente, um dos padrões para atingir os beneficiários será se eles vivem em áreas que podem ser afectadas por eventos relacionados às alterações climáticas, que criarão uma rede de apoio caso uma crise induzida pelo clima se desenvolva.

21. Finalmente, a campanha de volta às aulas que faz parte deste subcomponente também incorporará mensagens relacionadas à adaptação e mitigação das alterações climáticas, aproveitando a oportunidade que uma campanha deste tipo oferece para entregá-los mensagens importantes.

Componente 2: Reduzir a pobreza de aprendizagem

Subcomponente 2.1. Expandir e reabilitar a oferta de educação

22. **As actividades ao abrigo este subcomponente serão realizadas com o objectivo de reforçar a resiliência de longo prazo aos riscos colocados pelas alterações climáticas.** O projecto buscaria estabelecer uma estrutura geral para intensificar as intervenções de infra-estrutura, com base em planos de infra-estrutura escolar de médio a longo prazo, usando soluções em escala. Trabalhando com o Fundo Global para Redução e Recuperação de Desastres, este processo começaria com um rápido diagnóstico das necessidades, seguido pelo estabelecimento de um roteiro para fortalecer a resiliência das escolas actuais e futuras de Angola. Isto incluiria o desenvolvimento da capacidade de gestão escolar, envolvendo-se com a comunidade local de engenharia para aumentar a capacidade técnica.

23. A médio prazo, conforme explicado na secção da descrição do projecto, a subcomponente



também apoiará a preparação de normas nacionais para projectos de arquitectura e engenharia para diferentes tipos de escolas. Esses padrões irão incorporar considerações sobre alterações climáticas.

24. Além disso, uma vez que a identificação de áreas prioritárias para a construção de escolas será baseada em um estudo de mapeamento escolar utilizando SIG e dados censitários, a vulnerabilidade aos eventos climáticos será considerada na identificação das áreas prioritárias.

25. **Com relação à nova localização do espaço, serão consideradas opções para desenvolver rotas seguras para escolas que podem oferecer meios alternativos de transporte para reduzir o consumo de combustível.** Além disso, a localização das escolas poderia ser decidida considerando a vulnerabilidade das diferentes localidades e a facilidade de acesso a elas em uma crise gerada por eventos climáticos.

26. **Além disso, em relação à localização dos novos espaços de aprendizagem, os edifícios serão localizados e orientados nos locais de acordo com as considerações climáticas para minimizar o calor solar; direcção predominante do vento e protecção necessária contra inundações, erosão do solo e água fluindo a jusante.** Da mesma forma, os edifícios serão projectados para garantir iluminação natural otimizada para minimizar o uso de iluminação eléctrica e ventilação natural em edifícios, usando aberturas de janela de tamanho apropriado; medidas de eficiência energética; e recursos favoráveis ao ambiente, incluindo o uso de controlos automáticos para sistemas de iluminação eficientes com luminância controlada e utilizando lâmpadas de LED e painéis solares, quando financeira e tecnicamente viável, para substituir ou reduzir sua fonte de energia actual. O uso de geradores a diesel será evitado para reduzir a emissão de CO₂ durante a vida útil. Se e quando necessário, os furos de água seriam cavados a distâncias seguras das casas de banho para evitar a contaminação das águas subterrâneas.

27. **Além disso, várias considerações serão incorporadas a este subcomponente:**

- **Materiais ecológicos.** Esta subcomponente também usará materiais de construção ecológicos, incluindo materiais de construção não tóxicos. Exposições químicas como chumbo, mercúrio, bifenilos policlorados e amianto de materiais de construção serão proibidas.

- **Recolha de água das chuvas.** O projecto incorporará medidas de projectos resilientes ao clima para construir instalações escolares, como reforço estrutural e recolha de água das chuvas para controlar as inundações e conservação de água. Por meio da captação e gestão de água, gestão de águas pluviais (redução do risco de inundação), utilização de água armazenada para escolas e descarte de água subterrânea serão geridos. A construção e reabilitação de escolas irão integrar a recolha de água das chuvas principalmente para escolas localizadas no rio superior (bacia superior), considerando a relação com as intervenções a jusante.

- **Gestão de resíduos.** A separação, redução, reutilização, reciclagem e a compostagem de resíduos serão consideradas para a gestão do lixo escolar, a fim de encontrar maneiras de eliminar o lixo escolar com o mínimo de efeitos adversos ao meio ambiente. Serão cuidadosamente analisadas as opções de reciclagem e uso de lixo orgânico para compostagem e a melhor escolha para as escolas será desenvolvida:

(a) **Resíduos orgânicos.** Os alunos serão motivados a plantar árvores e utilizar o composto feito com o lixo orgânico nas hortas escolares, reduzindo o uso de fertilizantes e outros produtos químicos.



(b) **Reciclagem de resíduos.** Para a reciclagem, é essencial educar os alunos e funcionários, portanto serão desenvolvidos alguns programas de reciclagem educativos para os funcionários e alunos.

• **Construção/reabilitação de instalações escolares para serem significativamente mais eficientes em termos de energia do que os padrões vigentes no local do projecto:**

(a) Realizar auditorias energéticas;

(b) Instalar painéis solares;

(c) Especificar o uso de aparelhos e equipamentos com baixo consumo de energia;

(d) Realizar melhorias de eficiência energética nos edifícios.

Subcomponente 2.2. Apoiar a elevada qualidade de ensino.

28. **Esta subcomponente apoiará três actividades que contribuem para a adaptação às alterações climáticas.** Primeiro, os materiais de formação para professores incluirão conteúdos sobre adaptação às alterações climáticas. Em segundo lugar, os professores serão formados para realizar protocolos de evacuação no início de emergências induzidas pelas alterações climáticas. Terceiro, os gestores receberão formação sobre resposta a emergências durante eventos climáticos, como parte de suas habilidades de planeamento e gestão de pessoal.

29. Simultaneamente, este subcomponente apoiará actividades de mitigação, formando professores em mitigação de alterações climáticas, como técnicas de conservação de energia, e formando gestores em tópicos semelhantes.

Subcomponente 2.3. Garantir a Continuidade de aprendizagem

30. **Investir na aprendizagem online, televisão e rádio é em si uma actividade de adaptação às alterações climáticas** porque a capacidade instalada para transmitir conteúdo por meio deste formato também pode ser usada no caso de emergências induzidas pelas alterações climáticas que tornam a frequência escolar fisicamente impossível. Para garantir a continuidade da aprendizagem em vários eventos, o formato de aprendizagem será projectado para garantir que esta possa continuar durante uma crise ou evento relacionado ao clima.

31. **Além disso, as mensagens transmitidas por meio de diferentes canais online e offline incluirão informações que visam aumentar a conscientização sobre a mitigação e adaptação às alterações climáticas.** De igual modo, serão distribuídos materiais de aprendizagem de baixo custo que incluirão mensagens sobre alterações climáticas.

32. **Para mitigação, esta subcomponente irá considerar potenciais danos para o ambiente ao distribuir o equipamento.** Assim, por exemplo, as baterias serão minimizadas e os dispositivos de baixo consumo de energia serão priorizados.

Tabela 6.1. Acções Climáticas Incorporadas na Concepção do Projecto, por Subcomponente



Subcomponente	Tipo de actividade	Descrição
1.1 Melhorar o acesso a serviços e informações de saúde para adolescentes (US \$ 10 milhões)	Mitigação,	Conteúdo sobre mitigação das alterações climáticas, como causas e impactos das alterações climáticas e actividades que reduzem, capturam ou sequestram as emissões de gases com efeito de estufa, será incluído nos currículos. Os agentes comunitários vão transmitir mensagens sobre a mitigação das alterações climáticas.
	Adaptação	Conteúdo sobre adaptação às alterações climáticas, como os impactos locais das alterações climáticas, respostas às inundações e conservação da água, serão incluídos como parte do currículo. Os agentes comunitários irão transmitir mensagens sobre a adaptação às alterações climáticas.
1.2 Fornecer aos adolescentes segundas oportunidade de educação e competências para a vida (US \$ 20 milhões)	Mitigação,	A formação em competências para a vida incluirá competências para a economia verde. Algumas das actividades incluirão (a) compostagem de todos os materiais orgânicos não baseados em animais; (b) reciclar materiais, ou seja, instalar lixeiras em torno da escola e nas salas de aula—ou ter área de reciclagem; (c) fazer ajustes para que o funcionamento da escola seja mais amiga do ambiente; (d) incentivo à mudança nos hábitos de compra—determinando se há uma alternativa mais verde para as compras atuais/propostas; e (e) promoção de medidas de boas práticas, como recolha de água, campanhas de plantação e assim por diante.
	Adaptação	A formação de competências para aumentar as actividades de geração de renda incluirá competências para empregos relacionados ao ambiente e à economia verde. Além disso, mensagens fundamentais sobre o impacto das alterações climáticas na nutrição e estratégias para mitigar esses efeitos serão incluídas nas salas de simulação conduzidas por pares onde mães adolescentes podem se reunir para aprender umas com as outras sobre cuidados adequados e práticas de alimentação, formação Contínua e monitoria do crescimento infantil por meio de ferramentas conduzidas pela comunidade.
1.3 Manter as raparigas na escola (US \$ 110 milhões)	Mitigação,	As transferências de dinheiro serão acompanhadas de mensagens para promover o uso de fogões verdes de baixo carbono (limpos) pelos beneficiários para reduzir a pressão sobre as áreas florestais e melhorar o uso de energia, melhorar a saúde respiratória, reduzir a falta de acesso à educação e protecção do meio ambiente. A promoção desses fogões verdes de baixa emissão contribuirá para melhorar a igualdade de género, o desenvolvimento inclusivo e reduzir as emissões de gases de efeito de estufa. Além disso, os incentivos financeiros também poderiam distribuir bicicletas em áreas onde são um meio de transporte viável e de baixo risco e podem substituir outros veículos que deixam uma pegada de carbono. A campanha de volta às aulas irá incorporar mensagens sobre a mitigação das alterações climáticas
	Adaptação	As mensagens transmitidas por meio desta subcomponente também promoverão boas práticas de higiene e saneamento para prevenir a propagação de doenças agravadas pelas alterações climáticas. A distribuição de incentivos financeiros incorporará as alterações climáticas como um dos critérios de selecção. Mais especificamente, um dos padrões para atingir os beneficiários será se eles vivem em áreas que podem ser afectadas por eventos relacionados às alterações climáticas, que criarão uma rede de apoio caso se desenvolva uma crise induzida pelo clima. A campanha de volta às aulas irá incorporar mensagens sobre a adaptação às



Subcomponente	Tipo de actividade	Descrição
		alterações climáticas.
2.1 Expandir e reabilitar a oferta de educação (US \$ 60 milhões)	Mitigação	<p>A subcomponente também apoiará a preparação de normas nacionais para projectos de arquitectura e engenharia para diferentes tipos de escolas. Esses padrões irão incorporar considerações sobre alterações climáticas. Com relação à localização de novos espaços, opções para desenvolver rotas seguras para escolas que podem oferecer meios alternativos de transporte serão consideradas para reduzir o consumo de combustível. Os novos edifícios serão localizados e orientados nos locais de acordo com as considerações climáticas para minimizar o calor solar, direcção predominante do vento e protecção necessária contra inundações, erosão do solo e água fluindo a jusante. Da mesma forma, os edifícios serão projectados para garantir iluminação natural optimizada para minimizar o uso de iluminação eléctrica e ventilação natural em edifícios, usando aberturas de janela de tamanho apropriado; medidas de eficiência energética; e recursos favoráveis ao ambiente, incluindo o uso de controlos automáticos para sistemas de iluminação eficientes com luminância controlada, utilizando lâmpadas de LED e painéis solares, quando financeira e tecnicamente viável, para substituir ou reduzir sua fonte de energia actual. O uso de geradores a diesel será evitado para reduzir a emissão de CO2 durante a vida útil. Se e quando necessário, os furos de água seriam cavados a distâncias seguras das casas de banho para evitar a contaminação das águas subterrâneas.</p> <p>Além disso, várias considerações serão incorporadas nesta subcomponente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Materiais ecológicos. Este subcomponente também usará materiais de construção ecológicos, incluindo materiais de construção não tóxicos. Exposições químicas como chumbo, mercúrio, bifenilos policlorados e amianto de materiais de construção serão proibidas.• Gestão de resíduos. A separação, redução, reutilização, reciclagem e a compostagem de resíduos serão consideradas para a gestão do lixo escolar, a fim de encontrar maneiras de eliminar o lixo escolar com o mínimo de efeitos adversos ao ambiente. Serão cuidadosamente analisadas as opções de reciclagem e uso de lixo orgânico para compostagem e a melhor escolha para as escolas será desenvolvida.<ol style="list-style-type: none">(a) Resíduos orgânicos. Os alunos serão motivados a plantar árvores e a usar o composto feito com o lixo orgânico nas hortas da escola, o que reduzirá o uso de fertilizantes e outros produtos químicos.(b) Reciclagem de resíduos. Para a reciclagem, é essencial educar os alunos e funcionários, portanto serão desenvolvidos alguns programas de reciclagem educativos para os funcionários e alunos.• Construção/reabilitação de instalações escolares para serem significativamente mais eficientes em termos de energia do que os padrões vigentes no local do projecto:<ol style="list-style-type: none">(a) Realizar auditorias energéticas.(b) Instalar painéis solares.(c) Especificar o uso de aparelhos e equipamentos com baixo consumo de energia.(d) Realizar melhorias de eficiência energética nos edifícios. <p>Os PBGs incorporarão considerações relacionadas à mitigação das alterações</p>



Subcomponente	Tipo de actividade	Descrição
		climáticas.
	Adaptação	<p>Uma vez que a identificação de áreas prioritárias para a construção de escolas será baseada em um estudo de mapeamento escolar utilizando SIG e dados censitários, a vulnerabilidade aos eventos climáticos será considerada na identificação das áreas prioritárias. A localização das escolas pode ser decidida considerando a vulnerabilidade de diferentes locais e como seria fácil acede-las em crises geradas por eventos climáticos.</p> <p>As novas escolas também incorporarão a colecta de água da chuva. Por meio da captação e gestão de água, gestão de águas pluviais (redução do risco de inundação), utilização de água armazenada para escolas e descarte de água subterrânea serão geridos. A construção e reabilitação de escolas irão integrar a recolha de água das chuvas principalmente para escolas localizadas no rio superior (bacia superior), considerando a relação com as intervenções a jusante.</p> <p>Os PBGs incorporarão considerações relacionadas à adaptação às alterações climáticas.</p>
2.2 Apoiar a elevada qualidade de ensino. (US \$ 20 milhões)	Mitigação,	Esta subcomponente apoiará actividades de mitigação por meio da formação de professores em mitigação de alterações climáticas, tais como técnicas de conservação de energia. Os gestores também receberão formações sobre mitigação das alterações climáticas.
	Adaptação	Os materiais de formação para professores incluirão conteúdos sobre adaptação às alterações climáticas. Os professores também serão formados para realizar protocolos de evacuação no início de emergências induzidas pelas alterações climáticas. Os gestores receberão fornecidos sobre resposta a emergências durante eventos climáticos.
2.3 Garantir a continuidade da aprendizagem será (US \$ 20 milhões)	Mitigação,	As mensagens transmitidas através dos diferentes canais online e offline incluirão informações para aumentar a conscientização sobre a mitigação das alterações climáticas. Do mesmo modo, serão distribuídos materiais de aprendizagem de baixo custo que incluirão mensagens sobre alterações climáticas. Esta subcomponente também irá considerar o dano potencial ao meio ambiente ao distribuir o equipamento. Assim, por exemplo, o uso de baterias será minimizado e dispositivos de baixo consumo de energia serão priorizados.
	Adaptação	Investir na aprendizagem online, televisão e rádio é em si uma actividade de adaptação às alterações climáticas porque a capacidade instalada para transmitir conteúdo por meio deste formato também pode ser usada no caso de emergências induzidas pelas alterações climáticas que tornam a frequência escolar fisicamente impossível. O formato de aprendizagem será projectado para garantir a continuidade durante crises ou eventos relacionados ao clima. As mensagens transmitidas através dos diferentes canais online e offline incluirão informações para aumentar a conscientização sobre a mitigação das alterações climáticas Adaptação.



ANEXO 7: Resumo do Manual Operacional para Actividades de infra-estruturas

PAÍS: Angola

Projecto de Empoderamento de Raparigas e Aprendizagem para Todos

Subcomponente 2.1 Expandir e reabilitar a oferta de educação, (US\$ 60 milhões)

Contexto

1. Nacionalmente, há uma forte escassez de escolas secundárias com apenas 1.040 escolas de ensino médio em comparação com 7.262 escolas primárias, o que implica uma proporção de aproximadamente 7,0 escolas primárias para cada escola de ensino médio. Além disso, a falta de investimento e de manutenção preventiva deixaram um legado de escolas com infra-estruturas inadequadas, edifícios em ruínas e uma falta generalizada de equipamentos básicos. Há, em muitas escolas, uma falta de instalações essenciais, incluindo balneários (separados) e instalações de WASH, o que impede a frequência e retenção das raparigas na escola. Muitas salas de aula estão em más condições, sem materiais de didático, telhados, móveis, vedação do perímetro, ou balneários. No ensino secundário inferior, a maior parte das salas especializadas necessárias (laboratórios, salas de informática, bibliotecas e salas polivalentes) estão em falta ou não funcionam devido à falta de água canalizada e electricidade. Além disso, a maioria das escolas é inacessível para crianças e professores com deficiência física.

2. Esta subcomponente apoiaria a expansão e reabilitação das infra-estruturas de educação nos níveis pré-primário, primário e secundário de escolaridade. Para colmatar o défice da oferta de educação, esta subcomponente criaria espaços de escolarização para as futuras vagas de estudantes angolanos. Esta subcomponente seria coordenada pelo DI do GEPE.

Intervenções de Construção Civil

3. O projecto construiria, reabilitaria e equiparia 4.000 salas de aula em cerca de 556 escolas, usando as duas modalidades a seguir (ver tabela 7.1).

(a) Uma abordagem centralizada para a realização de novas construções e expansão/reabilitação em grande escala da infra-estrutura existente.

(b) Uma abordagem descentralizada, para reabilitações/expansões em pequena escala da infra-estrutura existente.

Tabela 7.1. Estimativas de Custos de Construção Civil



Modalidade	Cobertura-Alvo (Salas de Aula)	Número Médio de Salas de Aulas por Escola	Número Estimado de Escolas	Custo Unitário Médio por Sala de Aula (US\$)	Custo Unitário Médio por Escola (US\$)	Custo Total (US\$)
1. Obras de larga escala,(> US\$ 70,000)	1,000	9	111	40,000	360,000	40,000,000
2. Obras de pequena escala(<US\$ 70,000)	2,000	6	333	10,000	60,000	20,000,000
Total	3,000		444			60,000,000

4. **Intervenções de larga escala (> US\$ 70.000)** priorizariam novas construções e expansão das escolas existentes no nível secundário inferior, começando pelos municípios com as maiores lacunas de cobertura, dando prioridade às escolas com salas de aula actualmente funcionando em edifícios com condições inseguras, sob abrigos provisórios ou ao ar livre. A selecção dos locais seria então baseada no estudo de mapeamento escolar usando SIG e dados do censo. As empresas de consultoria e empreiteiros seriam identificados, recrutados por meio de licitação e contratados centralmente pelo DI do GEPE.

5. **Intervenções de pequena escala (<US\$ 70.000)** expandiriam e reabilitariam as infra-estruturas escolares existentes, principalmente nos níveis pré-primário e primário. Dadas as actuais restrições fiscais para a expansão do corpo de trabalho docente, o sequenciamento de actividades terá como objectivo principal as escolas já em funcionamento e com salas de aula que precisam de reabilitação e expansão em pequena escala, como a substituição de algumas salas de aula que funcionam sob as árvores, balneários adequados e sem acesso a água e saneamento. Para estas actividades, os empreiteiros locais seriam identificados e recrutados por meio de licitação por províncias e contratados centralmente pelo DI do GEPE.

6. A implementação desta subcomponente, será dividida em três fases:

(a) A primeira fase incluirá intervenções de pequena escala (obras de reabilitação, extensão, melhoria e renovação) nos nove distritos da cidade de Luanda, dando prioridade às escolas que têm edifícios inseguros, estão superlotados, faltam saneamento e abastecimento de água, enquanto o exercício de mapeamento escolar está sendo implementado em todas as províncias.

(b) Assim que os resultados do mapa escolar estiverem disponíveis, uma segunda fase de intervenções de pequena escala será lançada em uma ou duas outras províncias, juntamente com a construção de algumas novas escolas para testar os padrões escolares aprimorados e protótipos antes do início de uma terceira fase.

(c) A terceira fase incluirá todos os tipos de trabalhos, incluindo novas escolas em províncias e



municípios seleccionados, usando as normas testadas e aprovadas e protótipos de escolas.

Planeamento e Projecto de Instalações Escolares

7. Um exercício de mapeamento habilitado para GIS, conduzido com o apoio da equipa de GEMS, está em curso e deve ser concluído em Junho de 2021. Os resultados deste exercício serão usados para:

(a) Seleccionar zonas prioritárias tanto em comunidades rurais como em distritos urbanos em colaboração com as autoridades do MED e os seus serviços técnicos para analisar a procura e oferta no sistema de ensino (GEPE, INE). Esta selecção começará com os municípios com as maiores lacunas de cobertura, lacunas de género e as maiores projecções de matrículas.

(b) Seleccionar as escolas do projecto e definir prioridades para novas escolas e expansões de escolas existentes com base em critérios e indicadores de prioridade para identificar e direccionar escolas com salas de aula que actualmente funcionam ao ar livre, em abrigos provisórios e/ou em instalações superlotadas, incluindo jardins-de-infância. A expansão no nível secundário inferior seria então priorizada nas escolas com a proporção mais alta de alunos por sala de aula; disparidades de género no acesso; e/ou falta de balneários adequados e salas especializadas, como laboratórios de ciências, salas de informática e bibliotecas.

(c) Planear a dimensão de cada escola seleccionada em termos de capacidade de alunos e número de turmas para definir as novas infra-estruturas necessárias para novas escolas e expansões.

8. **O projecto das instalações escolares** seguirá uma abordagem de três etapas:

(a) A revisão, avaliação e possível revisão das directrizes existentes de projecto escolar (*Modelo de Instituições de Educação e Ensino*); projectos padrão e protótipos de escolas (pré-primário, escolas primárias e secundárias) Esta avaliação incidirá sobre todos os tipos de instalações escolares, incluindo salas e áreas dedicadas à educação, administração, saneamento e higiene, bem como espaços externos para cada um dos três níveis de ensino abrangidos pelo projecto. Será verificada a sua adequação às actividades educativas e recreativas, às necessidades de higiene e às características ambientais, tais como a sua adaptação às principais zonas climáticas e geográficas de Angola:

- Inicialmente, as normas e padrões existentes para instalações escolares serão revistas, incluindo conceitos de design (tamanho da escola, normas de espaço, funcionalidade e flexibilidade e requisitos especiais, especialmente para pessoas com deficiência) e princípios gerais (parâmetros de conforto, ambiente higiénico, regras de segurança e considerações de manutenção).
- Os protótipos de escola padrão existentes serão então verificados com a ajuda das normas revistas. Esta revisão irá abordar questões relativas ao número e adequação dos protótipos usados; seu respeito às normas existentes acima mencionadas; sua adaptabilidade a várias e específicas condições, como tamanho do local, orientação e características, condições climáticas e ambientais; e sua resiliência



potencial a perigos naturais, tais como como terremotos, tempestades ou inundações. A adequação dos documentos técnicos existentes (planos e desenhos, especificações e quantidades) com as práticas de projecto padrão serão igualmente revistas.

- O projecto irá recomendar e propor melhorias destas normas, padrões e protótipos existentes, abordando os pontos fracos e os problemas críticos encontrados e identificados durante o levantamento preliminar da escola da primeira fase, tais como especificações estruturais e funcionais do edifício, fornecimento de água e luz, saneamento e higiene, drenagem e vedação do local e acesso para pessoas com deficiência ou falta de salas especializadas funcionais.
- Projectos padrão actualizados serão então preparados para cada nível de educação em questão, para diferentes tamanhos de escolas e para cada área climática específica. Além disso, estes projectos incorporarão os riscos apresentados pelas alterações climáticas e catástrofes naturais⁹⁸, eliminarão as barreiras arquitectónicas para pessoas com deficiência e seguirão as recomendações do projecto para a melhoria das instalações das raparigas especialmente em relação ao saneamento e higiene escolar (por exemplo, latrinas separadas para raparigas e rapazes).

(b) O levantamento no local e inventários incluirá o levantamento topográfico de locais seleccionados tanto para novas assim como para as escolas existentes e um levantamento detalhado das infra-estruturas escolares existentes com um inventário dos trabalhos de reparação, reabilitação e manutenção necessários para completar a informação das estatísticas anuais do MED, especialmente as relativas às condições físicas das infra-estruturas, solidez estrutural e às condições funcionais das instalações e disponibilidade de serviços como abastecimento de água, esgotos, esgotos e abastecimento de energia (ligações a redes públicas ou soluções próprias da escola como furos, poços, tanques de água, caminhões-tanque, painéis solares e assim por diante). Além disso, o projecto fará um inventário do mobiliário e equipamentos existentes, incluindo a elaboração de uma lista de inventário com as quantidades de itens degradados e inadequados que precisam ser substituídos.

(c) O projecto de cada escola seleccionada, começando com a adaptação dos projectos padrão da escola aprovados às condições reais do local (dimensões do local, acesso, orientação, declives, ventos predominantes, obstáculos existentes e assim por diante), com base nos resultados detalhados da pesquisa, será preparado para actualização, reabilitação, manutenção e reparação de edifícios escolares existentes, website e redes de serviços públicos. Esta fase seguirá, para cada escola seleccionada, as etapas usuais de projecto com projecto preliminar, projecto detalhado e documentos do concurso. Além disso, em cada uma dessas etapas de projecto, estimativas de custos serão elaboradas para um controlo de custos preciso e eficiente. Isto começa com uma estimativa preliminar de custos, com base em projectos preliminares para ajudar a avaliar o número de escolas e o tipo de obras, equipamentos e mobiliários que podem ser incluídos no financiamento do projecto. Será seguido por uma estimativa de custo detalhada e confidencial com base no Mapa de Quantidades do projecto detalhado. O custo final de cada escola será baseado na melhor oferta do processo de licitação.

⁹⁸Esta actividade é realizada durante a preparação, com o apoio de um subsídio do Programa Global para Escolas Mais Seguras, sob os auspícios do Fundo Global para Redução e Recuperação de Desastres, financiado pelo Governo do Japão.



Gestão de Obras de Construção Civil

9. O DI do GEPE será responsável por gerir e fornecer supervisão geral das actividades desta subcomponente. Suas responsabilidades incluirão as seguintes actividades:

- Validação da lista de escolas seleccionadas para construção ou ampliação, elaborada pelo Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística (*Departamento de Planeamento, Monitoramento e Controlo*)
- Aprovação do plano de construção, incluindo um plano de implementação com número de salas de aula e outras instalações para construir ou reabilitar
- Gestão e supervisão dos processos de aquisição (licitação, adjudicação e contratação) de obras civis e mobiliário
- Gestão e monitoramento do projecto e fiscalização de obras por empresa (s) de consultoria
- Verificar se as obras foram concluídas de acordo com o contrato, projectos e Lista de Quantidades
- Aprovação da transferência de fundos em parcelas (conforme descrito anteriormente) da conta do projecto para a conta bancária dos empreiteiros, com base na verificação da conclusão das actividades
- Fornecimento de formação de capacitação para os técnicos dos Escritórios Provinciais de Educação, em áreas-chave incluindo gestão de construção e gestão de salvaguardas ambientais e sociais.

10. As inspecções de locais e edifícios, os projectos de escolas e a supervisão de obras serão executados por uma ou várias empresas de consultoria sob o controlo de técnicos do DI, tanto a nível nacional como provincial. Estas empresas serão recrutadas por meio de uma licitação nacional para intervenções de grande e pequena escala. O projecto de saneamento e higiene escolar (instalações WASH) dentro das escolas está sob a responsabilidade do DI, enquanto as ligações para o abastecimento de água serão planeadas em coordenação com o MINEA.

11. As obras civis incluirão novas construções (novas escolas e ampliação das escolas existentes), manutenção, reabilitação e melhoria das instalações existentes e demolição e reconstrução de instalações inseguras ou inadequadas. Esta aplicação far-se-á por empreiteiros recrutados por meio de licitação nacional para intervenções de grande escala e por meio de licitação local para intervenções de pequena escala.

12. O financiamento para as obras de construção civil será transferido da conta do projecto para a conta bancária do empreiteiro em três parcelas 30 por cento após a aprovação do projecto de



construção pelo DI do GEPE, 50 por cento após a verificação das obras concluídas de acordo com a Planilha de Quantidades, e 20 por cento após a verificação do trabalho acumulado concluído. Isto se aplica à construção de intervenções de grande e menor escala.



ANEXO 8: Ajustes ao Programa do País em Resposta ao COVID-19

PAÍS: Angola

Projecto de Emponderamento da Rapariga e Aprendizagem para Todos

1. Este anexo resume os ajustes feitos ao programa nacional do GBM em Angola para mitigar os impactos económicos e sociais da pandemia COVID-19. Ajustes foram feitos em apoio e alinhados com o plano de resposta e pedido de apoio do Governo, aplicando o quadro de resposta a crises da COVID-19 do GBM.
2. **Impacto na saúde.** O primeiro caso de COVID-19 em Angola foi identificado a 21 de Março de 2020. Em 15 de Março de 2021, os casos confirmados atingiram 21.407 com 521 mortes, traduzindo-se numa taxa de mortalidade de 2,43%. Os testes aumentaram para mais de 10.000 por semana no final de Novembro. Cerca de 96% dos casos foram assintomáticos.
3. **Impacto económico.** A economia dependente do petróleo de Angola é directamente atingida pela pandemia e o associado choque do preço do petróleo. A pandemia de COVID-19 está a agravar a dinâmica recessiva que a economia angolana tem vivido desde o final de 2015 devido à redução dos preços do petróleo. Com os preços do petróleo em 2020 em cerca de metade dos preços de 2019 e dados os altos custos fixos da produção de petróleo, a lucratividade dos produtores de petróleo diminuiu muito. Além disso, devido ao baixo investimento nos últimos anos, campos de petróleo em maturação e quotas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo Mais (OPEP +), a produção de petróleo bruto de Angola caiu para menos de 1,2 milhões de barris por dia de Julho a Setembro de 2020, em comparação com uma média de 1,4 barris por dia em 2019. Essas tendências, ampliadas pela COVID-19, levaram a uma suspensão sem precedentes da exploração de petróleo por todas as grandes empresas internacionais de petróleo durante o primeiro semestre de 2020.
4. Desde 2018, quando os preços do petróleo começaram a cair, o governo, com o apoio do FMI, implementou políticas de macro ajuste e reformas mais amplas destinadas a estabelecer um modelo de crescimento mais inclusivo e diversificado, incluindo aperto fiscal e monetário e flutuação da taxa de câmbio. O governo também aumentou o imposto de renda pessoal e reduziu ainda mais as despesas não essenciais. No entanto, estima-se que a economia tenha se contraído quatro por cento em 2020 e, após dois anos de superavits, o saldo fiscal caiu para um défice, estimado em 1,7% do PIB.
5. A dívida pública, que já era elevada antes do COVID (107% do PIB em 2019), é estimada em 128% do PIB no final de 2020. Angola aderiu ao DSSI (Iniciativa de Serviço de Suspensão de Dívida) e procurou uma reformulação bilateral separada com dois bancos de política. O Banco Mundial e o FMI avaliam a dívida como sustentável de acordo com os termos de reformulação do perfil alcançados até o momento, mas destacam que mais fragilidades nos preços do petróleo podem exigir uma reestruturação adicional da dívida. A dívida elevada e o serviço da dívida limitam os recursos disponíveis para reduzir a pobreza e fazer investimentos em capital humano e físico.
6. **Impacto distributivo.** Os choques económicos causados pela COVID-19 e a queda do preço do petróleo tiveram o impacto mais directo sobre as populações urbanas de Angola por meio de um declínio na renda do trabalho, uma vez que empregos foram perdidos e as horas de trabalho reduzidas.



Além disso, os preços dos alimentos importados subiram. As últimas projecções sugerem que a taxa de pobreza de Angola pode aumentar de 53,6% em 2019 para 56,4% em 2020, com o número (absoluto) de angolanos vivendo abaixo da linha de pobreza internacional (US\$ 1,90 por dia) aumentando em 1,5 milhões, para chegar a 18,5 milhões. O emprego informal cresceu para 79,6% do emprego total no terceiro trimestre de 2020, ante uma média de 74,5% em 2019. No mesmo trimestre, o emprego informal era de 92,3% nas áreas rurais e 66,0% nas áreas urbanas, com as mulheres representando uma grande parcela. A COVID-19 representa um risco para a segurança alimentar e os meios de subsistência, pois os trabalhadores informais geralmente têm baixa renda e a pandemia levou ao aumento dos preços globais dos alimentos. Além disso, Angola sofre de uma severa seca de longa duração nas províncias do Sul, que afecta a produção nacional de alimentos.

7. **Resposta do governo.** Para limitar a disseminação da COVID-19, um estado de emergência entrou em vigor de 27 de Março a 26 de Maio de 2020. Isso incluía restrições a viagens domésticas e internacionais e distanciamento social obrigatório. Sob subsequente estado de calamidade (em vigor), as restrições foram gradualmente atenuadas. No entanto, de acordo com o 'índice de rigor', Angola continua a ser um dos países mais restritivos de África. Em Março de 2020, o governo iniciou a elaboração de um Plano Nacional de Contingência e Emergência, inicialmente com foco na saúde e posteriormente estendido para se tornar multisectorial. A implementação do plano é liderada por uma equipa de trabalho multisectorial no Gabinete do Presidente.

8. O governo também adoptou medidas para aliviar o impacto negativo da pandemia nas empresas. O Banco Nacional de Desenvolvimento de Angola abriu uma linha de crédito para apoiar o financiamento da agricultura para insumos e produtos. Foi adoptado um novo regulamento para incentivar as instituições financeiras a conceder crédito ao Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações, que identificou 54 bens essenciais para a produção local. O Banco Central abriu uma linha de crédito para comprar títulos do tesouro pertencentes a pequenas e médias empresas para apoiar a liquidez. O Banco Central também aprovou um período de alívio de dois meses para o reembolso do crédito, e o fundo de garantia de crédito foi recapitalizado.

9. As transferências de renda foram adoptadas como uma medida chave para aliviar a pobreza. O governo estabeleceu um registo social e um programa de transferência de renda chamado Kwenda para proteger os mais vulneráveis. A meta é atingir 1,6 milhão de famílias no total. As famílias beneficiárias vão receber AOA 8.500 por mês, o que representa cerca de 25% do consumo dos pobres. O programa será ampliado com base nas lições da fase piloto.

10. Dentro do orçamento revisto para 2020 aprovado pela Assembleia Nacional em Novembro, mais da metade (56%) das despesas é alocada para operações da dívida pública, incluindo amortizações. As dotações para a saúde e educação para 2020 aumentaram em termos nominais, e como parte do orçamento total, para 6.0 e 6.5 por cento, respectivamente. Paralelamente, o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares foi revisto e ajustado, e o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas reduzido de 30% para 25% e o imposto sobre operações relativas à agricultura, silvicultura, pesca e pecuária reduzido a 10%. O programa de privatização (Propriv) está a avançar lentamente, no qual uma concessão portuária está quase atribuída; a Sonangol lançou um concurso público para vender as suas participações em activos não essenciais; a ENSA, companhia estatal de seguros, prevê-se que



seja privatizada no início de 2021; foi igualmente anunciada a privatização de um pequeno banco estatal, BCI.

11. **Resposta do GBM.** O programa do GBM em Angola está a ser implementado e foi adaptado de acordo com o quadro de resposta à crise da COVID-19 do GBM. Como um país abrangido pelo BIRD com um portfólio relativamente pequeno (10 IPFs, incluindo 2 IPFs regionais) e jovem (8 IPFs de três anos ou menos), a primeira medida adoptada pelo Banco Mundial foi adaptar os compromissos em andamento utilizando a flexibilidade possível nos projectos para apoiar o plano de resposta do governo. Subsequentemente a isso, foi reestruturado um projecto (Projecto de Desenvolvimento Local). Paralelamente, as autoridades estavam a rever a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida e a negociar com os principais credores bilaterais.

12. Na fase de ajuda, foi prestado apoio precoce ao MINSA do PFSS (P160948) para a aquisição de equipamento e consumíveis críticos. Foi fornecida AT para ajudar o governo a estabelecer uma lista mestre de prioridades quantificadas. Em Maio de 2020, o Projecto Regional de Melhoria dos Sistemas de Vigilância de Doenças (Redisse IV) (P167817) foi declarado eficaz e tornou-se um instrumento disponível para apoiar o plano de contingência do governo. Uma adaptação⁹⁹ do SNSPSP (P169779) está a apoiar o programa *Kwenda*, registando mais de 300,000 agregados familiares pobres no registo social em 2020 e providenciando transferências monetárias a mais de 300,000 agregados familiares durante 2021. Mais de US\$ 60 milhões foram disponibilizados para apoiar o plano de contingência multisectorial do governo, dos quais US\$ 15 milhões foram desembolsados em 2020, principalmente para materiais e equipamentos relacionados à saúde. Outros sectores foram apoiados por uma combinação de instrumentos existentes e o desencadeamento de um Componente de Resposta a Emergências de Contingência (CERC) (um CERC de US\$ 30 milhões a partir do PFSS embora ainda não tenha sido concedido qualquer reembolso).

13. Em apoio à reestruturação, o Projecto de Desenvolvimento Local (P105101) foi reestruturado para fornecer um adicional de US\$ 20 milhões para o programa de transferência monetária. Um Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas II (P151224) está a prestar apoio aos serviços públicos de abastecimento de água e a contribuir para o aumento do acesso aos serviços de água e de WASH em províncias-alvo, enquanto o PAT (P122700) fornece apoio ao ensino à distância dos professores e assegura a preparação escolar à medida que as escolas reabrem.

14. Para apoiar políticas e reformas institucionais essenciais, o valor do financiamento para a Segunda Operação de Financiamento às Políticas de Desenvolvimento de Crescimento e Inclusão (P168336) de Angola proposta foi aumentado para US\$ 700 milhões (de US\$ 500 milhões) e aprovado em Março de 2021.¹⁰⁰ As reformas apoiadas por meio da DPO2 incluem o reforço do quadro fiscal e a gestão dos recursos naturais, aumentando a inclusão e a resiliência financeira, abrindo mercados à concorrência do sector privado, eliminando subsídios distorcidos, estabelecendo uma rede de protecção social e resolvendo as lacunas financeiras fiscais.

⁹⁹ O projecto foi originalmente planeado para mitigar o choque dos preços do combustível a ser provocado pela reforma dos subsídios. Foi agora adiado para 2021.

¹⁰⁰ O FMI aumentou a sua Linha de Financiamento Ampliado (EFF) para US\$ 1 bilhão após a conclusão de uma terceira revisão em 20 de Setembro.



15. Como medida global, a International Finance Corporation (IFC) está a fornecer liquidez aos clientes existentes. Mas o portfólio é pequeno e a IFC está a concentrar-se no trabalho a montante que apoiará a fase de recuperação resiliente nos sectores da agricultura, de telecomunicações e financeiro. Este trabalho a montante reúne o pessoal do BIRD e da IFC e assegura uma maior coordenação.

16. A fase de recuperação resiliente, ainda a ser preparada, já inclui (a) apoio para aprofundar as reformas macroeconómicas, para incluírem a plena implementação da reforma dos subsídios (DPO3); (b) apoio à melhoria da prestação de serviços a nível local/descentralizado através do Projecto de Descentralização da *Gestão Financeira Pública para Melhorar a Prestação de Serviços* (P170123); e (c) apoio adicional ao sector das telecomunicações e à economia digital, baseando-se no roteiro para ligações melhores e mais económicas.

17. A programação para os próximos anos está em consideração e será concebida em estreito diálogo com as autoridades, levando em consideração novas prioridades governamentais e a capacidade do BIRD. O apoio incluirá uma combinação de IPFs e apoio orçamental, com compromissos propostos ligados à segurança alimentar, gestão de águas e mitigação das alterações climáticas, bem como apoio para o empoderamento das mulheres (incluindo nutrição). O actual programa ambicioso de serviços consultivos reembolsáveis (RAS), que inclui três RASs em apoio ao sector financeiro, ao ambiente de negócios e à agenda de empresas de propriedade estatal/privatização/PPP poderá ser reestruturado para assegurar um maior foco às novas prioridades do Governo e para apoiar a agenda de reformas de DPO proposta.

18. **Parceiros de desenvolvimento.** Angola obteve algum apoio ou promessas de apoio na resposta à COVID-19 de outros parceiros. Os principais parceiros de apoio orçamental são o FMI, o Banco Africano de Desenvolvimento, e a França. No sector da saúde, a USAID e o Fundo Global são parceiros importantes, além do Banco Mundial. Com excepção da China, as contribuições bilaterais dos doadores permanecem modestas.

Tabela 8.1. Programa Indicativo de Empréstimo e Reestruturação (em 8 de Dezembro de 2020)

	Assistência	Reestruturação	Recuperação Resiliente
Salvar Vidas	Fortalecimento do Desempenho do Sistema de Saúde (US\$ 30 milhões, CERC) (P160948)		FA para o PFSS (para incluir nutrição) (US\$200 milhões) (P172985) FA para o Segundo Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas (US\$ 145 milhões) (P67201) (a confirmar)
Protecção dos mais desfavorecidos e vulneráveis	PFSNPS (US\$ 320 milhões) (P169779)	Projecto de Desenvolvimento Local (US\$ 20 milhões) (P105101)	Descentralização para a Melhoria da Prestação de Serviços (US\$ 200 milhões) (P170123) FA para o Projecto Agrícola para Pequenos Agricultores (P173071) (US\$ 195 milhões) (a confirmar) FA para o Projecto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social (a confirmar)



	Assistência	Reestruturação	Recuperação Resiliente
Crescimento sustentável dos negócios e criação de empregos		<i>RAS Business Environment Reform (P163713)</i> <i>RAS state-owned enterprise/privatization/PPP (P170303)</i>	RAS Financial sector (P147800) Projecto de Agricultura Comercial (P159052) Projecto de Melhoria e Acesso ao Sector Eléctrico (US\$ 250 milhões) (P166805)
Políticas, infraestruturas e investimento: reconstruir melhor		Segundo Financiamento às Políticas de Desenvolvimento de Crescimento e Inclusão em Angola (US\$ 700 milhões) (P168336)	Terceiro Financiamento às Políticas de Desenvolvimento de Crescimento e Inclusão em Angola (US\$ 500 milhões) (a confirmar)

Nota: Texto simples = já entregue; *Itálico* = reestruturação ou realocações de projectos; **negrito** = em fase de preparação.